



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 14 DE NOVEMBRO DE 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Apresentação de vídeo

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 30ª Audiência Pública do ano de 2017, 8ª Audiência Pública temática referente ao Orçamento 2018.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios Online.

A publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo nos dias 10, 11, 14, 18 e também dias 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 31 de outubro de 2017; e ainda dia 1º, dia 4, 7, 8, 9, 10, 11 e dia 14 de novembro de 2017; publicações em jornais de grande circulação: *O Estado de S.Paulo*, em 25 de outubro e 31 de outubro e também 9 e 14 de novembro de 2017; *Folha de S.Paulo*, 26 e 31 de outubro e ainda 10, 11 e 15 de novembro de 2017.

Quero avisar a todos que o projeto de lei de Orçamento está disponível no *site* da Câmara Municipal de São Paulo. Essa audiência pública tem como objeto debater os seguintes projetos: PL 686/2017, do Executivo, que estima receita e fixa despesas para o Município de São Paulo para o exercício de 2018, Orçamento Municipal de 2018; PL 687/2017, do Executivo, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2018-2021, o PPA.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou dar continuidade aqui. Farei só uma pequena inversão. Nós convidamos o Secretário Caio Megale e ele deve estar aqui representado pela sempre presente Giulia Puttomatti, que é a Secretaria Adjunta.

Temos aqui a presença do nobre Vereador Ricardo Nunes, o Relator Geral do Orçamento; Vereador Isac Felix que é o Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento; Vereador Zé Turin, Sub-Relator para a Pasta da Cultura do Orçamento; e ainda os Vereadores Fabio Riva, Gilson Barreto e Souza Santos.

Temos ainda a presença do Secretário Municipal de Habitação Fernando Chucre. Obrigado, Fernando, já nos encontramos no elevador. E anuncio também a presença do Gilmar Souza Santos, Secretário Adjunto de Habitação. A Giulia Puttomatti, que é Secretaria Adjunta

da Secretaria da Fazenda, já anunciei. Edson Aparecido dos Santos, sempre Deputado, Presidente da Cohab, já está à Mesa conosco. (Pausa)

Agradeço a presença do Vereador Gilson Barreto que foi Presidente da Comissão de Política Urbana.

Quero combinar algo: o primeiro a fazer a exposição do Orçamento vai ser o Secretário Chucre - trouxe sua exposição? (Pausa) Espero que traga boas notícias, que os números fortaleçam esse público. Precisa melhorar muito para ficar ruim, falei para o Relator.

Temos a presença de vocês que é nosso objetivo central da audiência pública e me consta que temos também lá embaixo mais de 200 munícipes que estão acompanhando. Sabemos que há uma limitação neste salão por motivo de segurança, e as laterais e aqui não podem ser ocupadas por determinação do Corpo de Bombeiros. Então vamos estabelecer que os membros da Comissão, Ricardo, Isac e Zé Turin, que vamos permitir inscrições também de quem está lá embaixo acompanhando pelos telões, por uma questão de justiça.

Então eu faria um pedido. Nós vemos aqui os movimentos organizados, considerando que estamos trabalhando com três minutos de fala para cada um, obviamente nos organiza, e se um movimento entende que em três minutos não consegue... (Pausa)

O Eduardo Dika, Secretário de Verde e Meio Ambiente que também faz parte dessa audiência pública. Desculpe, Eduardo.

Prosseguindo, queremos solicitar que, evidentemente, se não contempla em três minutos, claro, o movimento inscreve mais de uma pessoa para falar. E, considerando que nós estamos com esse auditório lotado, e também o auditório externo lotado, entendemos que pegando lá embaixo as inscrições, se os movimentos conseguirem organizar-se no sentido de permitir que os de lá se inscrevem e falem nos ajudaria muito.

Temos o prazo da convocação até as... nobre Vereador Ricardo Nunes? (Pausa) Até as 15h, temos tempo, que é praxe desta Comissão permitir que os inscritos falem. Queria pedir um pouco essa consideração para não prejudicar.

Vim dizer aqui que fizemos uma audiência pública com várias Secretarias e o nobre Vereador Ricardo Nunes, que é o Relator, sequer teve tempo direito de fazer perguntas aos Secretários, porque temos essa dificuldade: dia 22 precisamos encerrar as audiências, serão 16 audiências e vamos fazer mais de 50 horas, mais de 500 falas dos municípes e são várias Secretarias, então, temos de juntá-las. É o caso hoje, por exemplo, temos a Cohab, a Sehab, a Companhia Metropolitana de Habitação – já falei -, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Então é essa a dificuldade.

Mas quero declarar que já estão abertas as inscrições, enquanto isso, imediatamente, quero dar um anúncio extremamente importante que, aliás, eu diria, que dependendo é até mais objetivo do que as falas aqui: estamos gravando a audiência e tem também a Taquigrafia. Temos ainda um *site* especificamente para sugestões ao Orçamento, que vou pedir que, depois das exposições, ele fique colocado à disposição, é o www.camara.sp.gov.br/orcamento2018. Ali vocês podem colocar quaisquer sugestões e aí, obviamente, o Relator vai ter um trabalho árduo, mas eu diria que até mais objetivo, porque a equipe e a assessoria terá tempo de colocar. E isso para qualquer que seja a sugestão, um tapa buraco até a construção de umas 50 mil casas populares.

Então eu diria que é importante que vocês que não tiverem, aqui, oportunidade de colocar as demandas, ou as dificuldades, nesse *site* terão essa oportunidade.

Muito bem, só queria ponderar o seguinte: o Vereador Gilson Barreto falou que precisa se retirar por causa da CPI.

O SR. GILSON BARRETO – Por favor, vou sair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quer fazer uma breve saudação? Vereador Souza Santos, Vereador Fabio Riva? (Pausa)

Dou a palavra ao Vereador Gilson Barreto.

O SR. GILSON BARRETO – Obrigado, Presidente Jair Tatto, quero parabenizar a Comissão de Finanças e Orçamento por esse momento tão importante. Dizer que todos os

anos nós temos o Orçamento, e a Comissão de Finanças e Orçamento tem realizado as audiências públicas com a participação efetiva. Hoje nós temos a preocupação muito grande, principalmente a questão habitacional. E na cidade de São Paulo. Sabemos que os projetos estão emperrados em Brasília e eu mesmo, como acompanho a questão do movimento de habitação, principalmente da cidade de São Paulo, e a gente tem uma preocupação muito grande, e se não houver esse projeto Minha Casa Minha Vida que está praticamente parado, nós estamos há um determinado tempo sem isso avançar e esperamos realmente que a Secretaria Habitação, a Cohab, que tem inclusive mantido contato com Brasília.

O Governo Federal nos fez apresentar às associações vários projetos e esses projetos ficam engavetados em Brasília, não têm um posicionamento. Isso é muito ruim para o movimento e a demanda é muito grande. Sabemos do esforço e esta Casa através do Orçamento, estão aqui os Vereadores para corroborar com o Orçamento e ver o máximo possível de verba para o desenvolvimento da habitação e da Cohab na cidade de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Vereador Gilson Barreto.

Queria perguntar se lá embaixo está liberado e se o telão está funcionando para podermos dar início.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bem lembrado, Vereador Ricardo.

Obrigado, Vereador Gilson.

Tem a palavra o nobre Vereador Souza Santos.

O SR. SOUZA SANTOS – Obrigado, Presidente Jair Tatto. Cumprimento todos os componentes da Mesa.

Presidente, existem três coisas que eu aprendi na vida que são necessárias para o ser humano: comer, vestir, morar. Queremos comer, vestir e morar. Queremos morar, nos queremos moradia. Moradia é fundamental. Nada pior na vida do que morar de aluguel e o dono da casa, ao vencer o contrato, dizer que quer a casa. É direito dele.

Então, ninguém está aqui pedindo - Vereador Ricardo Nunes, V.Exa. é o relator do orçamento - uma coisa que não é direito. Eu já morei de aluguel e a pior coisa que tem é o dono da casa pedir o imóvel e você em dia com o aluguel. A casa é dele, a propriedade é dele e ele faz o que ele quer.

Então, eu queria pedir aqui, Vereador Ricardo Nunes, V.Exa. que é bastante sensível nessa questão, eu conversava com Fernando Chucre, quero cumprimentar também o adjunto Gilmar, que o PAC parece que está havendo um corte da verba Federal do PAC de quase 400 milhões de reais. É muito dinheiro, é muito dinheiro. Precisamos corrigir essa distorção, essa falta desses milhões no Orçamento para que possamos atender, pelo menos, - não atender na totalidade, mas pelo menos minimizar a questão do déficit habitacional existente na cidade de São Paulo.

Então, a vinda de vocês aqui é muito importante, ouvir o Secretário, ouvir o relator do orçamento, ouvir as autoridades que aqui estão, e claro, nós cobrarmos aquilo que é direito seu, por isso que a Câmara está aqui. Vamos votar em dezembro o orçamento, mas queremos que não haja esse corte enorme na questão do orçamento para as questões habitacionais.

Boa reunião a todos. Em breve, Sr. Presidente, nós vamos sair que a gente tem a CPI da Feira da Madrugada. Teremos que nos ausentar daqui a pouquinho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Souza Santos, Presidente da Comissão de Política Urbana desta Casa.

Vereador Fabio Riva precisa também se retirar para uma reunião.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, na verdade, eu acabei adiando a reunião até pela importância desta audiência pública. Então, vou permanecer aqui. Se V.Exa. quiser, pode passar direto a palavra ao Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador. O Vereador Atilio Francisco é o relator geral do Plano Plurianual, PPA.

Solicitamos uma inversão. Então, o Secretário Eduardo, do Verde e Meio Ambiente,

fazer primeira exposição. Faremos três audiências seguidas. O que vai predominar aqui é habitação, sem demérito a nenhuma secretaria.

Está presente o Movimento de Moradia da zona Leste. Recebemos e protocolamos aqui as reivindicações por escrito. Estão presentes também os Vereadores Alfredinho, André Santos e o Deputado Pastor César. Queria mais uma vez agradecer, nós que tanto criticamos quando fazemos uma audiência regional e os prefeitos regionais não vão, nós começamos aqui muito tristes com a ausência de secretários nas primeiras audiências, mas hoje estamos com 100% representados, Secretários, Presidentes de autarquias e empresas presentes. Muito obrigado pelo comparecimento de todos.

Inscrições abertas tanto aqui como no auditório externo. Então vamos à exposição do Secretário Eduardo de Castro.

O SR. EDUARDO DE CASTRO - Bom dia. Bom dia a todos.

É um prazer estar presente nesta reunião, apresentar algumas características da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, uma secretaria tão importante e de relevância para o governo João Doria. É um prazer, eu me sinto lisonjeado de fazer parte dessa equipe deste Governo.

Assumi a Secretaria há uma semana. Ainda é uma questão muito embrionária para mim todos os assuntos da Secretaria, mas tenho certeza de que farei uma explanação a contento para que todos os presentes entendam a situação da secretaria, os objetivos, e o nosso futuro, o futuro do cidadão, o futuro da Prefeitura e o cidadão do nosso Município.

Gostaria de agradecer a todos os presentes na Mesa, Sras. e Srs. Vereadores, todo o público. Gostaria de fazer um agradecimento especial ao Vereador Gilberto Natalini, pelo trabalho antecessor na secretaria, pelo excelente trabalho que fez junto à Secretaria de Governo, gostaria de parabenizá-lo e informar que o nosso trabalho é uma continuidade daquilo que vem sendo feito. O Governo é uníssonos, então a nossa modificação é no sentido de dar continuidade àquilo que já existia na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, e poder

melhorar de acordo com os nossos ideais. Num primeiro momento, farei para vocês um informe sobre os equipamentos da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, o que existe hoje.

Possuímos dois planetários, três viveiros, uma fauna silvestre muito ampla, possuímos a UMA PAZ que é uma entidade, uma escola municipal de astrofísica. Temos parques municipais num total de 106 parques, desse total de 106 parques, temos 6 naturais, 5 de preservação, 67 parques urbanos e 28 lineares, e também, aproximadamente, 40 milhões de metros quadrados de área verde, de parque, que nós fazemos a administração e que gostaríamos de fazer a melhor administração possível, com o apoio da sociedade civil e das entidades de organização social.

Farei uma explanação rápida sobre o orçamento de 2017. Tivemos, no Orçamento de 2017, uma disponibilidade de R\$ 236,708 milhões. Por uma solicitação do nosso Prefeito desenvolvemos um trabalho de redução desse orçamento, tendo em vista a possibilidade e o ideal do nosso Gestor, do nosso Prefeito, de fazermos a concessão dos parques públicos. Por isso, fizemos uma redução, um corte, que é a nossa obrigação de fazer o corte e reduzir gastos e despesas. A Municipalidade tem a obrigação de reduzir e cuidar bem do dinheiro público, que é de todos os cidadãos, trabalhadores brasileiros e paulistanos.

Hoje nosso orçamento previsto para 2017 será de R\$ 205,748 milhões. Significa uma redução de quase 30%, ou de 30 milhões, no Orçamento do ano passado. Isso foi uma solicitação do Sr. Prefeito e um projeto sobre a concessão de parques municipais. É uma ideia do Sr. Prefeito, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente seria um órgão gestor, um órgão de fiscalização, teríamos a fiscalização sobre parques e o concessionário é que faria a administração. Entendemos que a melhor forma para que isso aconteça, para que tenhamos uma regulação sobre os parques. A entidade, nós faremos alguns testes embrionários, algumas concessões embrionárias e durante o transcorrer do ano de 2018, é um anseio do Sr. Prefeito, de que todos os parques sejam concessionados. Não perderíamos jamais o controle do parque, simplesmente faríamos a concessão para a iniciativa privada e a responsabilidade

do Secretário e de todo cidadão é fazer a fiscalização para recebermos um serviço melhor do que aquele que já existe.

Nós temos um fundo em especial onde possuímos um recurso. Esse recurso é originário de licenciamento ambiental, de multas, é um recurso destinado à Secretaria e que nós podemos utilizar em determinadas situações, e ele vem se ajuntar àquilo que é o Orçamento da Prefeitura, na necessidade de utilizarmos esse recurso que é um fundo específico que nós temos. Teremos condições de utilizar esse recurso para um melhoramento de todas as áreas atinentes aos parques e atinentes à Secretaria, seja ela de obras, de projetos ou de custeio.

Criamos recentemente, com base naquilo que o ilustre Vereador Natalini já havia iniciado, nós instalamos a Comissão de Arborização de São Paulo, é um órgão, uma designação que eu fiz na Secretaria, onde nós faremos reuniões semanais para que possamos ter um controle sobre a forma de corte e plantio de toda arborização de São Paulo. Tivemos recentemente no Ministério Público do Estado de São Paulo, junto com o Promotor e com a Eletropaulo, para que possamos ter, nesse período que é principalmente um período de chuvas, um controle melhor daquilo que é feito com a árvore na Cidade. Temos uma preocupação muito grande de que não haja um corte de maneira equivocada em relação às árvores, e o plantio também é uma exigência do Prefeito, que nós façamos, através de mutirão, de ajuda da sociedade civil, o maior número de plantio. Queremos bater recordes e recordes em relação ao plantio de árvores.

Inclusive, estamos trabalhando nossos viveiros para aumentar o número de mudas, esse é um anseio e preocupação do Sr. Prefeito, da qual ele honrosamente me incumbiu esse mister. Temos essa preocupação na comissão, serão convocadas entidades de classe, estamos convocando a Eletropaulo, todas as Prefeituras para que possamos fazer um trabalho conjunto e o cidadão tem a total consciência e acesso àquilo que vem sendo feito com nosso verde, principalmente em relação às árvores de São Paulo.

Estamos desenvolvendo um clique dentro do *site* da Prefeitura, onde o cidadão, ao ter a necessidade de fazer uma reclamação ou um requerimento a respeito de uma árvore, terá condições de acessar o nosso *site* para fazer essa reclamação ou solicitação, seja de corte ou de plantio de novas árvores.

Então é um prazer estar aqui com vocês, vou ser bastante breve porque sou breve na gestão, apenas cinco dias ainda, mas me coloco à disposição de todos vocês e tenham certeza: nosso trabalho é em prol de São Paulo, em prol de um projeto do Prefeito João Doria e repito, do qual me sinto bastante lisonjeado em ser convidado para assumir essa Pasta. E, em respeito a todo cidadão paulistano, tenho certeza que irei desenvolver o melhor trabalho possível e, se tiver algum erro, que seja corrigido, vou corrigir e conto com o apoio de vocês para me ajudar nessa administração.

Administrar uma Secretaria do Verde no Município de São Paulo não é fácil, e ela não é minha, não é do Secretário, ela é do cidadão paulistano, e com esse cidadão eu conto. A Secretaria está com as portas abertas, façam uma visita, venham tomar um café e discutir, criaremos fórum de debate e comissões. São Paulo é nossa. Muito obrigado, um bom dia, estou à disposição para questionamentos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Sr. Secretário Eduardo. Vou passar imediatamente para exposição, o Sr. Secretário Fernando Chucre, de Habitação.

O SR. FERNANDO CHUCRE – Bom dia a todos e todas. Cumprimento o Vereador Jair Tatto e em nome dele os demais Vereadores aqui presentes: Isac Felix, Ricardo Nunes, Souza Santos, Zé Turin, Fabio Riva e Gilson Barreto, não sei se esqueci alguém, mas quero agradecer a presença de todos os senhores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – André Santos, Alfredinho.

O SR. FERNANDO CHUCRE – André Santos, Alfredinho, Atilio Francisco, obrigado, acho que agora foram todos. Agradecer a presença e o interesse na audiência pública, especialmente da Habitação, que sabemos, como mostra o auditório com a presença

maciça do pessoal dos movimentos de moradia, a importância desse assunto aqui no município de São Paulo, no Brasil em geral, mas no Município ainda existe o maior déficit proporcional do País. Então a questão de moradia é importante, é relevante, nós contamos com a ajuda dos senhores, aqui, nessa discussão.

Quero cumprimentar também a turma que está no outro auditório, são mais de 200 pessoas, o Vereador Jair Tatto já mencionou. O nosso Secretário adjunto Gilmar Souza Santos que está aqui presente, companheiro nosso nessa briga, junto com o Edson Aparecido, Presidente da Cohab, e também o Secretário do Verde Eduardo de Castro, além da Giulia que está representando a Secretaria da Fazenda.

Estão também aqui presentes, só não vou citar o nome de todos, mas todos os diretores da Cohab estão nessa audiência pública, e todos os coordenadores da Secretaria da Habitação no intuito de poder, eventualmente, caso haja alguma pergunta específica, estamos com toda a equipe técnica da Secretaria da Cohab para responder adequadamente à população.

Vou passar rapidamente a apresentação, pois acho que a maior parte, o interesse de grande parte dos presentes, é perguntar para nós – fazer perguntas – a respeito do que vai ser feito nos próximos anos, portanto, uma apresentação de uns dez ou 15 minutos e podemos, assim, dar sequência à audiência pública.

- Apresentação de audiovisual.

O SR. FERNANDO CHUCRE – Basicamente o que vamos apresentar são as metas. Como foram colocadas as metas, os eixos principais, quais são os impactos, ou seja, quais os problemas que nós tivemos logo no começo dessa gestão, especialmente em janeiro de 2017, com relação a questões orçamentárias. Vamos passar rapidamente sobre a situação do que está sendo feito na Secretaria, sobre as metas que estamos executando, vamos entrar numa síntese de como está a nossa situação orçamentária em termos de recursos e terminar um pouco em qual a nossa proposta, qual estratégia que a Secretaria da Habitação e a Cohab

estão adotando para tentar fazer frente a essa dificuldade orçamentária que todo mundo aqui sabe como é que nós estamos - nós, individualmente, o Município de São Paulo, o Governo do Estado, o Governo Federal, a gente sabe da crise que estamos passando nos dois últimos anos.

Então, vamos apresentar para os senhores quais as estratégias que nós adotamos. Se tiver de resumir em uma única tela quais as metas que foram colocadas pela gestão do Prefeito João Doria na Habitação, nós estamos falando basicamente em provisão, que é produção de novas moradias. A meta desta gestão é produzir 25 mil unidades habitacionais.

Com relação à regularização fundiária, que é um eixo importante para nós lá na Secretaria e na Cohab, que é regularizar diversos núcleos que tem aqui no Município, núcleos irregulares, poder titular e onde for necessário colocar também algum tipo de infraestrutura complementar, mas principalmente regularizar, dar a propriedade para famílias que moram de maneira irregular nesses núcleos, às vezes há décadas. Tem núcleos que estão há décadas em São Paulo, ocupações antigas, já são comunidades consolidadas. Então, a nossa proposta é regularizar o máximo possível de imóveis e beneficiar o maior número possível de famílias.

Por último, a meta de urbanização, que é beneficiar por volta de 27 mil famílias com obras de infraestrutura, sejam obras complementares, bairros que faltam alguns equipamentos ou alguma infraestrutura para poder ficar 100% regular ou bairros que não têm nenhuma infraestrutura. A nossa meta, então, é atender 27 mil famílias.

Por que a provisão está em verde e as outras duas em amarelo? No primeiro ano, o que conseguimos avançar em termos de conseguir recursos para atendimento dessas metas, a meta de provisão de moradia está absolutamente, rigorosamente dentro do que tínhamos previsto. Então, acreditamos que conseguiremos cumprir essas metas.

A meta de regularização e a de urbanização estão em amarelo porque requerem atenção nossa, especialmente a questão de viabilizar recursos para que possamos atender a totalidade das famílias até o final do mandato, por isso que estão em amarelo e nós, de certa

maneira, nos preocupamos em conseguir novas fontes de financiamento.

Esta imagem é para mostrar o que aconteceu em 2017 que gerou um impacto muito grande no nosso orçamento. Em janeiro de 2017, no dia 17 de janeiro de 2017, tínhamos 15 dias de gestão praticamente e recebemos a seguinte notícia do Governo Federal: que haviam sido cancelados todos os contratos dos PACs que os municípios não tinham iniciado até aquele momento. O que aconteceu? Desde 2011, diversas obras foram anunciadas pelo Governo Federal e não houve condição – algumas por problemas orçamentários, outras por problemas do próprio Município – do início dessas obras durante um período de cinco anos. Então, é importante dizer que no dia 17 de janeiro recebemos a notícia do cancelamento dos PACs, especialmente dos mananciais e de Paraisópolis, que totalizavam 1,450 bilhão de reais que estavam destinados à Secretaria da Habitação especialmente. Isso gerou um impacto especialmente no ano de 2017.

O Vereador Souza Santos comentou agora há pouco a medida que neste ano nós perdemos praticamente 350 milhões de reais que estavam previstos no orçamento e que não existem mais. Então, toda a vez que falarmos de execução orçamentária na Secretaria de Habitação, temos de tirar 350 milhões que não existem mais. Esse recurso não existe. O contrato foi cancelado pelo Governo Federal.

A segunda questão relevante é a redução - isso de maneira geral - de fontes de financiamento. O que aconteceu nos últimos anos especialmente? Grande parte da produção de habitação, ou seja, da construção de novas moradias e da urbanização - os recursos utilizados para obras de urbanização - ficaram vinculados ao financiamento federal, o que aconteceu para além do municipal, o municipal continua fazendo seus investimentos, mas o que aconteceu que também todo mundo vê todo dia na televisão quando liga no jornal foi que o Governo Federal, de fato, por várias questões, perdeu condição de financiar um município nas obras - não é só em habitação, mas de maneira geral, mas em habitação especialmente o nosso orçamento é muito dependente de recursos de fontes do Governo Federal.

Então, isso é importante colocar como pano de fundo para nossa apresentação.

Este quadro mostra um pouco esse impacto. A primeira coluna, que é a mais alta, que é de 2017 previa um orçamento - se a gente somar todas as fontes, governo federal principalmente - alguma coisa na casa de 1,2 bilhão de reais. A segunda coluna, o que está previsto em 2018 em habitação. O que é isso? Houve uma redução de recursos para habitação? Não. Falo não com a maior tranquilidade, porque o que aconteceu foi o seguinte, o que deixou de existir foi um recurso que estava previsto no orçamento dos últimos anos de urbanização, especialmente - que é essa caixinha quadriculada. Se a gente colocar o que é previsto anualmente, que é por volta de 350 milhões, a gente volta para os números que historicamente têm sido colocados na habitação.

Então, é importante mostrar que o que houve de fato foi a redução dos recursos que estavam previstos no financiamento do Governo Federal. O Município continua aportando o valor equivalente aos últimos orçamentos, especialmente ao de 2017, que estamos executando agora.

Pegamos um histórico dos últimos cinco anos, especialmente, dos últimos seis anos com relação ao orçamento da Secretaria da Habitação. A barra azul é o que foi orçado. Sempre orçamento é uma previsão de receitas, uma previsão de recursos que estariam disponíveis para serem executados pela Secretaria. Então, vemos que, na média, o orçamento dos últimos anos é por volta de 1,080 bilhão de reais. Sempre considerando especialmente esses recursos do PAC, que eu fiz menção agora há pouco, por isso que você vem em uma média de aproximadamente um bilhão e você cai agora, nos últimos anos especialmente, para um orçamento mais baixo que é justamente considerando o dinheiro do PAC que não está disponível, e a execução que tem uma queda proporcional ao orçamento disponível. Então se a gente pegar agora o ano de 2016 e 2017, os dois últimos para referência, os valores são muito parecidos, são valores na casa de 750 milhões disponíveis, de fato, para habitação descontado o PAC, com um comentário que eu gostaria de fazer: quando você fala agora em

2017, nós temos medido esse valor por volta de 220 executado até setembro e pretendemos... isso daqui é o que será executado de fato, a caixinha amarelinha, que é o recurso basicamente... (Pausa)

Não está acompanhando a minha apresentação, desculpem, eu estou vendo no meu computador. Você podia passar, por favor, para frente? Então, essa informação que está aqui é a informação que estava dizendo do orçamento azul, o orçamento médio da habitação nos últimos seis anos e, em laranja, o executado. Então, o executado – importante dizer que não é tudo do azul que está disponível, sempre tem o contingenciamento, então, o executado é sempre bem mais baixo do que o disponibilizado no orçamento.

Esta linha é a média da execução orçamentária de Sehab nos últimos anos. A média é por volta de 280 milhões de reais nos últimos anos. O que estamos mostrando com essa segunda tela é que as duas caixinhas que estão em cima da última linha laranja é o que será executado ainda este ano. O que é a caixinha amarela? São os recursos que deixamos reservados, para os aportes do Minha Casa, Minha Vida, e aí uma informação que é relevante. Nessa gestão, nós conseguimos autorização para, ou seja, foram selecionados, ou seja, estamos autorizados a contratar um pouco mais de oito mil unidades habitacionais. Ou seja, esse número é muito importante, é muito relevante porque nos últimos anos tivemos muitas dificuldades para contratar no Minha Casa, Minha Vida, esse número é uma reversão da expectativa que tínhamos de pouco financiamento, especialmente no Minha Casa Minha Vida, e para isso então aquela caixinha amarelinha que está ali no gráfico, é justamente o recurso reservado, ou seja, será 100% executado esse ano, que vamos depositar na conta da Caixa Econômica Federal, esse recurso que é por volta de 66 milhões de reais. Uma outra caixinha em cima, uma que está em branco ali, que irá mostrar como ficará nossa execução até o final do ano, que são os recursos reservados para aquisição de terrenos dos movimentos. Não houve ainda, por parte do Ministério das Cidades, a seleção dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida Entidades que é o FDS, e temos um número muito grande de entidades

vinculadas, com terrenos vinculados a determinados empreendimentos. Como não sabemos qual será selecionado, seguramos o dinheiro e vamos pagar, foi um acordo que fizemos com todos os movimentos de moradia que estiveram na Secretaria da Habitação. O empreendimento selecionado, a Prefeitura vai pagar o terreno. Vai fazer a desapropriação do terreno, complementar os recursos, ou pagar integralmente, de maneira a garantir o atendimento dessas famílias vinculadas aos movimentos também. A nossa tese é de que haverá uma reversão agora na curva da redução de execução do orçamento de habitação a partir, agora, de 2017.

Aqui um mapa, um quadro síntese do que está dentro das nossas metas. Se pegar tudo do Minha Casa, Minha Vida, nossa meta é por volta de 17.500, estamos entregando 1.714 de 2017, vai entregar mais 9.300 em 2018, ou seja, vamos estar bem próximos da meta, com empreendimentos entre os que vinham da administração anterior, que estão sendo contratados agora, foram contratados na primeira seleção desse ano, então até 2018 teremos entregue por volta de 11 mil unidades habitacionais.

Com relação a locação social, importante dizer, tínhamos na nossa meta mil unidades, e já conseguimos financiamento no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social para por volta de 440 unidades, serão todas aqui na região central, que o modelo de locação social será implementado principalmente na região central. Esse é um recurso de 50 milhões, financiamento já garantido pelo Ministério das Cidades para esse programa que é de grande importância, especialmente aqui no Centro.

Na regularização fundiária os números são menores em 2017, e a previsão de 2018, já é aumentar esse patamar, então em 2017 o total, por volta de 33 mil títulos, em 2018 a perspectiva de 62 e 19 e 20 esse número aumenta, porque a gente começa os processos de regularizações no primeiro ano e isso vai formando um fluxo, a tese é que o terceiro e quarto são os anos que entregamos mais títulos. Merece atenção, mas a princípio ainda estamos dentro da meta, dentro do atendimento das metas.

Urbanização. Como eu digo, temos o maior problema de arrumar financiamento para por volta de cinco mil unidades habitacionais. Temos 15 mil, aproximadamente, em obras em andamento. Sete mil em obras paralisadas e contratadas mais 1.050 que estão para ser iniciadas ainda no ano de 2017.

Esse é o principal. Considerando essa situação toda, quais foram as estratégias que a Secretaria da Habitação e a gestão do Sr. Prefeito João Doria estão adotando para tentar fazer frente a esse programa de financiamento especialmente? Basicamente é, para além do orçamento e dos fundos que formam a grande parte do nosso investimento, que é o FMSAI e o Fundurb, buscar fontes alternativas de financiamento, seja nas outras esferas do Poder Público Estadual e Federal, seja também de iniciativa privada. Os eixos que estamos trabalhando fortemente: PPP, viabilizar unidades através de parceria público privada, nos terrenos que não estão comprometidos com os empreendimentos no Minha Casa, Minha Vida. Isso é importante, nós não vamos concorrer. PPP não concorre com a produção da Secretaria da Habitação, ela complementa. Será uma produção adicional que a Secretaria vai estar estruturando para poder aumentar o número de famílias atendidas nessa gestão. A segunda, programa de locação social, que comentei com vocês, inclusive, aqui tem projetos de lei na Câmara Municipal de São Paulo, do nobre Vereador José Police Neto, estamos discutindo conjuntamente, inclusive respeitando as iniciativas do Legislativo, também. Negociações com a Sabesp, especialmente, para tentar substituir os recursos dos mananciais. Grande parte daquele recurso de 1,4 bilhão era destinado à zona Sul de São Paulo, especialmente mananciais, que era o PAC Mananciais. A estratégia que a Secretaria adotou, foi: renegociar os contratos da Sabesp, especialmente um contrato que existe, de 174 milhões, que estava vinculado ao PAC, estamos tentando usar esse recurso para aplicar em outras obras em mananciais também, ou seja, garantindo investimentos na região sul do Município, e também no convênio, que é um recurso que a Sabesp aplica no Município de São Paulo, de aproximadamente 80 milhões em saneamento e macrodrenagens. A tese é também avançar

nesses recursos, na negociação com a Sabesp, para poder utilizar na região de mananciais, especialmente obras de urbanização. E outras fontes que são financiamentos diversos que estamos atrás com ajuda da Secretaria da Fazenda, de buscar recursos tanto internacionais como aqui em bancos, no caso, para poder também aumentar a capacidade de investimento.

O segundo grande eixo foi a retomada e a renegociação de empreendimentos e obras que estão paradas. Temos muitas obras em operação urbana, um exemplo, obras da Sehab, da Cohab, diversas obras que estavam paradas. Nós nos debruçamos sobre a retomada e a renegociação dessas obras, que a maior parte delas têm recursos vinculados, para poder aproveitar esse recurso que estava parado de alguma maneira em algumas das fontes de financiamento.

Outro eixo. Nós renegociamos aplicação, as prioridades de recursos da operação urbanas. Vou dar um exemplo só: os recursos que estavam disponibilizados na operação urbana Água Espreada estavam quase que integralmente destinados, se pegar a visão de 17, a 18, para empreendimentos de infraestrutura. Fomos negociar com as demais secretarias e recuperamos diversos empreendimentos, de maneira que em 17 e 18, teremos recursos suficientes para terminar a Água Espreada, por volta de 1.200 unidades habitacionais que serão entregues nesse período, que não existia previsão para isso no orçamento existente.

Assegurados os aportes. Fizemos um tremendo esforço de economizar recursos de diversas fontes para garantir o aporte no Minha Casa Minha Vida. Basicamente, para cada real que o Município coloca nos projetos do Minha Casa Minha Vida, o Ministério das Cidades coloca quase 10, então isso é uma forma de alavancar recursos e investimentos para a Secretaria de Habitação também, especialmente na produção de unidades habitacionais.

Racionalizar os recursos, que é mais óbvio, e a questão da Cohab, especialmente, o Edson está lá debruçado sobre essa questão, que é desmobilização de patrimônio, e aí uma ressalva para ficar bem claro para todos, especialmente para o pessoal dos movimentos: não estamos desmobilizando terrenos que poderão ser utilizados para produção de habitação. A

desmobilização, a venda desses terrenos, é exclusivamente de lojas que a Cohab tem, principalmente em outros municípios, aqui em São Paulo também, mas especialmente em outros municípios, galpões e outros empreendimentos que não são habitacionais. A ideia é vender esse patrimônio que não tem vínculo com habitação e esses recursos serem utilizados integralmente na produção de moradias ou na regularização dos empreendimentos da Cohab.

Último assunto. Implementação de um grupo de mediação de conflitos para evitar - essa é mais uma questão, não tem a ver com o orçamento, mas acho que é relevante citar - que é um esforço muito grande da Sehab, da Cohab, para evitar e minimizar os conflitos fundiários que nós temos na Cidade, que são muitos e que geram problemas e demandas diárias para a Secretaria de Habitação.

Era que tinha a dizer e estou à disposição para qualquer questão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário.

Anuncio a presença do nobre Vereador José Police Neto.

Com a palavra o Sr. Edson Aparecido, Presidente da Cohab.

O SR. EDSON APARECIDO – Bom dia a todos. Cumprimento nosso Presidente, nobre Vereador Jair Tatto, nosso Relator, nobre Vereador Ricardo Nunes, nosso Secretário Fernando Chucre, o Gilmar, nosso Secretário Adjunto, e aos Srs. Vereadores presentes. Cumprimentar toda a diretoria da Cohab que nos acompanha, cumprimentar a Secretária Adjunta, a Giulia, e dizer aos senhores que a apresentação feita pelo Sr. Secretário, o que fizemos esse ano? Uma ação extremamente conjunta, unificada, da Secretaria da Habitação e da Cohab. E o nosso esforço maior, seja o esforço de buscar novos investimentos, sobretudo junto ao Governo Federal, mas também de racionalizar as despesas da Secretaria, e evidentemente da Cohab, visava uma estratégia central dessa área da habitação do Governo João Doria, que é buscar aumentar oferta, a produção de habitação de interesse social, no conjunto da Cidade. Esse é o esforço pelo qual está concentrada toda a Secretaria, e evidentemente a Cohab, que é operadora de parte importante das questões aqui relatadas pelo

nosso Secretário. Tenho impressão que a nossa maior contribuição será no sentido de responder questões e dúvidas que a plateia tem, que os movimentos têm, para poder elucidar algumas das prioridades que nós tivemos esse ano, não só com o orçamento da Cohab mas com administração do orçamento do Fundurb e também aquilo que definimos como prioridade para o ano de 2018. Talvez nossa participação possa ser mais contributiva nesse sentido.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra a Sra. Luiza Lins Veloso, coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, da Defensoria Pública, obviamente não vou poder permitir toda uma exposição, ela vai estar protocolando alguns estudos aqui. Depois iremos passar um vídeo de dois minutos, que saiu na rede Globo, que é um resultado do trabalho da CPI dos grandes devedores, o nobre Vereador Isac Felix é o relator, o Vereador que é dessa comissão, relator nobre Vereador Ricardo Nunes, é membro, o Vereador que é desta comissão, Rodrigo Goulart, também é membro.

Depois da fala da Luiza, passaremos o vídeo de dois minutos.

A SRA. LUIZA LINS VELOSO – Meu nome é Luiza, sou Defensora Pública do Estado. Desde agosto de 2014, coordeno o Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública, e vim hoje aqui, em nome da Defensoria Pública, por força do projeto de lei orçamentário que traz... Tivemos a notícia da redução da verba para habitação e, com grande preocupação, eu, como coordenadora do núcleo de habitação, juntamente com os coordenadores dos núcleos da infância, da pessoa com deficiência, do idoso e da mulher, elaboramos uma nota técnica, que vai ser feito um protocolo para o Secretário Fernando Chucre e para os 55 Srs. Vereadores da Casa, onde demonstramos nossa preocupação com essa redução. Estava ouvindo a fala do Secretário, vou pontuar o que colocamos na nota, foi uma preocupação grande, que diariamente recebemos pessoas na Defensoria Pública com a demanda do auxílio aluguel, por diversos motivos, famílias que estão desabrigadas, foram removidas sem atendimento, foram vítimas de remoções forçadas, decorrentes de

reintegrações, decorrentes de áreas de risco. Esse auxílio aluguel, que é o atendimento provisório que temos hoje no Município de São Paulo, já está suspenso, desde, salvo engano, julho de 2016. Então nossa grande preocupação é que o fundamento dessa suspensão decorre da falta de repasse orçamentário. Como vamos conseguir reduzir esse orçamento da habitação? E não retomar esse atendimento, pior; vamos continuar sem contemplar novos beneficiários. Para que a conta da Secretaria feche de uma forma responsável, imagino, eles terão, inclusive de reduzir gastos para o auxílio aluguel. Como o próprio Secretário colocou da dificuldade orçamentária, da dificuldade de conclusão dos empreendimentos, a própria regularização fundiária, que é uma demanda muito importante que a gente por diversas vezes encaminha para a Sehab. Então é nesse sentido minha fala hoje, queria dar notícias que fizemos uma nota técnica, vamos fazer um protocolo formal para todos os gabinetes e para o Secretário, e estamos à disposição para conversar com eventual parlamentar que tenha interesse e também pretendemos conversar com relator, Dr. Ricardo, para tratar dessa questão que entendemos que tem de ser revista para ampliar a verba orçamentária da Secretaria de Habitação. Era isso. Agradeço a atenção de todos. Tenham um bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou deixar esta folha com o nome de seis inscritos, no auditório externo, com a guarda, na portaria, para permitir a entrada deles: Brasil Laerte, Fabio Siqueira, João Pedro Rosin, José André Araújo, Renan Vieira, Andrezza de Souza, Alcete Araújo, Simone Stéfani, Cícero Apóstolo da Silva, Silvana Evangelista e Fátima Santos.

Peço à Assessoria que passe o vídeo, da matéria veiculada na Rede Globo, sobre a CPI da Dívida.

- Apresentação de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Obrigado.

Ressaltar mais uma vez aqui o trabalho da CPI, que é presidida pelo Vereador Eduardo Tuma.

Eu quero fazer uma solicitação à Giulia, que representa a Fazenda, o Ahmed, Coordenador Geral do Orçamento, da Prefeitura. Vamos então, de maneira oficial e pública solicitar, porque a PPI encerrou em 31 de outubro, ficando o compromisso desses devedores.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Junto com o Relator aqui, tanto do PPI, Vereador Atilio Francisco, como o Relator Ricardo Nunes, pedir à Comissão que nos informe.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI - Está sendo preparado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Preparado?

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Amanhã? Amanhã é feriado, deixa para quinta.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI - Não. Vai ser apresentado pelo Secretário na audiência geral final.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É. O importante é dizer para vocês que na audiência geral, para quem se sentir hoje prejudicado, no dia 22, eu já informo o calendário de trás para frente: nós teremos a última temática, que é a 16ª e a segunda geral. Obviamente, quem aqui se sentir prejudicado poderá participar desta, que tratará de todas as pastas, e fazer lá as suas reivindicações.

A Giulia está dizendo aqui que o Secretário Caio Megale, neste momento, dirá o que entrou a mais no Orçamento, daquilo que estava previsto para este ano. *Ok?*

Quero mais uma vez aqui saudar e parabenizar o trabalho da CPI. Isso é um dinheiro que não viria. Não viria. Nós aprovamos o PPI, que juntou lá 2,5 bilhões, esse trabalho é do PPI; o trabalho da CPI juntou o equivalente a quase outro tanto disso.

Isso vai virar casa popular, não é Edson e Chucre? Vai virar regulação fundiária, urbanização de favelas, vai ter mutirão e auto-gestão, olhem que maravilha!

Tem a palavra o Sr. Brasil Laerte. Três minutos categoricamente hoje, eu aprendi a mexer no cronômetro.

O SR. BRASIL LAERTE – Eu sou presidente mundial da Unesca, que é o Cosmos Universidade das Nações Unidas, Educação e Cultura, uma universidade de massa. Nós estamos organizados em 96 países. A universidade tem o banco global, uma instituição financeira que está sendo instituída, que é o Banco Global de Desenvolvimento Habitacional, Social e Comercial, que é o Banco Global.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. BRASIL LAERTE – Por enquanto não. Mas no ano que vem a gente já vai estar com um pouquinho.

A cidade de São Paulo é uma cidade cosmopolita, tem um PIB de 676 bilhões de reais, mas é uma cidade global injusta. Só para o Governo Federal vão 40% da riqueza produzida aqui e para o Governo Estadual vão 12%.

Mas o Temer, com uma gangue que ele montou, a tropa de ladrão que ele montou em Brasília e em nível nacional, para assaltar os cofres públicos e limpar os bolsos da Nação, só o que a Cidade passa para lá esse ladrão, até ao final de 2018, vai roubar 35 bilhões.

Só o que ele está roubando, daria para fazer um orçamento na cidade de São Paulo com quase 100 bilhões de reais.

Além disso, fui para cima dele, há 10 anos, quando eu denunciei o Sérgio Cabral, esse ladrão montou um esquema de máfia na Caixa Econômica Federal, além de desviar o dinheiro do FGTS, ele montou um esquema de corrupção, um mafioso, dentro, cortou a verba do Minha Casa Minha Vida.

Só para dar uma ideia, eu apresentei o projeto do Minha Casa Minha Vida na primeira Conferência Nacional das Cidades, que previa a construção de 30 milhões de unidades, até 2030.

O SR. PRESIDENTE (Jair Totto) – Conclua, por favor.

O SR. BRASIL LAERTE – Ele montou uma máfia lá que se um terreno custa 1 milhão de reais, articuladamente com o proprietário desse terreno eles aumentam para 7 ou 8 milhões, para depois o dinheiro ser rateado entre a gangue dele, através de notas trambicadas.

Para encerrar, a minha pergunta que vou fazer para o Secretário é a seguinte: o Doria inaugurou agora e entregou unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida já construídas pelo Governo Haddad, o senhor falou que são 25 mil unidades.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – São 10 segundos.

O SR. BRASIL LAERTE – Com que recursos o Governo pretende construir essas 25 mil unidades?

Na região do Parque Cocaia...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Próximo inscrito é o Sr. Fabio Siqueira.

O SR. BRASIL LAERTE – Estou encerrando, estou encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu tenho 42 inscrições.

Próximo inscrito é o Sr. Fabio Siqueira.

O SR. BRASIL LAERTE – No Parque Cocaia, no Jardim Gaivota, tem um terreno...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não tenho aqui como cortar?

Eu tenho 42 inscritos aqui.

O SR. BRASIL LAERTE – Eu sei, mas eu já tinha terminado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Próximo inscrito é o Sr. Fabio Siqueira.

- Manifestação antirregimental.

- Manifestações simultâneas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vá denunciar quem você chamou de ladrão na Procuradoria.

Temos 42 inscritos, vou encerrar as inscrições na fala do Fabio Siqueira.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Bom dia a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Aqui é lugar para discutir Orçamento, não para

denunciar as pessoas, são números, o quanto está faltando e o quanto precisa.

Vamos lá, Fabio.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Saúdo a todos e todas, eu não vou falar o nome de todos os Vereadores por economia de tempo. Saúdo os secretários presentes, em especial, a população presente que veio discutir a moradia e o meio ambiente da cidade de São Paulo. Especialmente, os seus conselheiros, seus representantes legítimos, eleitos pela população.

Meu nome é Fabio Siqueira, acompanho o Orçamento de São Paulo já há 12 anos, especialmente tenho grande interesse nessas áreas da habitação e do ambiente ecológico da Cidade.

Queria comentar, até em homenagem às pessoas deficientes, da Cidade, que sofrem muito pela falta de moradia, falta de entrega de projetos habitacionais, denunciar que a dotação de instalação de centro de especialidades e reabilitação, na área da saúde, nada foi executado, de 38 milhões de reais. Infelizmente, a população cadeirante sempre é prejudicada seja na saúde, seja na moradia.

Na questão habitacional, eu soube de um dado bastante estarrecedor, Sr. Secretário, três operações urbanas preveem verba para regularização fundiária, a saber: Água Branca, Centro e Faria Lima. Nada foi executado de uma verba de 13 milhões, em nove meses, até 30 de setembro. É muito desagradável isso, porque são áreas já consignadas há 20 anos para moradia popular, tem Cepac e nada é executado. É lamentável que nesse tema da regularização fundiária o recurso orçamentário esteja tão baixo, apenas a execução até setembro 28,1%, no montante de 75, $\frac{3}{4}$ do ano. É muito ruim o desempenho da regularização fundiária no Governo Doria, como também foi no Governo passado.

Pior ainda, como foi apresentado aqui, mas não é desculpa, Secretário, o Programa Mananciais, de uma região já pobre, carente e prejudicada, como Parelheiros, M'Boi Mirim, Grajaú, Capela. Apenas 4,4% de execução, orçamento de 406 milhões, executado 18 milhões. É muito pouco.

Não adianta dizer que não tem Governo Federal. Quando acontece isso no transporte aparece dinheiro para os barões do transporte, por que não aparece para habitação popular, para moradia do povo? É isso que a população pergunta. (Palmas) É um absurdo completo.

O incompetente Prefeito anterior Fernando Haddad entregou 20% da moradia, eram 55 mil, entregou 20% disso, 1/5 não dá nem 11 mil moradias da previsão. É muito pouco. A gestão atual parece que está indo para o mesmo caminho, Deputado Edson, só 10,5% executado, de 112 milhões, executou 12 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Para concluir.

O SR. FABIO SIQUEIRA - Para encerrar, também gostaria de lamentar a execução da ZEIS. Tem uma dotação para a ZEIS, 104 milhões, o senhor só executou 20,5%. A vez que o prefeito anterior prejudicou, porque não passa mais por esta Casa, agora é decreto do prefeito, autoritário, nos prejudica de novo no orçamento.

Para encerrar, queria tecer alguns comentários sobre a urbanização. A execução, somando com operações urbanas, só 27,8%, o que é lamentável.

Queria prestar homenagem aqui ao Conselheiro Gerônimo, falecido em 2015, que lutou muito pela Operação Urbana Águas Espriadas. Em compensação Águas Espriadas não morra sem orçamento aqui, que parece vamos ter graves problemas.

É isso, obrigado.

Quero me inscrever para o meio ambiente, porque também tenho perguntas.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Fabio Palácio, está presente, é assessor do Deputado Federal Paulo Pereira da Silva e Maxwell José da Costa.

Tem a palavra o Sr. João Pedro Rosin.

O SR. JOÃO PEDRO ROSIN – Bom dia a todos. É um grande prazer estar aqui, junto com vocês, dos movimentos de moradia, com os nobres Vereadores e com o Secretário

da Habitação.

Eu sou João Pedro, Coordenador Geral da União de Moradores de Pinheiros e Lapa, que defende a moradia como um equipamento social. A questão da nossa região é que ela é muito exposta à voracidade do mercado imobiliário, onde a baixa renda não tem oportunidade de residir nesses locais e, quando reside, ocupam cortiços, amontoados em prédios encortiçados, como é lá em Pinheiros e no Centro.

Nós defendemos, por uma questão até de logística, a locação social, Sr. Secretário, por uma questão até da voracidade do mercado imobiliário, nessas regiões.

Mas nós sabemos que o dinheiro está curto, então vamos procurar onde podemos obter essa verba.

Nós temos a Operação Faria Lima, com dinheiro sobrando em caixa, todos nós sabemos, que poderia ser muito bem aplicado nessa questão da locação social.

Nós temos o terreno da CMTC, na Vila Leopoldina, que está sendo objeto de um PIU, ou será ainda, dentro do PIU se prevê a questão da habitação também. São 30 mil metros quadrados daquela área que podem ser contemplados como habitação.

Uma questão que está nos jornais é a troca de terreno do Parque Augusta por uma área da Subprefeitura de Pinheiros, que tem 50 metros quadrados. Há uma diferença de valores na avaliação do imobiliário de 40 milhões. Nós podemos chegar para a Setin e Cyrela e falar: olha, você me paga esta parte construindo, no terreno da Subprefeitura, hoje, um edifício para locação social. Sou feroz defensor da locação social.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

O SR. JOÃO PEDRO ROSIN – Além disso, como nós temos vários prédios vazios em Pinheiros, na Pompeia, esses dias foi invadido um prédio na Rua Dr. Miranda de Azevedo, na Pompeia.

Nós começamos a reativar a PPP, Parceria Público Privada, onde podemos organizar melhor isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Passaram 15 segundos.

O SR. JOÃO PEDRO ROSIN – Sim, senhor.

Eu entendo, Sr. Secretário, que nós temos de conversar mais, temos de dialogar mais, procurar soluções conjuntas e aproveitar ao máximo essas verbas que aparecem.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, João.

Tem a palavra o Sr. Tânio Leonardo.

O SR. TÂNIO LEONARDO – Bom dia companheiros e companheiras. Primeiramente, uma salva de palmas para todos os participantes dos movimentos sociais, mostrando a representatividade e a participação. (Palmas.) É isso que vai mudar a história da conjuntura atual desta Gestão.

Primeiro, companheiro, não é invasão, é ocupação. Está bom? Você fez uma fala que não foi representativa. (Palmas.)

Eu queria perguntar ao Secretário Fernando Chucre, com quem tive o prazer de ter um diálogo, por ser representante do movimento MMCR Movimento de Moradia Central Regional, vinculado a FLM Frente de Luta e Moradia e dizer como vai ser a discussão com os movimentos sociais, haja vista algumas falas do atual gestor.

Porque nós deveríamos ser encarados como parceiros, porque nós denunciávamos prédios ociosos, sem função social, fazemos uma autogestão que deveria ser colocada pela Prefeitura como discussão de problema, não como movimentos sociais como o problema, que a gente discute hoje, na cidade de São Paulo, haja vista a imensa demanda, a gente demonstra isso e quer saber, Secretário, qual vai ser o diálogo com os movimentos sociais?

Também quero dizer que são inúmeras possíveis reintegrações de posses, com prédios já consolidados com moradias há mais de cinco, sete e 10 anos, que a gente não vê uma discussão para que esses problemas sejam sanados.

Quando se discute sanar, não é para somente fazer um grupo de mediação,

apenas para discutir como vai sair, não se discutem outras proposições, outras propostas para esses movimentos que dão a cara, dão uma visão mais participativa e inclusiva na cidade de São Paulo, que é a cidade mais rica e que tem a maior desigualdade social do Brasil.

A gente quer saber, Secretário, como vai ser essa discussão com a atual gestão.

Obrigado aí. Vamos lutar, quem não luta está morto. Força, sempre! (Palmas.)

Obrigado pela compreensão do tempo, Tânio.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Silvana Evangelista.

A SRA. SILVANA EVANGELISTA – Bom dia à Casa, companheiros e companheiras. Bom dia à mesa.

No dia 24 de agosto, foi protocolada, nesta Casa, para os 55 Vereadores uma carta aberta. Lerei aqui um resumo rapidamente: “Aos Vereadores e Vereadoras da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo. Nós conselheiros gestores da região Jaçanã/Tremembé, especificamente Cabuçu de Cima, fomos instituídos para acompanhar a elaboração e implantação dos planos urbanísticos das zonas especiais de interesse social, sendo uma exigência do Plano Diretor Estratégico, Lei 16.050/14 e do Decreto 56.759/16, que dispõe sobre ZEIS, bem como compete à Sehab a coordenação do Conselho Gestor, que está no artigo 43 e 44 do Decreto 56.759/16. A região do Tremembé, Zona Norte desta Capital, ao longo dos anos vem sendo deixada de lado. Ou seja, não se dá a atenção necessária e prioritária para a efetivação das garantias dos direitos fundamentais de seus respectivos cidadãos e cidadãs. Vimos sensibilizar os senhores e senhoras Vereadoras do município de São Paulo, que têm poderes constitucionais para a aprovação de recursos financeiros, ou seja, dotação orçamentária para execução dos projetos já devidamente apresentados pelos escritórios de arquitetura e aprovados por este conselho dentro do projeto denominado Cabuçu de Cima, a saber: perímetro de ação integrada 7, gleba remanescente 1, 2, 3, 4, remanescente 4 e extensão, 5, 6, Jardim Felicidade, Colibris da Serra, AC Fernão Dias, perímetro de ação integrada 8, Guilherme Budi, Guapira 1, setor 7, Guapira 2, loteamento Ataliba Leonel, favela

Ataliba Leonel, favela Ataliba Leonel 1 e extensão Leonel 2, Encosta Santa Casa, perímetro de ação integrada 10, Baixa Grande, Costa Brito, Gabriel Ribeiro, Favela Nova Galvão, para o pleno desenvolvimento social urbano e humano do território. Sem esses recursos inseridos no Orçamento Municipal de 2018 e com emendas parlamentares destinadas para esses valiosos fins, infelizmente perpetuaremos em um local onde prevalece a ausência de direitos conquistados constitucionalmente. A população local continuará sem poder sonhar o sonho da igualdade, da garantia dos direitos e de ter um local mais digno para morar, viver e socializar com um ambiente para todos. Finalmente, contamos sinceramente com a atenção e providências emergenciais dos senhores e senhoras Vereadores. Desejamos ter sensibilizado a todos e todas, esperançosos em termos nossas reivindicações atendidas por esta Casa. Atenciosamente, Silvana Evangelista, Conselheira Gestora do Cabuçu de Cima, Jaçanã/Tremembé”. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Fátima Santos.

A SRA. FÁTIMA SANTOS – Bom dia a todos. Sou do Movimento de Moradia da Região Sudeste, filiado à União dos Movimentos de Moradia. Estou aqui hoje para pedir ao Secretário de Habitação que a gente não pode também ficar a ver do Governo Federal. São Paulo tem um déficit maior da questão da habitação então tem que ter mais recursos, estou aqui falando para que se coloquem recursos para construir mais habitação, não adianta também sair edital e não construir a habitação nas áreas que temos na questão da Cohab. Também pedir que entre um recurso aqui hoje, a questão dos aportes, das áreas que nós já temos, que já têm projeto aprovado e falta o mínimo para ser construído, e se não entrar esse recurso agora no orçamento sabemos que depois tem a desculpa que não entrou no orçamento e que não tem recursos para as entidades, para quem acaba de construir, então, vamos pensar na cidade de São Paulo como um todo e que o índice é maior e que tenham recursos e que não fiquemos esperando a questão do Governo Federal. Na questão das áreas de ZEIS. Que a Prefeitura e a Secretaria de habitação façam a vistoria na questão das áreas

que entraram no Plano Diretor, que foram as áreas que indicamos aqui para que fosse construído nas áreas de ZEIS, e a gente vê que hoje há construtoras construindo em áreas demarcadas como ZEIS e que nós vamos fazer a denúncia, formalizar em papel, para que o Secretário tome providências nesse sentido. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. José André Araújo, do MRFU - Movimento de Regularização Fundiária.

O SR. JOSÉ ANDRÉ ARAÚJO – Bom dia a todos e a todas, em especial, ao Presidente dessa Comissão, o relator do PPA, e nosso Secretário de Habitação, Fernando Chucre, nossos amigos lá de Carapicuíba, quero saudar o seu pai, grande amigo que sempre nos recebeu com muito carinho e respeito. Falo isso porque tem gente de Carapicuíba lá embaixo, no Auditório Freitas Nobre porque estão numa área da Cohab, numa reunião que tivemos com nosso Presidente da Cohab que bem nos recebeu, Edson Aparecido, uma resolução junto com o Prefeito Marcos Neri, de uma área pertencente à Cohab do Porto de Areia.

A minha questão é a seguinte: a Lei 13.465/2017 aumentou a competência do município, para expedição de certificados de doação fundiária, contudo, o que observamos é uma diminuição dos recursos para a regularização fundiária. O nosso Secretário que é especialista no assunto, vai ter uma grande oportunidade, porque é uma ampliação na competência do município. Só que o próprio Prefeito de São Paulo, João Agripino Maia, não entendeu essa questão. E outra: tenho ouvido muito a questão de venda do Anhembi, de Interlagos, e no ano que vem? Vão vender mais o quê? A regularização é uma questão de política pública, que gera emprego, gera lazer, a questão de todo o comércio que está clandestino. Aqui o nosso amigo Sérgio, recebia bolsa aluguel, não teve nenhum projeto de moradia para ele. Como é que fica a questão do auxílio aluguel, Secretário Fernando Chucre?

Pessoas que estão dependendo disso. Quando existe uma área que foi ocupada, e venho corrigir a fala que foi feita aqui, o companheiro bem corrigiu e isso tem de ser corrigido, é

uma questão de dignidade da pessoa humana. As áreas são ocupadas porque não há um projeto de moradia. É por isso que acontece um aumento constante do desemprego, lá em Parelheiros, na cidade do Papai Noel, uma família com 10 crianças foi tirada de maneira abrupta, não levaram assistência social, não se preocuparam em qual seria o destino dessas famílias. E todo mundo acha normal. Então, há uma mudança. Temos que mudar a rota, a prioridade tem de ser a periferia, tem de ser a regularização fundiária, moradia digna. Não é isso que acontece no orçamento. E mais: boa parte do orçamento que nós estamos discutindo aqui, que os nossos amigos e amigas vieram aqui na manhã de hoje, vocês vão marcar, no próximo ano, vai ter pessoas falando que só 70% vai ser executado, como aconteceu em 2017.

Agradeço a oportunidade. Deus seja louvado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra o Sr. Renan Vieira, do MRFU.

O SR. RENAN VIEIRA – Bom dia a todos. Gostaria de falar sobre alguns números, o que percebemos no ano passado, dos 640 milhões que estavam destinados para a regularização fundiária e urbanização, apenas 132 milhões foram liquidados. Desses 132 só 77 milhões foram liquidados em regiões que não são operações urbanas. Há uma prioridade do município de direcionar os recursos para áreas mais nobres da cidade. Outro dado que mostra, no que está sendo proposto pelo Executivo na redução dos recursos para as prefeituras regionais, na região de Pinheiros, que engloba Jardins, Itaim, está sendo proposto uma redução de 12% no Orçamento. Na região do Grajaú, Cocaia, essa redução é de 32% no orçamento. Então toda a zeladoria também da região periférica acaba ficando comprometida. Hoje 25% das áreas de moradia da nossa cidade são compostas por ZEIS e devem passar por uma regularização fundiária para virar uma ZMIS, então já foi tratado isso no Plano Diretor, na Lei de Zoneamento, mas a política pública, o orçamento não está sendo destinado de fato para que isso ocorra.

Outro dado importante, e é bom alertar todo mundo, é o Decreto 57.975/17, nada

poderá ser empenhado nesse ano, então o que foi liquidado até então, desses orçamentos de regularização fundiária e urbanização de 640 milhões não temos esperança que venham mais recursos para abordar questões de regularização fundiária e urbanização.

Vou deixar uma camiseta do movimento para o Sr. Fernando Chucre, para sensibilizar, e vamos ver se no ano que vem a gente consegue inverter esse jogo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sra. Andreza de Souza. Como relator, eu vejo as pessoas tem os problemas de habitação e colocam, mas não percam a oportunidade de colocar efetivamente a solicitação. Os Secretários estão aqui com seus assessores anotando, se você não falar o que efetivamente solicita, acaba perdendo uma grande oportunidade. Está aqui a Secretária do Meio Ambiente anotando tudo com uma letra linda. É importante, além da fala, pontuar exatamente a reivindicação.

A SRA. ANDREZA DE SOUZA – Bom dia a todos. Quero perguntar para vocês o que falta mais vocês tirem da gente? O que falta mais? Somos um povo esquecido. Não temos direito a ter asfalto, a ter guia, nós pisamos no barro todos os dias para ir trabalhar e temos esse direito de andar em guia, em asfalto. De sair e levar nossas crianças para passear sem se sujar. Moramos num lugar onde tem esgoto a céu aberto. Nós pisamos em várias, eu não quero falar bosta, e pisamos nisso todos os dias. Lá embaixo, Parelheiros em peso está lá embaixo, porque nós acordamos e nós temos o direito de andar que nem vocês andam. Em guia e asfalto porque se vocês estão aqui é porque o povo votou em vocês e nós precisamos disso, da atenção de vocês. Nós precisamos, somos um povo carente, mas vamos lutar e vamos incomodar. Precisamos de creche, fomos nós que colocamos eles aqui, então está na hora de a gente se unir. Não vou medir esforços para abrir os olhos do meu povo. Chega de sofrer. O povo unido jamais será vencido. Precisamos da regularização fundiária do nosso bairro. Já tiraram tudo, agora querem tirar as peruas das nossas crianças e querem dar ração para as nossas crianças. O que mais eles querem tirar da gente? Encerro perguntando para eles: o que mais vão tirar dos pobres? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sra. Alciete Araújo da Silva, da União dos Moradores do Jardim Manacá da Serra.

A SRA. ALCIETE ARAÚJO DA SILVA – Olá pessoal, tudo bem? Sou Presidente de Bairro do Jardim Manacá da Serra e adjacências. Sou conhecida como Tata Silva. A gente tem vindo de uma luta grande e tentando mudar a realidade do povo que está na periferia. Posso entender uma coisa, parece que as pessoas aqui insistem em tratar a gente como periferia. Se eu trouxe 250 pessoas e elas estão lá fora, isso prova que a gente continua sendo tratado diferente. Eu estou indignada com isso, estou mesmo. Porque a gente perde a oportunidade de usufruir disso aqui.

Vamos acordar para uma realidade. O Vereador Ricardo Nunes falou para a gente dizer o que a gente precisa. Sabe o que precisa no Manacá da Serra, para começar o processo de regularização? De 450 mil reais, Secretário. A gente precisa disso lá, porque a gente conseguiu através de uma ordem judicial água, esgoto, mas estamos lá com o processo parado e a Prefeitura até está condenada, mas a gente não tem o dinheiro para fazer a regularização fundiária do Manacá da Serra. E se a população não vier aqui dizer que a gente quer regularizar o Manacá, a gente vai continuar na irregularidade, porque ninguém quer regularizar nada aqui não. Porque faz 20 anos que eu peço para regularizar o Manacá e ninguém foi lá ver para regularizar. Poucos foram lá. Posso perguntar aos Vereadores, quem conhece o Manacá da Serra? Quem conhece o Papai Noel? Quem conhece São Norberto? Olha como são poucos. Então vocês precisam conhecer a nossa realidade porque está na hora. A gente precisa realmente aprender a falar, precisa reivindicar o que a gente quer, mas uma coisa, eu não fui para escola aprender porque trabalhava numa casa de família para sustentar uma família de mãe, pai e seis irmãos. Mas uma coisa eu aprendi, a lutar pelos meus direitos, e quem representa nós aqui são vocês. E isso ninguém vai usurpar de nós, de dizer o que pensamos e o que queremos.

Sabe o que esse povo aqui quer? Regularização, quer escola, creche, saúde

decente, moradia, sabe por quê? Eu moro no Manacá da Serra e sempre, desde que cheguei lá, vem um fiscal, gestor, dizer que a casa não é minha, que estou numa área irregular, e que vão me tirar de lá. Eu só acreditei que era mãe de gêmeos quando fui no cartório e a moça disse: “Mãe, Alciete Araújo da Silva”. Eu vi que tinha concluído meu sonho e eu era mãe. No dia que vocês disserem “aqui está a sua escritura, Alciete Araújo da Silva”, eu vou dizer que eu concluí um sonho, que eu realizei meu sonho. Eu vou pôr esse sonho dentro de cada um que mora no Manacá da Serra, que mora no Papai Noel, que mora no São Norberto. Onde tiver alguém que mora em uma casa irregular, eu vou dizer: vamos lutar pelo sonho. Não vamos lutar mais por cesta básica, não. Vamos lutar pelo emprego, porque é o emprego que vai dar dignidade; não vamos lutar mais para que alguém nos dê migalhas, como as que estamos recebendo até agora. Vai lá fora, há 250 pessoas que trouxemos, e pergunta quem está empregado lá? Aí você aponta e diz que é um invasor. Ele não tem opção, porque nem o Estado nem o Município, ninguém dá opção para esse povo. (Palmas)

Quero parabenizar o Vereador que controla o tempo, ele está de parabéns. Ele exerce muito bem os três minutos dele. Mas, nós vamos lembrar disso quando estiver lá fora, então não esqueçam, vocês têm de lutar pelo sonho de vocês. Não deixem ninguém roubar o sonho de vocês, o direito de ter moradia, casa própria, vida, vida decente. Ninguém vai roubar de nós. Com 40 anos eu fui mãe de gêmeas, e eu agradeço a Deus que elas estão aí, são minhas. E a minha casa regularizada também vai ser minha. É um direito e ninguém vai roubar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sra. Simone Stéfani Félix.

Secretário Chucre, temos 250 pessoas lá embaixo. Só para o senhor ter uma ideia da sua responsabilidade enorme com relação à participação da população e agradecer a todos que estão aqui, que estão lá embaixo, que ajudam a sensibilizar o Governo. Com certeza o Chucre é um grande Secretário.

A SRA. SIMONE STÉFANI FÉLIX – Bom dia a todos. Faço parte do projeto

Pequenos Profetas, sou moradora do Jardim Manacá da Serra e cumprimento a todos com um bom dia. Gostaria de colocar que a Mesa, observando ali do outro lado, nas falas, eu acho uma falta de respeito muito grande os Vereadores ficarem olhando WhatsApp enquanto estamos aqui para falar da habitação, para falar da moradia, ok, então eu peço atenção na minha fala.

Gostaria também de colocar a importância da regularização fundiária. Porque, sem ela, não podemos fazer nada. E se o Governo tem tanto dinheiro, porque está cortando tudo, por que não temos direito à moradia, à regularização? Por que antes de as pessoas construírem em áreas de mananciais os fiscais não vão lá e barram? Só querem barrar depois que está construído, querem chegar lá, dizer que aquilo não é seu e derrubar todo o sonho que você construiu.

Como conselheira da área da saúde, vou focar e não deixarei de falar da importância do Hospital de Parelheiros. Não podemos mais aceitar um hospital de 253 leitos parado. Lembro a todos que no dia 18, agora, teremos uma passeata pelo Hospital de Parelheiros. Não podemos aceitar!

A regularização fundiária é muito importante nos nossos bairros; sem ela, não temos direito a creche, a moradia, a um hospital, a uma UBS, e nós necessitamos de tudo isso! Tudo isso trabalha em conjunto.

Eu gostaria de, aqui, colocar aos Vereadores presentes que necessitamos de 450 mil reais para regularizar o Manacá da Serra, assim como necessitamos também de regularizar o Cidade Papai Noel e todos os bairros da região de Parelheiros. (Pausa) Vargem Grande, bem lembrado.

Secretário Fernando, estendo o convite para que o senhor vá até a nossa região. Gostaria muito de ter a sua presença na região para que consigamos dialogar, porque é tão difícil a periferia conseguir vir até o centro! Se é para ter audiências públicas, por que não se faz em periferias? Por que dificultam tanto para virmos até o centro? Temos que ter mais audiências públicas nos CEUs, nas subprefeituras. Tem que haver mais audiências públicas

para o povo, porque, infelizmente, a periferia é privada de tudo, e temos, sim, direito de andar como vocês.

Agradeço a oportunidade de falar e estendo o convite também ao Vereador Ricardo Nunes, que tem feito um bom trabalho. Não que os outros não tenham feito, mas o Vereador Ricardo Nunes, em especial, tem feito um bom trabalho na região de Parelheiros. Então, só tenho a agradecer a ele e também a todos os que estão aqui. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Simone. Tem a palavra o Sr. Cícero Apóstolo da Silva. Em seguida, Maria do Socorro.

O SR. CÍCERO APÓSTOLO DA SILVA – Bom dia a todos. Sou Cícero, sou representante do bairro Jardim Bom Clima, São Norberto, Parelheiros. É um bairro próximo ao São Norberto.

O que quero passar a todos vocês, as companheiras Tata e Andressa já passaram. Quero dizer aos senhores que estou sofrendo. Como representante de 4 mil moradores, venho sendo ameaçado devido à nossa energia. Muitas mães de família estão levando seus filhos para a escola à noite com candeeiro no nosso bairro. Não temos energia, vivemos dentro da lama, dentro da água, não temos esgoto, tudo é sofrimento. Esse bairro fica ao lado do São Norberto. Temos lá duas entidades.

Peço encarecidamente aos senhores que nos ajudem, que não esqueçam Parelheiros, essa região precisa ser preservada. É verde, gente! Nós líderes comunitários estamos sofrendo muito nessas ocasiões. Estamos esquecidos. Tenho um projeto de atendimento de 280 crianças, e amanhã levando-as na comunidade do Manacá, da Tata. Chego na Prefeitura, peço, mas eles dizem que não têm dinheiro. O que vou fazer amanhã? Vou levar 280 crianças a pé, sem lanche, porque a maioria dos pais não tem condições? Mas vou continuar com meu trabalho, junto com a Tata e com a Andressa, e peço encarecidamente que levem lanche para nós, porque precisamos. É no Jardim Bom Clima, na zona Sul, onde sou líder comunitário há 12 anos. Temos muitos projetos, meu e de amigos meus que

entraram; mas a nossa carência lá é a regularização fundiária e a nossa lei. Obrigado a todos.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Cícero. Dona Maria. Antes, vou passar a lista para a Guarda orientar. Nós vamos chamar mais 7 que estão lá embaixo, mas precisamos fazer uma troca de público por causa das restrições. Serão: Brás da Silva, que está lá embaixo, Francisca, Antonio, Renato Francisco, Wellington Carvalho, Sheila, Gláucio e Dorival Gomes de França.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa. (Pausa) Bom dia, vocês são surdos? (Risos) Bom dia a todos. Sou Maria do Socorro. Para todos os efeitos, a gente vem aqui, não vem para brincar. Eu, Maria do Socorro, conhecida por Dona Socorro, não me envolve em habitação, sou do Grande Conselho Municipal do Idoso da região de Itaquera. Sou moradora do Conjunto Habitacional Água de Haia e estou falando em nome dos moradores da Favela da Caititu, favela largada e esquecida, onde há idosos em cima de córrego. (Pausa) Que falta de educação.

- Falas simultâneas. Risos e aplausos na plateia.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Por que acho que é uma falta de respeito. Muitos daqui eu conheço. Lá há um terreno abandonado, que virão lixão, cracolândia, ocupação. Até hoje ninguém olha. Tem a Favela da Caititu, com sua população largada, abandonada. Por que vocês esquecem e falam em Itaquerão? Só se for lá, porque tem córrego a céu aberto desde quando cheguei ao bairro, há 38 anos. A minha foi a primeira CDHU a ter as chaves entregues, e sou uma das primeiras moradoras, mas até hoje nada temos. Chama-se Itaquera (ininteligível) II. É bonito para caramba, Água de Haia, avenida, e tem a coisa mais estupenda: um córrego, favela, morro, cracolândia. Não temos nada de lazer. Muitos só vão lá na época da eleição, porque lá é um curral eleitoral – menos eu.

Nosso sonho, organização sem fins lucrativos, e até hoje ninguém chega. Então, estou reclamando providências. Acredito que tem alguém que tenham ainda um pouco de

dignidade. Quero providências! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Dona Maria. Vani Poleti. Em seguida, Graça Xavier, da União. Depois, Joaquim José da Silva, do Promorar Visão e Ação

A SRA. VANI POLETI – Bom dia a todos e a todas as mulheres presentes. (Palmas) Viva as mulheres! Meu nome é Vani, faço parte da União dos Movimentos de Moradia do Estado de São Paulo e sou representante do Movimento Habitacional e Ação Social, pelo qual quero hoje fazer um pedido. Depois, farei um protocolo para o relator do Orçamento. Estamos reivindicando a isenção e remissão de dívida de IPTU para habitação de interesse social. O Conjunto Residencial Vila Patrimonial foi um projeto construído por autogestão, e tivemos um lançamento indevido de IPTU no período da nossa construção, que a Prefeitura não deveria ter lançado. Então, estou aqui fazendo esse pedido para que seja colocado no Orçamento de 2018 que esses IPTUs sejam isentos.

Aproveito para colocar para o Fernando Chucre que está instalada uma crise no Ministério das Cidades, agora, com a saída do Ministro. Ele lançou o FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, atendendo as construtoras, atendendo o seu curral eleitoral do PSDB, PMDB e prefeituras. Assim, foi lançada a relação dos empreendimentos do FAR. Mas não foi lançado o Entidade, e estamos na expectativa desse lançamento. Fernando, não sendo lançado o Entidades, como ficam os programas, os projetos dos editais, das entidades viabilizadas por editais? Muito obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Joaquim José da Silva, do Promorar Visão e Ação. Em seguida, Graça, da União de Movimentos de Moradia – UMM, região Sudeste.

O SR. JOAQUIM JOSÉ DA SILVA – Boa tarde a todos. Vou falar um pouco sobre a regularização fundiária do Promorar e Jardim São Luiz. Em 77, nós lutamos pelos terrenos, foram feitas 703 em embriões. Saiu o documento, mas nós temos 400 e poucas ocupações. Em 2002, protocolamos na Cohab esse documento da regularização fundiária, que era de uma lei do Governo Federal. Não tem custo para o Estado, porque as casas já foram feitas, há

creche, escola, asfalto, é tudo urbanizado. Falta simplesmente um papel, um documento para essas famílias. Então, não tem como dizerem que não há verba. Nós não precisamos de verba, precisamos de um documento de regularização fundiária, que é lei, que não é cumprida. Porque, quando se trata da classe trabalhadora, da classe pobre, a lei não é cumprida. Infelizmente é assim. (Palmas)

Outra coisa. Um recado que quero deixar. Vi uma reintegração de posse sem assistência social, sem psicólogo para preparar as famílias. Tinha mulher grávida sentada, chorando e nenhuma dessas pessoas foi preparada para a reintegração de posse. É um absurdo ver o pessoal fortemente armado, autoritário. Se fosse com ricos, sentavam no sapatinho, um ajudando o outro e não aconteceria nada. Mas a classe trabalhadora, a classe pobre é massacrada e o nosso direito não é cumprido.

Que invistam em moradia, porque a situação é difícil. Nos bairros, nas favelas não tem Minha Casa, Minha Vida. Na televisão, isso é uma maravilha, mas nos bairros onde isso não é maravilha, tem barraco caindo, é situação difícil.

- Manifestações no recinto.

O SR. JOAQUIM JOSÉ DA SILVA – Agora, para nos bater não falta ninguém. Se alguém invade um pedaço de terra de cinco metros para morar com dez crianças, tem que tirar. “Odeio o Nordeste”, mas a maioria das terras produtivas está nas mãos de parlamentares, que compraram com o nosso dinheiro. É com o nosso dinheiro, e isso ninguém vê. Para eles, ninguém fala “arranca”. Se falar: “Eu sou o fulano de tal, parlamentar”. Tudo comprado com o nosso dinheiro.

Para concluir, para a regularização fundiária precisa só de um papel, porque a casa nós fizemos. Acho que é um direito e é lei do Governo Federal. Então, que seja cumprida para a classe trabalhadora.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Graça Xavier.

A SRA. GRAÇA XAVIER – Bom dia a todos e todas. Na figura do Presidente Jair Tatto, cumprimento os Vereadores que compõem a Mesa e, na figura da Dona Olga, cumprimento toda a população que está prestigiando esta audiência pública.

De primeira mão, já vou dizer: numa audiência pública, só três minutos para a gente falar o que quer é um absurdo. Os Vereadores falam o tempo que bem entendem, mas nós só temos três minutos. Já começo, então, fazendo esta fala de repúdio contra os três minutos. (Palmas)

Outra coisa: depois que o Lula lançou o programa Minha Casa, Minha Vida, os municípios e os Estados, simplesmente abriram mão de colocar verba no orçamento para a construção de moradias para as famílias de baixa renda. O Município de São Paulo e o Estado de São Paulo tinham que dar o exemplo, porque são o município e o Estado que mais recebem recursos no Orçamento, são os que mais têm recursos orçamentários em todos os segmentos. São Paulo, então, tem que dar exemplo. Temos que dar o exemplo porque, quer queiramos ou não, São Paulo é exemplo para todos os outros municípios e Estados.

De imediato, a minha proposta é colocar já grana no Orçamento para a construção de novas moradias. Se não colocar, no dia da votação, a gente vai ocupar esta Câmara Municipal. Ocuparemos ou não ocuparemos?

- Manifestações no recinto.

A SRA. GRAÇA XAVIER – Não é para ficar nos 20 mil que o Governo vem pondo para poder subsidiar o Governo Federal, porque a gente sabe que o Governo Federal não tem nem mais Ministro, muito menos orçamento, porque está zerado para 2018. Isso significa que não tem nem Minha Casa, Minha Vida. Por isso, os gestores dos municípios têm que cumprir aquilo que está na nossa Constituição: é dever do Poder Público garantir moradia, saúde e educação, principalmente para a população de baixa renda.

Outra coisa. A União dos Movimentos de Moradia está presente em 22 Estados, onde estamos fazendo a campanha para que todos os municípios e Estados disponibilizem

recursos.

De antemão, assinamos a nota técnica inteira que a Luiza, da Defensoria Pública protocolou aqui. Luiza, quero dizer que nós estamos juntas o tempo todo para cobrar dos Vereadores eleitos e do Prefeito, que está detonando com o Município de São Paulo.

- Manifestações no recinto.

A SRA. GRAÇA XAVIER– Ração para crianças!

Eles estão tirando tudo que é ocupação – ou invasão, como eles falam – porque não estão cumprindo uma ferramenta jurídica que tem no Plano Diretor, que é o IPTU Progressivo para o não uso da função social da propriedade. Isto eles não estão fazendo e deveriam fazer: colocar o IPTU progressivo para cumprir a função social da propriedade, porque tem muitos prédios vazios servindo para especulação imobiliária para os grandes empresários que pagam para os próprios Vereadores, para a campanha dos Vereadores e para a campanha do Prefeito.

Temos que falar para eles que nós temos consciência e clareza que há ferramentas jurídicas importantes disponíveis para fiscalizarmos e cobrarmos.

Última coisa. Quando se fala em invasão, a União dos Movimentos de Moradia é uma das organizações que mais constroem por autogestão, que constrói 50, 60 metros pelo mesmo valor que eles pagam para a construtora, que paga por 38 metros quadrados. Uma vergonha! E isso porque a Prefeitura e o Estado estão investindo nas PPPs, passando dinheiro de terreno público e ainda pagando para os grandes empresários construírem um cubículo para a gente morar, porque nem um cachorrinho tem condições de morar em 38 metros quadrados. É preciso garantir que cada família tenha uma moradia digna, que possa morar com dignidade.

Viva a luta! O povo unido jamais será vencido! É isso aí, gente! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Ana Flaviana de Paula

A SRA. ANA FLAVIANA DE PAULA – Bom dia a todos e a todos. Bom dia aos

Vereadores e Secretários presentes à Mesa. Sou representante do Parque Santo Antônio, Capelinha e Campo de Fora. Estamos aqui hoje para reafirmar que precisamos de moradia e precisamos da realização da canalização do Córrego dos Freitas e Córrego Jonas Samari, onde já morreram muitas pessoas. Moro na região desde 1968 e já presenciei muita gente e animais morrendo afogados. A gente vem nessa luta ali no fundo do ABB, que quase todos os Srs. Vereadores conhecem e sabem que ali é uma bacia e, realmente, quando chove mais forte, precisa até de bote para tirar as pessoas do meio do córrego.

Por isso, estamos aqui hoje pedindo encarecidamente, aos nossos Vereadores e Secretários, a realização desse encanamento no Córrego Jonas Samari e Córrego dos Freitas, porque já houve várias reuniões com a Cohab e com a Sehab há seis, sete anos e até hoje nada foi feito; entra governo, sai governo e nós continuamos lá, com a população sofrendo.

Pedimos, portanto, que esta gestão tenha mais interesse nessa população da nossa região e que sejamos beneficiados pelo menos nessa parte da canalização do córrego e das moradias. Por isso, estou cobrando a Cohab e Sehab, já que, por dois anos, fizemos várias reuniões, mas nada foi feito até hoje.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Cida.

A SRA. CIDA – Bom dia a todos e à Mesa. Com muito respeito, quero perguntar ao Secretário de Habitação qual é o Orçamento para a cidade de São Paulo. De cento e quarenta mil é o financiamento; 88 mil é de privatização. Então, o que vai ter de verdade para a cidade de São Paulo? Esse é um Orçamento mentiroso. Como vai ser esse Orçamento? Não adianta discutirmos sobre regularização fundiária nem locação social se não há orçamento. Qual é o orçamento verdadeiro que tem para trabalhar a Secretaria de Habitação? Qual é o Orçamento da cidade de São Paulo, uma cidade tão rica que não pensa nos pequenos, que não pensa nas

peessoas que estão sofrendo, como está toda a Cidade e todo o País? Como vai ser? Onde está o Orçamento? Dos quatrocentos e oitenta mil menos duzentos e vinte e oito, quanto vai sobrar para a Secretaria trabalhar? O que vai sobrar para a gente na cidade de São Paulo?

Por isso, temos que trabalhar o Orçamento, buscar orçamento e aprovar nesta Casa um orçamento para a Secretaria de Habitação trabalhar, porque senão não tem trabalho nenhum e estamos discutindo no vazio.

Temos que lutar muito por esse orçamento, que tem que vir para a cidade de São Paulo para a Secretaria de Habitação poder trabalhar e desempenhar sua função.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Carmen Caballero Ferreira.

A SRA. CARMEN CABALLERO FERREIRA – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa, composta por Vereadores e Secretários. Sou da comunidade Viela da Paz e estou aqui representando a ONG que faz parte do Conselho Gestor da Viela da Paz.

A minha primeira questão, e isso já foi abordado em várias outras audiências, é o fato de o projeto do Orçamento 2018 não ser mais detalhado. Isso dificulta muito para verificarmos onde vão ser lançados os valores para cada Secretaria. Apesar de apresentado o valor total, para onde vai ser destinada a verba? Acho que quando se tem esse detalhamento, tem como lutarmos por essa verba e acho que fica muito mais transparente, porque depois de o projeto aprovado fica muito difícil para as comunidades e movimentos sociais pleitearem verba para os seus projetos.

Também tenho algumas demandas para a Secretaria do Verde, mas acredito que não vai dar para apresentá-las nesses três minutos. Depois, então, vou entregar o ofício.

Quanto à questão da habitação, a demanda do projeto da Viela da Paz, na verdade, já tem sete anos e pelo TAC no Ministério Público deveria estar finalizado na área da Viela da Paz em maio de 2017, o que não ocorreu, sendo que a previsão é até 2011. Daí a nossa luta

constante.

Sobre essa questão da verba, a gente sabe que o orçamento para a Habitação é de 494 milhões, 771 mil e alguma coisa. Nós sabemos que para a construção dos condomínios dentro da Viela da Paz, seriam necessários cerca de 40 milhões. Pergunto quanto vai ser destinado ao projeto da Viela da Paz, já que ele não existe no projeto da proposta orçamentária e se vai sair desses 494 milhões e pouco ou se referente ao Funsai, para o qual estão destinados 183,5 milhões à Secretaria de Habitação desses 494 milhões.

Qual, então, o valor que vai ser destinado para a Viela da Paz?

Noventa e sete milhões e seiscentos e oito mil do Fundurb estão destinados à Secretaria de Habitação.

Desse valor do Fundurb, existe a proposta de desapropriação dos terrenos. A do João Caiaffa, sabemos que já está tendo a emissão de posse. A verba para o João Caiaffa já está ou não reservada.

Sobre a questão do DUP da Luiz Migliano, a gente sabe que tem uma concorrência com a Construtora Tecnisa, que estamos enfrentando. Se dentro desse valor de 97 milhões está inclusa a verba para a comunidade conseguir esse terreno para que as outras 300 e poucas famílias tenham moradia. Isso nos causa preocupação, já que essa área vai ser pelo Minha Casa, Minha vida. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Osvaldir Freitas.

O SR. OSVALDIR FREITAS – Boa tarde a todos e a todas. Sou do Movimento de Moradia Missionária Cidade Ademar. O Conselho convocou uma reunião para ontem no Residencial Espanha, que é composto de 3.860 unidades e já está praticamente pronto, mas infelizmente não compareceu ninguém da Secretaria da Habitação nessa devolutiva de uma reunião anterior, e agora algumas preocupações ficaram ainda mais latentes. Na medida em que foram suspensas as obra do Parque Manancial, nós não sabemos como vão lidar com a recuperação da Represa Billings, já que um dos critérios da obra era justamente a recuperação

dos mananciais e da represa.

A gente fica chateado, porque o Governo Federal suspendeu o contrato de uma obra importantíssima para São Paulo, e o Prefeito aceita sem nenhuma contrapartida, sem falar com o Governo Federal para manter esses investimentos na cidade de São Paulo, uma obrigação sua. Como o Prefeito não está preocupado com São Paulo e sim em fazer campanha eleitoral, é por isso que ele não falou disso com o Temer. Mas nós vamos cobrar e não vamos admitir que entreguem o equipamento sem as obras do manancial. Queremos e colocamos aqui a necessidade de fazer essa reunião urgente.

Outra questão é como vai se dar a demanda, porque, se não vai ter mais obra, quem vão ser as pessoas afetadas? Nós queremos discutir isso. Ontem fomos até lá e vamos continuar nas ruas cobrando da Prefeitura o atendimento desses projetos. Não conseguimos nos reunir ainda, mas ouvimos dizer que parte dos equipamentos que vão ser colocados lá dentro vai ser alterado, mas nem o Conselho nem os movimentos e organizações da região sabem qual foi a mudança.

Como tem equipamentos públicos previstos, nós vamos cobrar que sejam entregues.

Pedimos uma reunião. Protocolamos hoje na Comissão e na audiência de Santo Amaro um pedido de verba para habitação naquela região de Cidade Ademar, que está no rodapé dos índices divulgados pela Nossa São Paulo como menor área verde do Município; dos outros, ganhamos quase em tudo, somos igual à Itália.

Queremos atendimento para a Cidade Ademar e pedimos a desapropriação da área onde antes se localizava a ocupação Vitória, cujos moradores ainda estão vagando pelas ruas do bairro, mas a qualquer hora vão achar um lugar.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Brás da Silva.

O SR. BRÁS DA SILVA – Boa tarde. Cumprimento os Secretários e Vereadores e

parabenizo o Relator do Orçamento, Vereador Ricardo Nunes por ter uma grande iniciativa de cobrar uma dívida ativa para os grandes bancos e empresários quando estamos aqui discutindo como viabilizar a regularização fundiária. Ora, se nós não tivermos dinheiro, uma audiência pública perfeita como a que está acontecendo não vai dar em nada. Por isso os grandes precisam pagar o que devem ao Município. Precisa entrar dinheiro no caixa para que o Orçamento seja viabilizado.

Como Conselheiro Gestor de Saúde na região de Parelheiros, vejo outro problema: o Hospital de Parelheiros não termina; a UPA, que está ao lado da Subprefeitura de Parelheiros, não termina; uma EMEI que está sempre em construção e não termina. Assim vai aumentando cada dia mais a dívida do Município e do Estado com o povo.

O que precisamos ter bem claro é enfrentar o problema com seriedade, implantando políticas públicas eficazes para eliminar os conflitos constantes entre a sociedade e a Administração a respeito da regularização fundiária, outro problema pelo qual estamos aqui hoje para discutir.

Não adianta ter políticas públicas de regularização fundiária e não ter recursos. Não adianta viabilizar recursos para os Jardins, para as áreas nobres de São Paulo, enquanto a população de periferia, como a de Marsilac, São Norberto e outras, está penando, precisando de habitação.

O Movimento de Regularização Fundiária veio hoje aqui não para brincadeira, mas para as coisas realmente acontecerem. E se não acontecerem, nós vamos buscar outros meios para poder encarar essa situação de forma bem clara.

À população carente falta orientação jurídica, orientação quanto à documentação para investir em imóveis, desenvolvimento na área, coleta de impostos, e a Prefeitura também sofre com essa demanda, porque, se ela não regulariza, não recebe impostos, e o cidadão realmente fica à margem da sociedade, fica sem reconhecimento, já que a área onde mora não é regularizada e, portanto, não tem benefícios públicos.

Como todos aqui já falaram sobre isso, nós não vamos ficar repetindo as mesmas coisas.

Precisamos destinar recursos do Orçamento para a Subprefeitura de Parelheiros, para que ela possa implementar políticas e sanar o problema.

Outra proposta: concessão especial de uso coletivo e urbano. Outra proposta: regularização fundiária em loteamentos clandestinos dentro de Parelheiros. Outra proposta: destinar recurso do Orçamento para resolução de moradias irregulares.

Todos que estiveram aqui falaram justamente isso, mas não adianta só falar, porque o Movimento vai ter que agir e realmente fazer as coisas acontecerem no Município de São Paulo. (Palmas)

P – Só anunciar que nós teremos audiência pública no dia 21/11

(NÃO IDENTIFICADO) – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa, aos nossos companheiros, às nossas companheiras. Quero agradecer primeiro a Deus por essa oportunidade de estar aqui como liderança.

Sou líder da comunidade Recante Campo Belo, também estou representando a região de Parelheiros e sou conselheira gestora da Supervisão Técnica da Saúde de Parelheiros, da UBS do Recanto Campo Belo. Sou também do Orçamento Participativo da Prefeitura e também sou membro da vigilância do SUS.

Gostaria de falar sobre o nosso hospital.

O nosso hospital está parado. Foi uma luta nossa de 40 anos. O povo de Parelheiros está esperando por esse hospital. Gente, nós precisamos desse hospital. AS pessoas, as famílias, o povo de Parelheiros é um povo muito carente, é um povo sofrido. Então eu peço encarecidamente ao Governo, ao Prefeito Doria, com muito prazer, que não esqueçam o povo de Parelheiros. Vamos dar início às obras do Hospital Parelheiros, ok?

Também gostaria de falar sobre habitação.

O meu bairro, Recanto Campo Belo, é um muito esquecido. Lá é um bairro em que

máquina não pode entrar, nada pode ser feito naquele bairro, porque é todo irregular. Então precisa regularizar o nosso bairro. Peço, encarecidamente, aos nossos governantes, aos nossos prefeitos, Vereadores, para que olhem para a população do Recanto Campo Belo, que lá são quatro bairros, e se torna um só – Jardim Almeida, Vilela, Aruã, Vila Marcelo. Tudo é Recanto Campo Belo. Não tem colégio. O colégio só tem uma (Ininteligível); o colégio que (Ininteligível) por duas vezes. As crianças estão todas espalhadas em todos os cantos.

Também gostaria de falar sobre moradia.

Gente, vamos olhar para esse povo carente, as pessoas precisam de moradia. Está todo mundo pagando o seu aluguel. Vamos fazer casinhas. Mesmo que se pague, mas que se pague uma taxa, em vez de aluguel, mas que a casa seja sua.

Eu estou aqui em nome da população, eu não estou aqui de graça. Se vocês estão lá no Governo, lá na mesa foi nós que colocamos vocês lá. Então estamos aqui para cobrar porque vocês são funcionários nossos! Porque somos eleitores. Muito obrigada. (Palmas)

P – Tem a palavra o Sr. Renato Francisco.

Deixa eu anunciar: no dia 21 de novembro teremos audiência pública, e o tema será *Prefeituras Regionais*. Convido todos que estejam neste salão para a audiência, que acontecerá das 10h às 12h.

O SR. RENATO FRANCISCO – Boa tarde, Srs. Vereadores, Sr. Secretário.

Estou aqui em nome da Associação Cható (?), morador de Chácara Progresso, um bairro sofrido, de 37 anos, que não tem recurso algum. Eu preciso que o Secretário olhasse para as 15 mil famílias que existe lá naquele Progresso. É só isso que eu quero falar para você. Ponha o meu bairro na regularização fundiária e organização, que é o que nós precisamos. Só isso. (Palmas)

P – Tem a palavra a Sra. Scheila.

A SRA. SCHEILA – Primeiramente, boa tarde a todos, ao movimento social, à Mesa, que está aqui nos prestando as informações necessários, e também pegando as

informações que estamos passando.

Meu nome é Scheila, e esse aqui é o meu nome Gabriel. Nós moramos na Ocupação São João 588, representa pela FLMN e o MSTRU.

Desde 2010, ou seja, há sete anos, estamos numa grande luta para compra da 588, da Ocupação 588. Nós viemos em negociação constante com a Sehab, com a Cohab, temos dias decretados, temos o chamamento, que a nossa Associação ganhou. No Ministério Público, nós ganhamos o direito de ter moradia.

Gente, eu não falo tão bonito como a maioria aqui, tá.

Então nós ganhamos o direito de ter a moradia, e de que o município faça valer isso. Porém, até hoje, isso não foi cumprido.

Queria falar que mesmo com toda essa negociação do Orçamento, o que nós queremos é a compra do prédio, mas com o direito de pagar dentro do nosso orçamento, dentro do orçamento que eu tenho, um salário mínimo. Então que seja feita a compra mediante o *Minha Casa, Minha Vida*, ou que seja feita de alguma forma que a gente consiga pagar.

Eu moro lá há sete anos. Nesse local são 84 famílias. Esse prédio estava abandonado há 20 anos. A gente, dentro dessa especificação, como eu falei, tem uma ação civil pública que tramitou no Ministério Público, vitoriosa, mas que não se fez valer.

Quero pedir ao Secretário Fernando Chucrí que esse imóvel entrasse no Orçamento de 2018. O senhor conhece bem o caso da São João: são famílias que têm lutado constantemente para a compra desse prédio. Eu sou uma mãe de quatro filhos, eu não tenho condição de pagar 18 mil reais de entrada num imóvel, imagina 60 mil, para morar no centro. Eu moro e trabalho aqui no centro há sete anos; os meus filhos estudam aqui, são bolsistas. Cada reintegração de posse que bate na nossa porta é uma sensação de desespero. A gente pensa que os nossos filhos vão perder tudo o que eles têm; a gente pensa que tudo que a gente tem dentro daquele imóvel, o pouco que a gente tem ali, a gente vai perder.

Desculpe, eu me emociono porque é a minha família, é a minha casa. E eu só

queria dizer para vocês: não tirem a gente da nossa casa. (Palmas)

P – O Gláucio é do mesmo movimento, São João 588.

O SR. GLÁUCIO – Bom dia. Meu nome é Gláucio. Eu sou morador da Ocupação São João 588, e venho falar em favor da nossa ocupação.

Eu gostaria de expor para vocês que a nossa ocupação já tem os dias decretados; a nossa ocupação já ganhou o chamamento através das nossas associações, e até agora nada foi resolvido na nossa vida.

O que eu gostaria de saber da Prefeitura, da Câmara Municipal e do Secretário Fernando Chucri, do presidente da Cohab e da Sehab, é quais são os planos e os projetos que possuem para nós, moradores das ocupações, das favelas, moradores de baixa renda. Quais são os planos de vocês para realizar os nossos sonhos? Porque a gente não quer morar de graça, a gente vai pagar para morar. Mas, como somos moradores de baixa renda, somos trabalhadores de salário mínimo, queremos pagar um preço justo, aquilo que cabe no nosso bolso.

Só esse ano a gente passou por duas reintegrações lá na São João – são oito em sete anos. A gente vive psicologicamente abalado, aflito, por não ter onde morar. A gente vê as crianças chorarem e perguntarem: “Pai, mãe, se a gente for reintegrado, onde que a gente vai morar?” “Pai, mãe, se a polícia invadir, a gente vai apanhar da polícia? Como é que eles vão agir com a gente? Vão agir com educação?”

A gente gostaria que vocês tivessem uma visão melhor para a nossa massa social, de baixa renda, e trabalhadores, que nós estamos aqui correndo atrás do nosso direito. Morar é um direito de todos. E a gente não invade, como disseram aqui, a gente ocupa. São prédios que já estão destruídos; a gente regulariza tudo, procura urbanizar a cidade. E esses prédios estão aí com assunção, devendo impostos, com ratos, baratas, trazendo doença para a sociedade. Então peço que vocês olhem melhor para a nossa população de baixa renda.

Obrigado. (Palmas)

P – Obrigado.

Quero anunciar a presença do Secretário de Serviços e Obras, Marcos Penido, que esteve conosco da audiência pública da sua pasta. (Palmas) Obrigado pelo prestígio.

Cadê o Adriano Diogo, Sempre Deputado, que estava conosco, passou por aqui?

Donival, é o seguinte: eu quero ouvir o movimento. Depois do Donival, vai falar o Aníbal, vai falar o Dito e vai falar o Wilson, que eu havia chamado, mas não comunicaram. Vamos lá. Três minutos.

O SR. DONIVAL – Bom dia a todos e a todas. (Palmas)

P – Vamos ouvir todos, mas precisamos ouvir os movimentos, que representam vários, e aí vamos utilizando melhor o tempo, sem demérito absolutamente à nenhuma fala.

O SR. DONIVAL – Cumprimentar o Presidenta da Mesa, Vereador Jair Tatto; cumprimentar o presidente da Cohab, Edson Aparecido; o nosso Secretário Fernando Chucri; e os companheiros do movimento, que estão aí, que saíram de vários lugares da cidade, até porque, sem nós, não haveria audiência.

Eu acho esse momento importante, porque é o momento de ouvir o povo, e os movimentos têm que ter esse papel de vir aqui e pedir dinheiro para o Executivo através dos Vereadores, que são os nossos representantes, os representantes do povo.

E aí eu queria lembrar o seguinte, caro Secretário Fernando Chucri: nós conversamos com a Comissão de Orçamento, representada programa todos esses Vereadores e presidida pelo Vereador Jair Tatto, e foi apresentada uma emenda de 20 milhões para autogestão. Só que, infelizmente, não foi dado seguimento a isso. Conversamos com a Cohab, semana passada, com a Sílvia e o Cinésio, conversamos com a Secretaria também, e não houve retorno. Então queremos propor o seguinte: para esse ano de 2018... Sabe que o Bolsa Aluguel gasta 131 milhões por ano, não é isso? Com 131 milhões daria para fazer, se for pelo *Minha Casa, Minha Vida*, 1300 unidades habitacionais.

Vamos propor o seguinte: que sejam considerados no Orçamento 130 milhões para

a produção de habitação no Município de São Paulo. Porque não podemos ficar reféns do Governo Federal. A agenda do dia, hoje, é que o Ministro saiu. Infelizmente, o Ministro saiu, e o programa *Minha Casa, Minha Vida* está paralisado. E o que a cidade de São Paulo vai fazer, sendo o terceiro orçamento do Brasil? Nada? Só vai pagar o Bolsa Aluguel? Essas pessoas que estão no Bolsa Aluguel precisam de casa para morar definitivamente, pessoal. Então quero propor 130 milhões para a Comissão. E pedir, obviamente, a possibilidade, com o Secretário e com o presidente da Cohab. E vou ser um pouco bairrista: quero pedir 10 milhões para o Jardim Vitória, lá na Cidade Tiradentes, um bairro que não tem nada, que precisa de escola, precisa de um monte de infraestrutura.

Quero agradecer a vocês que me ouviram. Muito obrigado. (Palmas)

P – Tem uma dinâmica que eu queria rapidamente explicar.

Se eu passo a palavra aos Vereadores da Mesa, e, as respostas, aos Secretários, que são muitas, isso se esvazia. Então eu prefiro que acelerem, daí terminamos as inscrições, que não falta muito, e aí se arremata tudo, senão os senhores também terão que ficar aqui de novo para perguntas remanescentes.

O SR. WILTON – Primeiro, boa tarde a todos. É boa tarde, já, viu? Chegamos aqui cedo, mas já é boa tarde.

Eu gostaria de chamar a atenção para algo que parece que é pouco observado. Eu sou morador da região de Parelheiros, e talvez muitos dos que estão aqui pertencem apenas à região de periferia, e nós ultrapassamos a periferia. Alguém falou aqui a respeito de Cidade Tiradentes, que também já passa de periferia, e vai para o extremo, além. Para quem não sabe, muitos dos que estão aqui, ou alguns dos que estão aqui, quando se trata de Parelheiros, que visitam uma região como aquela, dizem assim: “Eu vou voltar para São Paulo”. Sabia disso? Só que lá também pertence ao mesmo Prefeito que administra aqui. É, o mesmo Prefeito que administra lá também administra aqui. E andando na nossa região da zona sul, já no extremo sul, temos as Avenidas Atlântica, Berta Waitman, José Carlos Passe,

Interlagos, e toda essa região tem um ciclovía. E eu gostaria de fazer uma pergunta: aquilo beneficia quem, pelo amor de Deus? Porque o povo, que realmente precisa de ajuda, o dinheiro que deveria talvez ser colocado para ajudar o povo de Parelheiros, deveria ter sido colocado dinheiro para ajudar com moradia. Deveriam ter investido para ajudar as pessoas, e estão colocando em coisas que só beneficiam bacanas no final de semana. E a gente está precisando de recurso, a gente precisa de ajuda.

Senhores da Mesa, eu venho, em nome da população de Parelheiros, pedir que deem atenção a nós, por favor. Precisamos que vocês deem atenção à população da região de Parelheiros.

Engraçado que o senhor, um dia, visitando a minha região, disse assim para mim: “Eu moro em São Paulo há tantos anos”. Conhecido de todo mundo, São Paulo, terceira maior cidade do mundo, cerca de 23 milhões de habitantes, ainda tem lugar que tem rua de terra. Pensem nisso.

P – Tem a palavra a Sra. Nilda.

A SRA. NILDA – A gente está aqui, e falamos um movimento só, 11 pessoas com a mesma camiseta.

Eu queria tratar de duas questões. A gente viu a apresentação do orçamento da Habitação pelo Secretário, o que nos deixa realmente muito preocupados.

A gente já viu que, em 2017, no ano vigente, tivemos 100 milhões na Fonte 00. Então pergunto aos senhores: o que são 100 milhões para produzir moradia em São Paulo? Nada. E a fonte que nos tivemos, de recurso, foi de 9 milhões, destinados da Câmara de Vereadores, porque, na verdade, recurso mesmo para habitação, desse ano, e nem para 2018, nós não temos. Agora eu pergunto aos senhores: e essas pessoas que estão aqui trazendo aqui suas reivindicações, protocolando suas reivindicações, representando as suas comunidades, os seus bairros: para tratar de que recurso? Porque não tem recurso – a primeira conversa é essa.

A outra questão é sobre a Secretaria da Fazenda. A gente viu, pela imprensa, que a Secretaria reduziu o orçamento da habitação, estimada em 251 milhões – que, na verdade, a gente sabe que, somando ali as concessões e operações de crédito, são 480 milhões. Então a minha pergunta é para a Secretaria da Fazenda e para a Secretaria da Habitação: E se esse Prefeito não tem prioridade para as áreas mais prioritárias da Cidade, que tipo de prioridade esse Prefeito tem? Pergunto aqui: qual é a prioridade no orçamento de 2018? Para moradia já vimos que é zero, porque destinar 43 milhões para habitação dá para fazer o quê?

Agora, o que queremos pedir, Secretário e Srs. Vereadores presentes, é que a Câmara de Vereadores tenha o compromisso com a população de São Paulo de votar um orçamento que seja digno da população de São Paulo. Não é possível que a gente venha aqui gastar toda a nossa energia para nada. Por que adianta o que debater tudo isso aqui para um orçamento de 43 milhões. Para fazer o quê, para construir o quê?

Então resumindo: o que nós moradores da cidade de São Paulo, contribuintes, cadê o recurso que vem para a Cidade, de impostos, para ser gasto nas áreas sociais, inclusive, que são direito da população, Saúde, moradia, habitação. O que adianta contribuir se o recurso não está sendo carimbado aqui para moradia. Quero dizer para os movimentos de moradia que estão aqui, só nos resta a luta.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Aníbal, São Paulo Movimentos Populares.

O SR. ANÍBAL – Boa tarde, pessoal dos movimentos populares, de liderança, demanda, presentes aí na luta. Quero parabenizar os Vereadores na pessoa da Vereadora Juliana Cardoso, guerreira, de luta, sempre presente na luta dos movimentos de moradia, nas lutas sociais.

E também parabenizar os Secretários na pessoa do companheiro Chucre, que está trabalhando muito para fazer a coisa acontecer e tem uma equipe muito boa na Secretaria. Espero que aconteça, porque se for depender do Prefeito com sua aliança com o Governo Federal, que zerou a moradia destinada para as famílias de baixa renda, que representam 84% da população brasileira. Isso significa que o Programa Minha Casa Minha Vida acabou, o que a Graça da União falou aqui. Quando se fala em Minha Casa Minha Vida pensamos em moradia para famílias de baixa renda. Não imaginamos que é moradia para classe média.

E sabemos também os partidos que são parceiros desse Governo Federal que tem como seu principal protagonista o Prefeito de São Paulo, que está aí fazendo uma gestão de total desmonte social de todas as políticas públicas, não só no Brasil, mas como na cidade de São Paulo. Estamos apostando muito porque acreditamos no Secretário, estamos vendo o trabalho dele. Estamos acreditando no Conselho Municipal de Habitação e na equipe. Espero que as coisas aconteçam de fato.

Quero encaminhar a seguinte pergunta: a maioria dos terrenos do chamamento não foi comprada ainda. Quero saber o prazo para concluir a compra desses terrenos, porque os terrenos saíram na licitação, mas não foram pagos ainda para o proprietário. E tendo a posse do terreno já é um avanço. É isso aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Eliude Araújo, da Ocupação Aristocrata.

O SR. ELIUDE ARAÚJO – Boa tarde a todos e a todas, meu nome é Eliude, sou um dos representantes da ocupação. Era ocupação, hoje não é mais porque já foi desapropriado.

Fernando Chucre, nosso Secretário, recebeu no dia 31 de janeiro deste ano, e até hoje não temos uma resposta relacionada à ocupação aristocrata. Quero esclarecer que ocupação aristocrata não significa aristocracia. Era um antigo clube que existia na zona Sul, onde moravam 200 famílias e durante quatro anos obedecemos as regras e as leis. Até hoje lá existe o meio ambiente, não existe crime. Venho afirmar aqui diante da Câmara Municipal, diante do Secretário, que não existiu crime ambiental durante quatro anos com respeito a nossa ocupação.

E mesmo assim fomos desapropriados. Foi uma das primeiras ocupações que participamos na cidade de São Paulo, do chamado Gaorp, um grupo de mediação de conflito, para que as famílias não saíssem na rua, não queimassem ônibus, porque ocupação funciona dessa forma quando se revolta. Quando a revolta do povo vem não tem jeito.

Então, Secretário, gostaria de pedir ao senhor mais uma vez, aquela reunião que pedimos seja marcada. A Tamires, nossa companheira também, que nos ajudou lá na Secretaria, quando o Gilberto Natalini estava lá, está aqui. Uma tramitação dos documentos que até hoje não temos resposta.

O que vai se fazer com aquele parque linear do Aristocrata? O mato está batendo

hoje na canela, passou da canela. Está lá abandonado, um lugar ermo que foi desapropriado desde 2009 até hoje, só tirou o povo de lá para deixar novamente desapropriado, desocupado.

Fiquei até um pouco desanimado agora, que falou que não tinha dinheiro, que não entendo esse negócio de economia. Fiquei até desanimado, mas a ordem do dia é ocupar. Enquanto houver espaço social ocupar, porque se moradia é um direito ocupar é um dever.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. João, depois Uilma Rodrigues, dois munícipes que estavam assistindo no auditório externo. (Pausa)

Quero ouvir agora o Maxwel, depois o Dito.

(NÃO IDENTIFICADO) – Boa tarde, o Maxwel ia falar, só que ele teve que dar uma saída rápida, mas ele está voltando. O que vocês preferem, posso falar ou aguardamos o Maxwel?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O inscrito é ele.

(NÃO IDENTIFICADO) – Então falo em nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Só preciso que se identifique.

O SR. DAVID – Sou o David, Coordenador do Movimento do Ipiranga, juntamente com o Maxwel. Infelizmente ele teve que dar uma saída, mas estou representando o Maxwel e todo nosso pessoal que está presente.

A pergunta é simples, rápida e objetiva. Tudo o que foi falado aqui está perfeito, só que queremos saber onde será direcionado todo esse orçamento para habitação na região do Ipiranga, porque temos nosso terreno lá, levamos 10 anos para conquistá-lo. Finalmente estamos no tramite certo e queremos saber quando será direcionado o orçamento para o começo das obras naquele local.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Dona Irani está tomando uma canseira danada, da ALMEM, Associação de Luta por Moradia Estrela da Manhã, do Jardim Paris.

A SRA. IRANI – Bom dia a todos e à Mesa. Do Jardim Brasil, da zona Norte e historicamente a zona Norte não tem uma representação tão grandiosa de movimento social, embora a precariedade lá em habitação seja gigante. Mas é movimento de luta e temos companheiros que já têm alguma coisa lá como a Frente de Luta e a União têm alguns núcleos e temos o nosso na região de Vila Maria, Santana, Tucuruvi e Jaçanã/Tremembé.

Sinto-me representada em todas as falas feitas até agora, porque habitação seja na zona Norte, Sul ou Leste, o problema é o mesmo. E o problema é até de classe e não tem jeito,

estamos em tudo quanto é lugar.

Não vou contar a história da zona Norte para vocês porque isso já fizemos na nossa audiência da zona Norte, protocolamos na Mesa, alguns de vocês estavam lá e já falamos o que é para falar. Só quero reafirmar as considerações feitas lá.

Então tenho aqui um requerimento que já está protocolado e gostaria de ler:

“Considerando que o enorme déficit habitacional da cidade de São Paulo exige investimentos na produção de mais unidades habitacionais; considerando que praticamente poucos recursos foram investidos em produção de unidades habitacionais na região Norte, onde há graves problemas de assentamentos precários e áreas de risco; considerando que as áreas nas quais já se pleiteiam a produção de unidades já foram reconhecidas pelo plano diretor e lei de parcelamento e uso e ocupação do solo, como ZEIS 3 e ZEIS 2 respectivamente reconhecendo, portanto, a destinação dessas áreas para produção de unidades habitacionais; considerando que as famílias da região esperam há muito tempo pelo atendimento ao seu direito constitucional à moradia, nós, integrantes da Associação de Luta por Moradia Estrela da Manhã, ALMEM, requeremos a inclusão de produção de unidades habitacionais na área de ZEIS 3, da Rua Francisco Ranieri, 681, do Lauzane Paulista e na área de ZEIS 2, na altura do 13.333, da Coronel Sezefredo Fagundes, Vila Zilda, entre as ações a serem executadas pelo orçamento de 2018. Atenciosamente. ALMEM.”

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Dito.

O SR. DITO – Quero aproveitar para agradecer o espaço aberto para a gente poder participar desta audiência pública. E dizer também que os movimentos estão de parabéns, porque todas as vezes que são chamados e convocados para discutir, debater o problema da habitação na cidade de São Paulo, estão presentes participando intensamente dos processos de discussão do plano diretor da Cidade e da discussão da formatação do plano municipal de habitação.

Aliás, estamos esperando uma resposta mais concreta, seja da Câmara Municipal porque tem aqui um projeto de lei em relação ao plano municipal de habitação e da própria Secretaria de Habitação, se haverá um substitutivo ao plano de habitação, porque no plano vamos estabelecer metas, agenda e como vamos avançar na solução do problema de habitação na cidade de São Paulo. Sem plano, sem meta, sem agenda, dependendo somente de recurso do Governo Federal e nesse momento de conjuntura extremamente instável do

ponto de vista político, dada vênua o que aconteceu ontem, por exemplo, com a queda do Ministro. E sequer publicou a seleção das entidades do Programa Minha Casa Minha Vida. Isso gera uma instabilidade muito grande para a política habitacional na Cidade que tem um déficit habitacional absurdamente alto.

Por exemplo, isso tem impacto na paralisação dos projetos de urbanização de favelas. E hoje temos várias frentes para o programa de urbanização de favelas que precisam ser retomados em favelas grandes. Como a Favela de Heliópolis, por exemplo, é um absurdo...

- Manifestações na plateia.

O SR. DITO – Estou falando da Favela de Heliópolis que é uma Favela muito grande e quando passamos na região de São Caetano vemos aqueles prédios do Ruy Ohtake, redondos, todos ocupados, um absurdo. Ou na região do Jardim Celeste – moramos lá na região do Parque Bristol -, por exemplo, quando tem um projeto e um programa de investimento para fazer urbanização e regularização fundiária que envolve toda a área do Jardim Celeste, Vila Liviero, Parque Bristol, várias favelas, ampliando seus processos de ocupação. Inclusive, lá o Conselho Gestor das ZEIS já foi escolhido duas vezes e sequer temos um plano para retomar o projeto de urbanização, de investimento e tudo mais.

Então estamos numa crise de habitação na cidade de São Paulo em que não temos perspectivas para fazer urbanização de favelas. Não temos perspectivas para fazer regularização fundiária e estamos com um impasse porque estamos vendo a paralisação praticamente total, porque dependíamos do Programa Minha Casa Minha Vida, dos programas de produção e provisão habitacional.

A resposta que a Secretaria nos apresentou nesse momento é que a solução desse problema é fazer a parceria público privada. Ora, essa pode ser uma solução, mas não abrange o conjunto das necessidades e das questões que temos para a cidade de São Paulo que envolve desde atendimento de famílias que estão em situação de risco, em área de risco, a famílias, por exemplo, precisando de atendimento imediato porque estão em situação de despejo. Por exemplo, o prédio da São João, que precisamos de solução imediata.

Então têm questões que envolvem soluções imediatas, soluções de curto e de médio prazo e precisamos de resposta. É um absurdo, por exemplo, está aqui o pessoal do MSTI em peso e as famílias fiquem 10 anos esperando para construir um conjunto habitacional.

- Manifestações na plateia.

O SR. DITO - Essas questões que trago aqui, Secretário e Vereadores, em relação à habitação na cidade de São Paulo, estabelecer um Comitê Permanente de Fiscalização do Orçamento. As reuniões com os Vereadores da Câmara para discutir o orçamento não podem ser uma vez por ano. Tem de ser praticamente mensal ou bimensal para avaliar e monitorar esse orçamento para nessas emergências e situação especial que vivemos em que não há praticamente recurso federal para São Paulo, não tem recurso estadual, a gente vê como faz uma limonada para dar soluções pelo menos emergenciais às questões que aqui foram levantadas. Porque senão é o que o Eliude falou, vão continuar acontecendo ocupações e aumentando ainda mais a convulsão social e a pressão sobre a política habitacional na Cidade.

Então é nesse sentido que chamo a atenção, soluções imediatas para os problemas emergenciais e reunião permanente com Vereadores da Câmara para apresentar soluções concretas para as famílias que precisam de moradia na Cidade.

Muito obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Ricardo Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tem a palavra a Sra. Floripes Andrade Fernandes, Ação Social de Apoio aos Moradores do Cantinho do Céu e Adjacências. Depois da Dona Floripes, Alberto Gomes, Eliezer Fernandes e Carlos Alberto.

A SRA. FLORIPES ANDRADE FERNANDES – Boa tarde a todos, cumprimento todos da Mesa, parabenizá-los por estarem aqui, além de ser representante da Ação Social, também sou representante da Ação Comunitária dos Projetos Sociais da Saúde e dos Direitos Sociais da Comunidade.

Então estou aqui porque debato a regularização fundiária e o direito da comunidade desde 91. Quando começaram as invasões na área da região que moro, Cocaia, Parelheiros, Cantinho do Céu, eu já vinha na luta desde 91.

Fui uma das primeiras representantes do Subcomitê da Billings Tamanduateí. Eu ia para São Bernardo, Ribeirão Pires, Santo André, firme e lutando. Só que existe um problema muito sério, porque hoje todo mundo está lá morando, construíram suas casas com dificuldade, e eles falam que não podem urbanizar e regularizar porque é área de mananciais. Então por que eles não fiscalizam antes de a população ocupar a área? Primeiro, deixam ocupar, todo mundo gastar, depois vem com essa coisa de que não pode regularizar. Não é assim. Nós

temos que lutar, temos que bater o pé, continuar gritando nossos direitos, porque temos direito à moradia.

Eles reclamam que não têm dinheiro na Prefeitura. Então, regulariza a nossa área que assim nós vamos pagar imposto e a Prefeitura terá dinheiro. É isso que tem que fazer, regularizar a nossa área para ter dinheiro para fazer as melhorias em outros lugares.

E quero falar de Parelheiros também, que é outro problema. Quero pedir ao Secretário que haja, por favor. Espero que essas coisas que estão prometendo não fiquem só no papel, porque ninguém faz nada.

Quero parabenizar o nobre Vereador Ricardo Nunes pela coragem que ele teve de ir lá e pisar na lama, pisar no esgoto. E o Secretário não vai. Em 1991, eu desafiei um Oficial de Justiça e um Desembargador a irem lá. Tenho fotos dele lá, pisando na lama com o sapatinho dele brilhante. Nós somos pobres, mas temos nossos direitos.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) –Obrigado. Só fazendo uma correção, o Secretário já me falou aqui: “Marca que eu vou com você lá tomar café”.

Tem a palavra o Sr. Márcio Luiz Costa.

O SR. MÁRCIO LUIZ COSTA – Boa tarde a todos, Vereadores Ricardo, Jair, Secretários.

Vou me ater a falar de algumas questões da região do M’Boi Mirim, onde fui chefe de gabinete do Subprefeito nos últimos quatro anos.

Muitos Srs. Vereadores conhecem detalhadamente a região, porque se fosse falar de tudo não daria tempo. Quero me ater a um problema específico, do Córrego dos Freitas. Na última audiência, o Secretário de Obras disse que o problema do Córrego dos Freitas está muito ligado à questão da habitação.

Existe um contrato em vigência das obras de infraestrutura, da canalização, e provavelmente esse contrato deve estar suspenso. Primeiro por questões orçamentárias, mas

basicamente a resposta do Secretário de Obras é que não dá para se tocar as obras de infraestrutura sem a realocação das famílias, a solução habitacional, que estaria ligada à questão de recursos federais, do Minha Casa, Minha Vida, essa história toda. Então existe esse dilema, porque tem um contrato de infraestrutura que não pode ser executado porque não há os recursos necessários para a urbanização da área, que – salvo engano - está ligada ao programa Renova São Paulo, também paralisado provavelmente por falta de recursos.

De qualquer maneira, a discussão aqui sempre é por causa de recursos. A Cidade inteira tem esses problemas. Eu queria, primeiro, questionar o Secretário, quer dizer, como se vai solucionar esse empasse. Você tem um contrato em vigência para obra da canalização e está impedido de ser executado porque não há solução da reurbanização. Segundo, a quantas anda, qual a previsão do Renova São Paulo do Córrego dos Freitas, que é o Morro do S-4, conhecido no programa como Morro do S-4, é o quarto afluente do Freitas, são quatro córregos ali importantes. O Freitas, o Água dos Brancos, que tem um problema semelhante, o Moenda Velhas, se não me engano o Córrego do Curtume também. Então acho que esse é um questionamento. O Córrego dos Freitas tem mais de 1.500 famílias que vivem às margens dele, fora aquelas que vive nas adjacência, é o M'Boi Mirim, o Córrego dos Freitas, ele faz divisa com duas subprefeituras, M'Boi Mirim e Campo Limpo, Parque Santo Antonio. Tem áreas de risco no Córrego dos Freitas, toda margem de córrego é assim, mas tem áreas de risco gritantes e eu acho assim, a gente tem que ter uma perspectiva para esse problema.

Só para concluir, queria duas questões ali em relação ao Programa Mananciais, para o Secretário. O lote 1, que é o Bulevar da Paz, que é uma região também de intensas áreas de risco, muitas áreas de risco no Bulevar da Paz. O Bulevar da Paz já deve ter tanta família que foi realocada ali para o Bolsa Aluguel, que se somar todo mundo que está no Bolsa Aluguel deve dar o dobro de moradores que tem lá hoje. Então o bulevar é um problema muito grave, um local com muitas nascentes. E o outro é a região do lote 13, especificamente o Sítio Arizona, também conhecido como Bananal, uma região também de muitas áreas de risco, ali a

Rua Belém, Rua da Mina, Rua da Carvoeira e também as obras estão paralisadas, eu queria saber a perspectiva disso por tratarem-se de áreas de risco. (Palmas)

O SR. RICARDO NUNE – Secretário, só aproveitando a fala do Márcio, vou fazer um relato para o senhor. Durante a audiência pública que a gente fez na zona Sul, um grande volume de pessoas falando sobre o Córrego dos Freitas, que estiveram lá, e durante a audiência da Secretaria de Serviços, um grande volume de pessoas falando do Córrego dos Freitas e nós, aqui na Comissão, falamos para eles que não precisariam voltar hoje, para dar chance a outras pessoas falarem, que a gente transmitiria e o Secretário Penido falou aqui na audiência de que o senhor resolvendo a questão habitacional, ele entra com a parte do recurso do Córrego dos Freitas. Só passar essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Alberto Gomes.

O SR. ALBERTO GOMES – Boa tarde a todos. Para quem não me conhece, eu sou o Favela, de Itaquera, faço parte da Presidente da União de Favelas e Diretor Social da Unidos de Vila Maria. Primeiramente quero agradecer todas as lideranças que estão aqui, todos os líderes comunitários que estão aqui, porque a gente está vendo que todos vocês estão engajados, que todos vocês estão falando em cima da lei, então minha fala vai ser breve porque o que eu ia falar, todos vocês já falaram, que vamos à luta e vamos lutar por moradia.

Eu queria agradecer, fiquei muito feliz quando o Edson Aparecido foi para a Presidência da Cohab, ele já conhece o meu trabalho há muitos anos e estou aqui também para agradecer ao Vereador Jair Tatto, por sempre estar lutando junto com o povo e também agradecer gente, vocês estavam aqui falando referente à regularização. Eu estive cobrando com o Vereador Caio Miranda, também falando com o Vereador Senival Moura, eu já ouvi dos dois que teve uma conversa com o Edson referente que o Edson também deu ideia para eles mandar emenda para regularização. Então o que eu quero pedir para vocês aqui da Sehab, Secretaria do verde e Meio Ambiente, pessoal que autoriza toda documentação para o pessoal ter suas habitações, porque uma hora um empurra para um, outro empurra para outro e não

chega em lugar nenhum, vamos trabalhar juntos, vamos ver o que a gente pode fazer para poder regularizar a área desse povo tão sofrido, principalmente dos fundões da zona Leste e...

Vamos trabalhar juntos, vamos ver o que nós podemos fazer para regularizar a área desse povo tão sofrido, principalmente dos fundões: da zona Leste, Itaquera, zona Sul, Cidade Tiradentes, onde tem a Associação Elite, onde os terrenos todos regularizados e o documento está parado na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Por gentileza, vamos rever isso.

Uma salva de palmas para todos, para eles verem que estamos engajados de lei e também de investimentos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Eliezer.

O SR. ELIEZER – Boa tarde a todos. Sou morador do Parque Santo Antônio, divisa com Jardim Capelinha, e vim aqui não para pedir, mas para exigir uma resposta de um pedido que fiz para o Prefeito quando era candidato, foi ao meu bairro e prometeu fazer o córrego se fosse eleito. Ele bateu no peito e falou: “Eu vou ser eleito, com todas as forças. E você pode me cobrar”. Está registrado em vídeo, no Youtube, a promessa do Prefeito, e eu queria sair daqui com a resposta hoje, Secretário, porque ele falou para mim que não ia mexer com ninguém, mas é preciso remover o povo que mora em torno do córrego.

Sou morador da região e tenho fotos do local. Na outra audiência mostrei as fotos e, talvez, o pessoal não tenha visto porque mostrei muito rápido. São fotos da minha casa alagada, o fogão deitado no chão, geladeira... Então quero sair daqui hoje com a resposta. Faça valer a palavra do Prefeito, Secretário.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Carlos Alberto, Assessor do Vereador Toninho Vespoli.

O SR. CARLOS ALBERTO – Boa tarde a todos. Quero saudar a Mesa e esse

movimento organizado e mobilizado, que é a única forma de promover transformações.

Quero me ater a questões bem objetivas para que a Mesa possa dar respostas também pontuais e objetivas. Percebemos que, este ano, em oito meses, não houve serviço de manejo, devido ao impedimento do TCM. Então como ficará o orçamento em relação a isso? E o contrato? Qual será a compensação? Já está previsto no orçamento essa sobra de recursos? E para onde será redirecionado?

Temos presenciado fortes ataques a Apaz, uma grande referência para nós. Então, qual é o projeto para ela? Sabemos que não há gestão eficiente se não tem controle social, ou seja, com a participação do povo, então queremos saber qual é a política de participação de controle social da comunidade dessa gestão.

Os termos de cooperação estão cada vez mais complicados. O que está acontecendo em relação a isso? Um discurso desta gestão em toda audiência pública é que zela pelas parcerias. Mas cadê as parcerias com os movimentos de cultura, os movimentos de esporte? Só vimos parceria com as empresas. Cadê as outras parcerias?

A questão do funcionalismo público. É notório o desmonte da Secretaria, então queremos saber se há previsão de concursos, porque não há investimento de funcionários, eles estão abandonados.

Por último, a diminuição de orçamento para as Prefeituras Regionais. Como se dará, de fato, a Cidade Linda e limpa? Que coelho da cartola os senhores pretendem tirar? Qual é a mágica? Estou falando de manutenção, e não de obras. Como se farão as manutenções necessárias?

Na verdade, há um movimento dessa administração no sentido de sucateamento da administração, para depois dizer que o setor público não é eficiente e que tem de privatizar. Portanto, queremos saber como se dará essa mágica da Cidade Linda e limpa?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Maria da Penha Silva,

Associação Esporte Clube Favela do Rio Pequeno.

A SRA. MARIA DA PENHA SILVA – Boa tarde a todos, a Mesa, os Srs. Secretários; e parabenizar todos os Srs. Vereadores, pois são eles que nos representam nessa luta em favor de todas as nossas necessidades. É por isso que todos estão aqui pedindo uma visibilidade e uma assistência para esses Vereadores, para que nós possamos levar as demandas aos Secretários e ao Prefeito.

Sou da região do Butantã, estou falando em nome do Esporte Clube Favela do Rio Pequeno, um time de futebol de várzea que se preocupa com a questão social.

Duas questões nos trouxeram aqui hoje. Uma é a questão da moradia, e peço a atenção do Secretário Fernando, pois já estivemos na Secretaria pedindo a finalização da regularização das casas da comunidade Imperatriz Dona Amélia; estivemos lá com o auxílio do Vereador Donato, e ainda não tivemos respostas para uma questão simples, da ida de técnicos para terminar a regularização fundiária e passar para todos os moradores os Termos de Compromisso. Isso não requer verba, mas não está sendo contemplado, e os moradores já estão desacreditando na possibilidade de isso acontecer. Então, por favor, Secretário, agilize o processo para nós.

E Secretário do Meio Ambiente, há mais de 12 anos temos discutido a questão do Parque Linear Esmeralda, conhecida historicamente na nossa região como Córrego Água Podre, que fica em frente e atrás do CEU Butantã. Esse parque e ações de moradia estão estagnados ali. Até hoje não conseguimos ver a implantação daquele parque linear, que está dividindo uma comunidade de um polo educacional e outro espaço de residências. Então, sem tratamento, corremos o risco de várias doenças num lugar onde há quatro escolas em volta.

Por favor, abram uma linha de orçamento para esse Parque Linear, por favor. Nós precisamos da atenção nesse Parque Linear. Há mais de 10 anos estamos lutando por ele e estamos aguardando um posicionamento do Poder Executivo.

Então, em frente ao Secretário, solicitamos que tenha um olhar mais carinhoso por

aquela região e também vamos pedir uma atenção especial para o córrego do Sapé. Gostaríamos de ver naquela região próxima algum espaço que pudesse conter lixo reciclável e que pudessemos fazer lá, para toda a comunidade em volta, um espaço onde pudessem reciclar o lixo e ter também uma demanda de renda, um posto de trabalho nessa posição.

Então, peço atenção dos dois secretários, por favor, do Secretário de Habitação é simples, a gente espera que até este fim de ano a gente consiga facilitar esse processo; e ao Secretário de Meio Ambiente, por favor, um olhar mais atencioso ao Parque Linear Esmeralda, da região do Butantã.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Penha.

Próximo, Sr. João Cedro.

O SR. JOÃO CEDRO – Boa tarde a todos. Quero dar os parabéns à galera de Parelheiros que está lá fora, aproximadamente 300 pessoas.

Alguns Vereadores conhecem a situação do bairro Vargem Grande. Sou membro da Associação de Vargem Grande e existe um projeto. Já existe um projeto. Muitos estão reivindicando de que maneira regularizar a situação. O Vargem Grande é cratera do vargem grande é um bairro tombado. Esta Casa conhece a situação do Vargem Grande. A região de Parelheiros pede socorro sobre a questão do meio ambiente.

Se esta Casa junto com o Poder Público não averiguar essa situação, lá vai se tornar pior. As pessoas que estão indo ocupar é porque precisam de moradia. Se não tomarem atitude, as pessoas vão ocupar mesmo e ai fica difícil de tirar. Você acha que a cada dia que tem mais ocupação é bom ou ruim para esta Casa? É ruim porque o custo é maior para poder tirar as pessoas de lá.

Existe um projeto do Vargem Grande, aprovado pela Sehab, tem toda uma documentação. Os Vereadores que ainda não conhecem, vão lá. Sei que esta Casa conhece o projeto do Vargem Grande. A primeira empresa que entrou para começar as obras foi a Camargo, ai perdeu. Aí entrou a OAS, e devido a situação que a maioria das pessoas aqui

sabem o que está acontecendo, também saiu.

No mês passado, foram lá e o restante das coisas que tinham no galpão de obras foi retirado. Esta semana tivemos uma audiência pública sobre o sinal de wi-fi, telefônica. Agradecer o Vereador Alfredinho, que teve a iniciativa. Era para outros Vereadores comparecerem, mas devido compromisso não compareceram. Não compareceu o Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Ninguém me chamou.

O SR. JOÃO CEDRO – Não chamou? Mas foi mandado um e-mail e depois vou pedir para Marta, Presidente da Associação, reenviar porque foi mandado para o Diogo, chefe de gabinete.

Enfim, há um projeto. Tem a questão do parque, o primeiro parque de Parelheiros está parado. Há dois meses morreu um adolescente afogado, e aí? está aberto, não tem um lugar para a criança se divertir. Todo mundo fala “extremo sul”, “fundão”, teve uma pessoa que falou aqui, e é São Paulo; é extremo sul, mas é São Paulo; dá 40 km até o centro; estamos dentro de São Paulo. E morreram adolescentes.

Se vocês forem lá, está aberto o parque. O que é que vai ser feito? Foi desapropriado, a Sabesp pegou, depois mandou para a Prefeitura, a Prefeitura passou, está no Meio Ambiente. E aí, vai liberar ou não vai? Tem verba ou não tem? A verba que foi lá para as obras do Vargem Grande, segundo informações que tem, foi desviada para o Hospital de Parelheiros. Valéria, eu gostaria muito, tenho certeza de que todos os moradores da região de Parelheiros, se realmente fosse comprovado que toda a verba para aplicar em um bairro fosse desviada para o Hospital de Parelheiros, tenho certeza de que todos iam apoiar.

Então, galera, obrigado. Era esse o recado que eu tenho para dar. (Palmas)

- Falas concomitantes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – (Ininteligível), em seguida o Vereador Alfredinho, depois o Vereador Police Neto.

Anuncio a presença do Vereador Rinaldi Digiglio.

O SR. - Estimado munícipes conterrâneos, minhas perguntas são para o Meio Ambiente. Onde está o Secretário? Parece que falou e...

- Falas concomitantes.

O SR. - (Ininteligível), mas ficou aqui o...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O representante.

O SR. - Ficou. Tudo bem. Vamos às perguntas.

Reforma e adequação de parques, unidades de conservação municipal, zero. Por que não saiu do papel? Apoio e ações ambientais, zero. Por que nada foi executado dos três milhões? Fiscalização e monitoramento ambiental, zero. Senhora do departamento, por que nada foi executado, inclusive na péssima Gestão Gilberto Natalini também? Manutenção de árvores consolidadas. Por que, de cinco milhões, nada foi executado até 30 de setembro? Por que só foram executados 7% da dotação Educação Ambiental? Será, queridos munícipes, que educação ambiental não é um assunto importante? Para a Gestão Doria não é. Só executou 7% da dotação geral anual. Implantação de projetos ambientais, só 18% de execução. Por que tão baixíssima execução?

Agora vamos falar do FEMA, Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Só executou 202 mil reais em nove meses. É um absurdo, porque a dotação era de 25 milhões de reais. Nada foi executado de educação ambiental, implantação de projetos ambientais e viveiros no FEMA e ecopontos.

Queria saber por que, senhora representante, a execução orçamentária de Meio Ambiente está perto da piada. E São Paulo não é piada. É assunto muito sério o que a gente está tratando aqui. Vamos aguardar que o orçamento do Meio Ambiente melhore, a exemplo da moradia.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, vou falar rápido porque estou atrasado para a reunião da nossa bancada, tenho que ir lá ajudar a dar quórum.

Está claro que o problema aqui é habitação, é audiência de habitação, mas não só é falta de moradia, de que as pessoas necessitam, mas também de regularização de pessoas que já moram nas residências, algumas até bem construídas, outras nem tanto.

Nós precisamos mudar o Orçamento, esta é a verdade. Esse Orçamento que o Governo mandou para cá, com recursos previstos para moradia, a Câmara não pode aceitar. Tem que mudar. A responsabilidade da Câmara é mudar. Segundo um levantamento feito pela liderança da bancada do PT, somando todas as secretarias que envolvem o problema da habitação, são 482 milhões de redução. Há aqui uma redução de 482 milhões envolvendo todas as secretarias – Licenciamento, Habitação e demais secretarias que têm envolvimento com habitação.

Falando da zona sul, Sr. Secretário, não basta dizer aqui de só começar novas unidades. É muito importante entregar as que já existem, as que iniciaram e já estão em término. Fazendo um pequeno levantamento na zona sul, hoje tem mais de cinco mil unidades em fase de entrega. Se pegar as 3.500 ou 3.800 lá do Espanha, mais as 1.200 lá do América do Sul, que a maior parte já foi entregue, mais 1.200 lá do Valo Velho, na Estrada de Itapeperica, projeto Dom José II, Dom José I, dá mais de cinco mil unidades que estão para ser entregues, obras já avançadas, já em fase terminal. Contando que, em média, uma família tem quatro pessoas, são vinte mil famílias que vão ser beneficiadas. Então tem que ter atenção para isso, para entrega as que estão em fase de obras.

Eu vi um levantamento. Sr. Secretário, da questão da regularização fundiária, do jeito que está aqui não pode ficar. Aqui há previsão do que foi orçado no ano passado e do que está para ser orçado neste ano. Em 2017 tinha orçados 20 milhões, segundo informação que a gente colheu nos próprios sites da Secretaria; empenhados, dois milhões. Para este ano, orçados oito milhões, uma redução de 57%.

Infelizmente não vou estar aqui, vou ter que sair, mas o pessoal vai estar, mas como é que explica, com essa redução, neste ano fazer 33 mil regularizações fundiárias, e uma redução de 56% para o ano que vem, para 66 mil? Esse número não está batendo, entendeu? Precisa ver.

Fora isso nós precisamos... São Paulo é a maior cidade do Brasil. São Paulo não pode ficar pedindo bênção ao Governo Federal. São Paulo tem que exigir do Governo Federal que mande dinheiro para habitação, que mande dinheiro para retomar o programa dos mananciais.

Tite, não foi desviado nenhum recurso para o Hospital de Parelheiros, não. Lá no Vargem Grande é projeto que estava sendo tocado pelo PAC. Paralisou as obras, não foi mais recurso. O Hospital de Parelheiros está sendo, no período em que estava em obras, bancado totalmente com recursos da Prefeitura, porque até o dinheiro do Governo Federal que era para vir não veio. Então essa história de que desviou não é verdade, não desviou nada.

A zona sul praticamente toda tem problema de regularização fundiária. O pessoal tocou aqui Parelheiros, todos os bairros de Parelheiros que foram citados aqui eu conheço muito bem. Acho que o problema da Aristocrata é de vontade política. É uma área municipal que foi desocupada coma desculpa de que era para fazer um parque linear. Não foi feito e tiraram as famílias de lá. E são famílias que não têm nem aluguel social.

Aliás, eu vi ali com o Vereador Ricardo Nunes, parece que estão previstos 120 milhões para aluguel social. Agora, o aluguel social é um problema, porque beneficia temporariamente, não resolve o problema da habitação. O que resolve o problema da habitação é moradia para as pessoas, é isso que resolve definitivamente.

Urbanização de favelas. Nós precisamos ter mais dinheiro para urbanização de favelas, porque aí é melhorar moradia que já existe e não tirar as pessoas de onde elas já estão. Na zona sul tem mananciais e às vezes as pessoas nunca vão entender por que não dá para pavimentar uma rua, porque o loteamento é irregular.

Aqui tinha um rapaz da Chácara Progresso. Foi pavimentada uma rua lá na Chácara Progresso, o Ministério Público me chamou lá, porque eu fui acusado de ter pavimentado uma rua irregular. São essas as dificuldades que tem do Executivo, do (ininteligível) do dia a dia e do problema judicial, legal, que não pode fazer obras em lugar que não tem regularização. Por isso é muito importante fazer a regularização fundiária para resolver os problemas desses bairros.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Alfredinho. Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Presidente Jair Tatto, Relator, todos os presentes, é fundamental entender a importância da audiência pública. Aqui a gente tenta mostrar para o Executivo quais são as prioridades apontadas pela população. Os vereadores têm a tarefa de conseguir escrever na lei o que a sociedade nos passa como prioridade.

De todas as audiências que teve até hoje, nenhuma delas apontou uma prioridade tão marcante e tão objetiva como a questão da habitação, seja ela na regularização fundiária, seja ela na locação social, seja ela no serviço de moradia social, seja ela nas novas habitações. E como a gente materializa no Orçamento o que a população aponta como prioridade? Quando a gente vê se tem dinheiro ali. Quando não tem, não foi identificada a prioridade.

E a gente disputa isso, pessoal. A gente tem que entender que, se o Orçamento é finito, a gente está disputando com outros setores o dinheiro dos nossos impostos. A sensibilidade dos vereadores, dos secretários que assessoram o prefeito e do prefeito vai dizer se nós temos razão na nossa demanda ou não.

O pessoal do MSTI aqui está há mais de doze anos esperando o início de uma atividade e um pedaço, agora, de um terreno da Petrobras que, se eles não tivessem cuidado, tinha ido junto com a roubalheira da Petrobras. É ou não é? (Palmas)

O que a gente precisa saber agora é se a gente vai passar mais algumas semanas esperando ou o Orçamento vai refletir isso. A gente precisa saber se os movimentos que se organizaram na zona norte, na zona sul - e que estão aqui, as lideranças falaram no microfone -, da zona leste - vieram aqui e apontaram, cada um no seu tempo -; a Irani esteve aqui e apontou; os movimentos da zona norte que se organizaram durante muito tempo para garantir, na lei, o zoneamento preciso para receber investimento público. E depois pagar, porque aqui ninguém quer casa de graça, não; senão fica imaginando que quer de graça. Ninguém quer nada de graça. (Palmas) Aqui a gente está falando de linhas de financiamento que permitem o acesso da população de baixa renda à oportunidade de moradia digna, de teto decente.

Não é diferente a fala da Lapa e de Pinheiros dizendo que está encortiçando o território. Aí vão reclamar que tem cortiço ao lado de prédio de bacana e vão mandar tirar o cortiço de lá, porque é assim que se faz até hoje. Por quê? Porque foram raras as vezes que a gente conseguiu lastrear, deixar dentro do Orçamento um recurso de verdade para ser investido em habitação.

Estou aqui há 12 anos, completo 13 neste ano. Eu vi só em dois anos, do Prefeito Kassab, recursos poderosos para habitação; nenhum outro mais. Não estou falando isso porque o Kassab é melhor que ninguém, não. É que quando você vê os números, você olha isso. O período do Kassab, por uma negociação correta que foi feita com a Sabesp, ele conseguiu segurar os recursos do (ininteligível) para habitação, chegamos a ter 850 milhões de reais investidos na habitação. Hoje a gente não investe um quarto disso. A média do Governo Haddad – e não estou fazendo crítica, é constatação – foi um terço disso.

Portanto nós tivemos um período, sim, em que se acreditava que ia ter habitação. Por isso, no MSTI, entregou unidade habitacional em Heliópolis; por isso muitos movimentos cresceram nesse período, e cresceram corretamente.

A pergunta que a gente tem que fazer para a gente, para os 55 vereadores é... O Presidente abriu a sessão mostrando a supercompetência que teve a Comissão Parlamentar

de Inquérito de investigação, conseguindo buscar mais de cinco bilhões de reais dos grandes devedores; mais de 1,2 bilhões já estão no caixa. A gente vai fazer repavimentação da Nove de Julho – que é importante -, pavimentar pela oitava vez a Nove de Julho, porque passa muita gente importante ali, ou a gente vai a investir em habitação? A gente vai ter que decidir junto.
(Palmas)

O Prefeito, porque foi muito pressionado – e foi mesmo - por muitas reclamações no Ligue para a Prefeitura, no “zap” do Prefeito, nas mídias sociais, foi pressionadíssimo para fazer um grane programa de recapeamento chamado Asfalto Novo, vai investir seis vezes mais do que o que está programado para habitação. Está certo?

- Manifestações na plateia.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Só que a gente tem que convencer, porque me parece que quem reclama do buraco no asfalto está fazendo mais barulho do que habitação, e aí está asfaltando e tapando buraco, e vocês estão sem casa. Essa é a questão! Se Orçamento define a prioridade e a prioridade que está sendo definida é asfaltar rua que já está asfaltada, é porque nós não fomos competentes para convencer o Prefeito e seus secretários que mais vale investir em habitação, porque alavanca. Cada centavo que se investe em uma unidade habitacional vai ser mais duas daqui a cinco anos, porque você entrega a habitação e financia mais duas.

Portanto é chegado o momento de fazer a mudança, de convencer o Prefeito, seus secretários e outros que por lá passaram e que não tiveram coragem de fazer a discussão correta. Sabem quanto custa uma regularização fundiária? Menos de 700 reais. E a gente não tem tido competência de entregar cinco, seis mil por ano. E não estou falando de incompetência desse; tem sido esta a regra!

Se a gente quiser de fato recebê-los no ano que vem para audiência pública, o Orçamento que a gente vai aprovar tem que mostrar algo muito diferente do que o que está aqui. Caso contrário, eu sinto que, pelas falas aqui, a gente vai ter um ano muito difícil.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Vou falar um minuto, não. Vou falar o que eu preciso falar.

Boa tarde, companheiros e companheiras, movimento de moradia que é um movimento muito aguerrido no tange a políticas públicas. De fato está sendo uma audiência bastante calorosa, mas a gente tem também que reconhecer, Vereador Police, que a Assistência Social e a Cultura também estão fazendo barulho para ter recursos no Orçamento.

Eu gostaria de começar com uma ralação da Defensoria Pública. Ainda está aqui a Defensoria Pública. Eles fizeram uma nota técnica que vão passar para todos vocês, vereadores, e isso é extremamente importante porque é um dos órgãos que hoje está na linha de frente na questão de reintegração de posse.

O interessante nessa nota técnica é que ela teria que ser para os vereadores, mas também para os gestores. Ela coloca a questão habitacional como prioridade absoluta, como política pública inclusiva de grupos vulneráveis e para sua tutela com dignidade. Ela menciona um ponto da Constituição Federal de 1988, que fala da habitação. Fala da vulnerabilidade urbana, da ausência de moradia para pessoas em situação de rua. Cadê a população de rua? Não sei se está aqui presente, se está lá embaixo, mas não tem recurso no Orçamento para isso. Fala da criança, adolescente e juventude como prioridade absoluta pelo ECA, mas também não se esquece de falar das mulheres vítimas de violência doméstica. Então está perfeito e eu queria parabenizar e acho importante a gente ressaltar isso.

Agora quero discutir o Orçamento. Aí vai me dar um pouco mais de tempo, porque a gente tem que detalhar os recursos, não é isso? É a função dos vereadores.

De fato, quando a gente fala que houve uma queda de 486 milhões na função habitação. E o que significa a função habitação? Significa que ela está com a Secretaria Municipal da Habitação, significa que está com a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento,

significa que tem um fundo de desenvolvimento urbano e mais outros fundos que são específicos para habitação.

Então, quando a gente fala que tem uma queda é juntando todas essas Secretarias que fazem a função habitação. Esse valor, de fato foi falado aqui, tem um corte específico para 455 milhões de cortes de urbanização de favelas. Ok, que fala da questão dos mananciais e já foi colocado aqui pelo Secretário e em uma outra ocasião conversou comigo sobre isso, que seria um recurso retirado do Governo Federal. Porém, precisamos ter o entendimento que esses recursos são retirados como se fossem quatro Secretarias do Município. Quais são? Secretaria dos Direitos Humanos, Secretaria do Trabalho, Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Social e Secretaria dos Esportes, que terão um corte de 524 milhões no total. O nosso orçamento da habitação terá o valor de 755 milhões.

Vocês compreendem esses números? É preciso fazer isso. É claro, sabemos que desses 482, são 378 do Governo Federal. Ok. Mas os recursos próprios da empresa também tiveram uma redução de 21 milhões e as transferências estaduais que sabemos muito bem que nunca chega, quando a gente briga com o Município, com o Governo Federal e com o Estado também, que precisa fazer sua função. Pois bem, não vai entrar nos cofres públicos, 52,2 milhões de reais do governo do Estado. E ainda esses recursos são vinculados no Tesouro Municipal. E é isso que eu queria chamar a atenção de vocês, porque temos o orçamento que está sendo retirado o Governo Federal, Estado. E o Município, onde fica nisso? Ele tem o Tesouro, esse Tesouro vai ser retirado dos cofres públicos municipais o valor de 138 milhões. Quer dizer, esse investimento é muito mais vinculado às funções sociais de habitação. Esses 138 milhões tiraram do município, tiraram do Tesouro e estão pensando em colocar 140 milhões em créditos. O que significam esses créditos? Significam empréstimos, que são recursos que ainda vão estar no orçamento por vir. Só que o orçamento já está lá, o recurso já é destinado. Então, quer dizer que vou ter esperar vir o empréstimo, esperar recolher de algum lugar, IPTU para entrar, isso significa que não vamos conseguir investir com esse recurso,

significa que vamos ter de esperar entrar o recurso para poder pensar em uma política de habitação. E isso não é importante. É uma expectativa de dinheiro, é o que estou falando, temos de esperar entrar para poder pensar no recurso. Isso não podemos admitir.

Uma outra relação que queria falar, que acho extremamente importante para compreender. É claro, Secretários, vocês apresentaram aqui e vão falar na relação de fala, que vão aumentar a construção habitacional. Temos que eles têm pensando em um valor significativo. Só que esse valor significativo só vão ser encontrados na PPP, não está vinculado aqui quais são os recursos que serão para o movimento de moradia, por exemplo. Aliás, o que se fala em moradia popular de autogestão, o valor de redução é 100%. Não vai ter recurso para autogestão, mas vai ter recurso para a PPP.

Então, o que isso significa, na minha opinião, para vocês? O que isso significa na minha vida? Significa que se formos trabalhar com planos de PPP, vamos ter o apartamento na média de 38 metros quadrados a 40 e vou ter de pagar uma prestação de 800 reais. Se você for fazer a média hoje é essa, em detrimento a uma política popular que é colocada em prática pela Minha Casa, Minha Vida, mas não está vindo para a cidade de São Paulo, no valor num empreendimento de 50 a 60 metros quadrados num orçamento mais alto, de 120 reais por mês. Compreenderam? 120 reais por mês, tem condição de pagar hoje num empreendimento de 50 a 60 metros quadrados, para um valor de 800 reais, para metade de um empreendimento. É essa a política que está colocada aqui, e é colocada em números.

Por final, desculpa me estender bastante, nobres Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É que o Vereador Ricardo Nunes nunca consegue falar na audiência pública do orçamento.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Ele ouve, ele precisa nos ouvir bastante, não é, Ricardo?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Isso não tenho dúvidas, ele ouve demais.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Ele precisa ouvir, inclusive, para que tecnicamente

a gente melhore essa relação na questão do orçamento.

Por fim, vocês que vieram aqui pensar em regularização fundiária. Quem está aqui para falar de regularização fundiária? É um orçamento que está dentro do fundo, em outros investimentos, está diminuindo, menos 6%. Se estou diminuindo, significa que não vou ter recurso para fazer a regularização, significa que não vou ter recurso para poder ampliar.

Edson Aparecido tem me procurado esses tempos, não só a mim, mas outros vereadores para dizer que estão precisando de emendas para pensar em regularização fundiária. Ok, o meu orçamento, a emenda, somos oposição, você sabe que metade disso não vai ser organização, metade disso não se coloca como vimos este ano. Se for 3 milhões para cada vereador, se for 1 milhão para cada vereador do PT, por exemplo, não foram feitos.

Então, eu não sei se vou poder te ajudar nesse sentido. Precisamos batalhar no orçamento para que tenha recursos da relação da regularização fundiária. A gente ainda pode viver com o pires na mão para pedir para os vereadores fazerem políticas públicas que sejam de governo. E nem o Secretário de Habitação ficar nessa coisa de ficar com os movimentos sociais e não ter recurso municipal para poder investir nisso.

Então, companheiros, eu queria finalizar dizendo que se o movimento de moradia não se organizar de verdade e fazer aquilo que vocês sabem fazer muito bem na ocupação dessa Câmara Municipal até a votação, não vamos conseguir ter um orçamento destinado para habitação como deve ser feito. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Juliana. Agora, Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Boa tarde, Sr. Presidente, demais vereadores, Secretário Chucre, Edson Aparecido, equipe da Fazenda, Secretário da Habitação, vou ser muito breve também até porque a minha história do movimento de luta por moradia da Associação dos Trabalhadores sem Terra de São Paulo. Eu venho somar o coro de cada um de vocês, nesta Casa, há vereadores com a sensibilidade de entender que a casa é a roupa da família, é o bem maior que a gente vem buscar. Então, quando a gente vê um orçamento como esse, e eu fiz

essa crítica pessoal ao Prefeito João Doria, falei com o Secretário Caio Megale, e tenho de somar esforços para aumentar os recursos para habitação.

Na cidade de São Paulo, e pegando um pouco da fala da Vereadora Juliana, o movimento que a gente respeita todos os tipos de ideologia, de luta por moradia, mas é inadmissível o movimento demorar 15 anos para aprovar uma área, para aprovar um loteamento de interesse social e ser jogado na mesma vala comum das grandes empresas. Esse é o tempo do movimento que faço parte em que a gente compra a terra e só pede para a prefeitura aprovar. Só pede para a prefeitura aprovar e aqui se cria todo tipo de burocracia. E não é só nas gestões passadas, nesta também estamos tentando melhorar.

Quero aqui fazer uma menção ao Secretário Chucre que tem sido parceiro de primeira hora. Estamos tratando habitação de interesse social, os conjuntos habitacionais de interesse social como política habitacional e não como fomento de moradia do mercado financeiro das grandes empresas que vão fazer o Minha Casa, Minha Vida. Lógico, respeitando esse tipo de coisa, mas é importante também que todos esses movimentos estejam muito unidos e cobre dos vereadores que estão aqui desde o primeiro momento. Fiquei aqui atentamente ouvindo cada um de vocês. Hoje, temos uma ferramenta muito importante que é a nova lei de regularização fundiária. Essa lei dá ao Município uma autonomia na regularização. Ela facilita a regularização, mas para isso precisamos de recursos.

Por isso, não só eu, mas os vereadores que falaram e estiveram aqui fazendo coro, vão lutar para que a gente melhore esse orçamento. Tem de lutar sim, porque caba a cada um de nós representar um povo de luta como vocês. Cada qual tem os seu parlamentar, pessoas que foram e pediram voto, e reconhecem o direito da moradia. Eu não sou diferente. Muitas famílias estão lá esperando há 10, 15anos para começar a construir a sua casa como próprio recurso. E a prefeitura só precisa bater o carimbo de “Aprove-se”, respeitando o meio ambiente, respeitando todas as condições legais, mas esse é o tempo que demora. Eu acredito que agora vamos viver um novo tempo, com a nova lei de regularização fundiária, o novo

tempo da desburocratização dos processos de habitação de interesse social. Não basta só ter recursos, é preciso ter mecanismos que venham facilitar a agilização dos processos.

Falar em recurso, às vezes é muito fácil, mas se você não tiver uma operação muito clara e agentes políticos interessados em resolver o problema habitacional, não basta só o recurso, precisa ter técnicos dentro das Secretarias empenhados em fazer a habitação de interesse social na cidade de São Paulo. Isso que é o mais importante, o empenho. E tenho certeza que nesta gestão João Doria, com o comando do Chucre, com o Edson Aparecido, com a experiência dele como deputado federal, como chefe da Casa Civil, entende principalmente o anseio e a necessidade de cada um de vocês.

E aqui, eu quero dizer que logo quando o vereador de primeiro mandato, a primeira coisa que fiz aqui foi apresentar um projeto de resolução criando a Frente Parlamentar de habitação e desenvolvimento urbano, onde queremos ouvir todos os movimentos, trocar experiências, o local de diálogo para que possamos ter uma política séria, verdadeira de política habitacional.

Então, eu queria agradecer a cada um de vocês que falou aqui hoje, porque é isso que precisamos, o povo que fala o que sente no dia a dia. A esperança de termos um governo que irá olhar para o movimento popular, para moradia de forma digna e honesta, sem falácia, vamos ser muito sinceros, não temer a resposta. E o povo organizado vai lutar para transformar o não em um sim que possa ser cumprido. Muito obrigado, e Deus abençoe a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Vereador Fabio Riva. Agora, o Vereador Atílio Francisco, que é o relator do PPA.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO- Boa tarde a todos, cumprimento o Vereador Jair Tatto, em nome de quem faço menção a todos os vereadores, Secretário Fernando Chucre, José Aparecido e todos os demais componentes da Mesa.

Eu quero em primeiro lugar parabenizar vocês que batalham, lutam por dignidade, porque morar e ter a sua casa própria, isso se chama dignidade. E como relator do Plano

Plurianual tenho conversado bastante como Ricardo para que possamos formular um relatório que possa, pelo menos, vislumbrar o mínimo de esperança, principalmente, para vocês que reivindicam por moradia.

Vamos fazer um trabalho que realmente vai mostrar para vocês a boa vontade e disposição dos vereadores. Não é fácil buscar recursos dentro da peça orçamentária para distribuir ou para direcionar para os vários setores que reivindicam, e com justiça. No ano passado, fui relator do orçamento e uma das reivindicações de vocês, dos movimentos de moradia, que não havia recursos do Tesouro Municipal. E fiz das tripas coração para encontrar algum recurso para direcionar para essa área. E conseguir, sim, no orçamento arregimentar recursos, pelo menos para dar uma demonstração a vocês, do movimento, de que há interesse dos vereadores que lutam pela causa de vocês. Conseguimos alocar 50 milhões de reais do Tesouro Municipal para os movimentos. E o que me assusta aqui é que até setembro, os valores estão aqui, mas a execução é zero. Quer dizer, boa vontade, disposição de nós, vereadores, para lutar pela causa de vocês, nós temos e vamos ter sempre, porque sabemos o quanto é importante a luta dos senhores com relação ao desejo de ter a sua casa própria .

Vamos também, eu e Ricardo, levar em consideração, e o próprio Secretário também lutando bastante, para ver a questão da regularização fundiária. Eu vou arrumar um jeito de destinar recursos para que essa reivindicação verdadeiramente seja atendida. Não dentro da necessidade total, mas pelo menos, nesses quatro anos, designar valores que possam minimizar a situação dos senhores.

Parabéns pelo trabalho, estamos juntos, vamos somar forças porque é assim que chegamos onde temos de chegar. E Deus abençoe vocês. (Palmas)

O SR. RICARDO NUNES – Muito obrigado, Vereador Bispo Atílio, que sempre defende a questão da habitação. Antes de fazer as minhas perguntas como relator do orçamento 2018, e fui relator da LDO, quero fazer uma explanação, porque é muito bonito ver o auditório lotado, e lá embaixo, mais 300 pessoas nos acompanhando, numa terça-feira, uma

demonstração muito bonita de vocês de querer lutar pelos seus direitos na questão da habitação.

Tem uma questão importante, a Vereadora Juliana falou com relação à questão da regularização fundiária. Nós tínhamos executado, vamos falar de 2016 para saber o que tínhamos previsto e o quanto foi efetivamente realizado. Tínhamos previsto na regularização fundiária 22 milhões 323 mil, foram realizados 85 mil reais. Por que estou falando isso? Porque não adianta colocar no orçamento e não realizar. Previsto para 2016, 22 milhões e meio, foi realizado 85 mil reais. Está previsto agora para a regularização fundiária para 2018, 8 milhões 780 mil reais que acho pouco e vamos aumentar. Isso da fonte da Secretaria.

Regularização fundiária, para 2018, 8 milhões, 780 reais. Eu acho pouco, e nós vamos aumentar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Isso da fonte de Secretaria.

A questão da área da Secretaria de Habitação: você tem um Fundo Municipal de Habitação, e a própria Secretaria de Habitação tem recurso que vem do Fundurb e tem os recursos da Cohab.

Eu vou tentar muito rapidamente fazer uma pequena análise com relação ao que alguém comentou aqui, de que não tinha mais recurso para o aluguel social.

Está previsto para o ano que vem 123 milhões de aluguel social. Então tem o recurso no Orçamento, inclusive da Fonte 00, a fonte do Tesouro Municipal; e temos só 29 mil da Fonte 05. Então está executado. Já foi liquidado, esse ano, até setembro, 96 milhões de aluguel social. Agora só mudou o termo, e talvez seja essa a confusão que ela tenha feito; mudou a rubrica para Serviço de Moradia Transitória.

Com relação à queda do Orçamento, de forma geral, o que é importante a gente ter como informação.

Tínhamos previsto, para 2017, com recurso federal, que é a Fonte 02, dinheiro

vindo do Governo Federal, 390 milhões; era o que era previsto de vir de recurso federal. Foi executado, até setembro deste ano, 280 mil reais. Então chegaram 390 milhões. E está previsto, para 2018, 13 milhões – porque não adianta colocar um valor ao qual não se vai chegar. Então é mais importante se trabalhar com a realidade do que ficar com esse número ao qual, efetivamente, não se chega. E isso já vinha acontecendo em 2016, quando estava previsto vir um valor de 278 milhões, e chegaram 2 milhões e 300. Então para ver que é importante trabalhar com um orçamento mais realista, para a gente poder saber o que faz. Como muito bem falou o Vereador Fabio Riva, o “não” é melhor.

No contexto geral, o que a gente tem de previsão para o orçamento de 2018, em termos de inovações?

Mais realista com relação ao recurso federal, que já não estava chegando há anos – desde 2013 que eu estou aqui, e esse recurso nunca chegou; não chegou em 2013, não chegou em 2014, não chegou em 2015, não chegou em 2016, não chegou este ano, então não vai chegar em 2018.

O que temos de previsão de recursos? Vamos chamar esse de “dinheiro podre”, não pode ser podre, mas que não chegam. Bom, são recursos de uma operação de crédito que a Câmara votou tem duas semanas, autorizando o Governo Municipal a contrair empréstimos. Então existe uma previsão de receita de 140 milhões de operação de crédito. Aí, é lógico, vai depender da competência do Chucuri, do Edson Aparecido e do Caio Megale – Habitação, Cohab e Fazenda –, e eu confio na competência deles. Porque seria muito ruim chegar no final do ano que vem e esse dinheiro não ter entrado, então eu prefiro estar na mão deles. Nós já fizemos a nossa parte, autorizamos a contratação de empréstimo, competindo a eles fazer o empréstimo ocorrer e fazer o empréstimo ser transformado em recursos efetivos para habitação – tanto a regularização fundiária como a construção de habitação. Esse é um ponto dos 140 milhões das operações de crédito.

A outra questão diz respeito aos recursos do Estado. Sempre tínhamos uma

previsão de valor absurdo de recurso do estado. Por exemplo, tínhamos previsto 100 milhões, e só sobrou 4 – está previsto agora 33. E tem outra fonte importante, que é a Fonte 10, uma inovação do orçamento que se refere ao Fundo Municipal de Desestatização. É isso que o Governo Doria está procurando fazer com as concessões, as PPPs e as privatizações. Esse recurso está previsto vir para a habitação – a Secretaria da Habitação, com 88 milhões e 300 mil reais; e mais 50 milhões na Cohab.

Já conversamos com o Vereador Fabio Riva, com o nosso Presidente Jair Tatto, com a Juliana Cardoso, com o Vereador Reis, Alfredinho, Souza Santos, Bispo Atílio, Police, Alfredinho, Rinaldi, André Santos, Nomura, Isac Felix e eu, nós vamos aumentar em 100 milhões da Fonte 10 para habitação. (Palmas) E isso não é o Relator, é um conjunto de Vereadores que lutam pela questão da habitação. É inegável o que o Police faz com relação ao Ipiranga – acho que o terreno é da Petrobrás, se não me engano –, a mobilização de vocês. (Palmas) Cada Vereador atua na área da habitação. O Riva foi eleito basicamente pelo movimento de moradia. Mas, mais do que isso, uma audiência pública organizada, uma audiência pública em que as pessoas vieram para colocar as suas propostas. Tivemos outras em que mais tomados pancadas e xingos do que efetivamente chegamos a um resultado. Então quero parabenizar vocês que estão aí em cima e as pessoas que estão aí embaixo. Naquele momento que eu me ausentei um pouco, eu fui lá embaixo olhar – todas as pessoas sentadinhas, prestando atenção, dialogando, ou seja, realmente procurando um objetivo. Então, com a autorização da Comissão de Finanças, do meu presidente, dos Vereadores que militam na habitação, vamos colocar 100 milhões a mais do Fundo de Desestatização na área da habitação.

Eu teria tanta coisa para falar, Secretário, mas, para não tomar muito tempo e deixar as outras pessoas falarem, e o senhor pode responder, que eu acho que é o mais importante para todos nós, eu queria deixar uma questão que a gente vive todos os dias.

É muito comum, o Vereador Alfredinho comentou aqui, que, às vezes, a prefeitura

regional não pode colocar uma guia e sarjeta numa rua, não pode colocar um asfalto, porque o bairro está totalmente habitado, mas o Ministério Público vem de paulada em cima da gente. E por que não consegue colocar? Porque não tem a regularização fundiária, são bairros consolidados. Quando votamos o Plano Diretor e a Lei de Zoneamento, nós demarcamos os bairros como ZEIS-1, que é Zona Especial de Interesse Social 1, em que a Prefeitura reconhece que o bairro está consolidado, que ele não será dali removido e que precisa somente colocar a infraestrutura. Então, Secretário, peço encarecidamente ao senhor, em nome de todos os meus colega Vereadores, que marque uma reunião no Ministério Público para que a gente possa, junto com o senhor – Executivo, Legislativo –, e falar para esses caras do Ministério Público, que não entendem nada de periferia que é preciso a gente se acertar, para que possamos fazer as melhorias nos bairros que estão demarcados como ZEIS-1. A gente tem que colocar melhoria. Como é que pode, por exemplo, um cadeirante não conseguir acessar a sua casa porque o Ministério Público não deixa colocar uma guia, uma sarjeta, um asfalto, se o bairro está totalmente consolidado. Então é muito importante destravar isso. A gente faz emendas, e não pode executar. Isso é uma coisa muito séria que não tem por que existir. Não é que falte dinheiro; falta nada, falta bom senso de alguns membros do Ministério Público de entender que as pessoas vivem e têm direito a terem os seus direitos essenciais garantidos. Então isso é de suma importância. Faço um apelo que nem fiz em particular; faço ao vivo, para que fique nas Notas Taquigráficas, Chucri, da sua habilidade, da sua competência, que a gente pode resolver isso. E onde estiver demarcado como ZEIS-1, a gente poder colocar a infraestrutura nos bairros, e, evidentemente, fazer um processo de regularização fundiária – que não está muito difícil. No Plano Diretor, nós fizemos a votação do Plano colocando um capítulo específico da regularização fundiária, uma contribuição enorme de vários Vereadores aqui da Casa; tem uma legislação do Police que fala dessa questão. É fácil avançar, não é muito complicado, não é tão caro. Precisa ter uma boa iniciativa.

Queria aproveitar e dizer que o Adjunto, o Gilmar, assistiu a algumas audiências, e

tomou a iniciativa de nos ligar, de se colocar à disposição com a equipe técnica da Secretaria para ir aos bairros apresentar como que isso pode ser resolvido. Então é importante também, Secretário, relatar a iniciativa da sua equipe em poder buscar solucionar a questão para as pessoas.

Como avançou o horário, eu queria saber o porquê que a gente tem um gasto de mais de 2 milhões em equipamentos novos de serviços de informática; 2 milhões e 680. O que é isso? Precisa colocar isso mesmo? A gente não pode usar isso melhor, se isso é da Prodam? Eu vi que o senhor manteve o seu custo de administração de unidade, isso é muito importante, não tem um curso maior. Enfim, são essas questões que eu queria colocar com relação a esses recursos e esses cem milhões a mais que a Comissão de Finanças está colocando na pasta da habitação, que a gente possa depois sentar e ver os projetos que tem em andamento com relação a habitação e regularização fundiária.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – eu vou passar primeiro ao representante da Secretaria do Verde, que temos poucos questionamento. Em seguida, não queria perder a oportunidade de fazer uma pergunta objetiva. Primeiro sobre o Condomínio Espanha e o Parque dos Búfalos, famoso, conhecido como Parque dos Búfalos, foi uma luta árdua ali, o movimento aqui representado, porque a dificuldade é hoje começar empreendimentos de moradia popular. Se há o compromisso de terminar e se os equipamentos sociais que ali dentro constam do projeto, que parece que houve um recuo sobre creche, EMEI, EMEF, sobre Unidade Básica de Saúde, sobre o plano de mobilidade que faz parte lá, que parece que foi feito um pouco meia boca, e também a questão ali, na época havia combinado com o governo de um Centro de Referência da Mulher para a zona Sul ali. Então quero saber se vamos concretizar, sabendo que colocar o dinheiro no orçamento é fácil, o Vereador Ricardo Nunes faz um esforço aqui e anuncia que cem milhões a gente já destaca que consegue colocar. E uma pergunta central que quero fazer é a seguinte, até conversei com o Secretário Chucre e

ele me disse: “São, mais ou menos, 130 perguntas que me fizeram”. Eu diria o seguinte: se tudo que foi publicidade, que foi publicizado de dinheiro que vai entrar com privatizações, operações de crédito da renovação da dívida, com a PPI que a CPI avançou muito e tem dois bilhões e meio que podem entrar ainda neste ano, daria para vocês responderem as 130 com obras e fazer mais 130, porque o meu problema é o estilo e o comportamento do Prefeito João Doria, porque lá atrás em julho, ele falou: “Nós vamos arrecadar sete bilhões com privatizações. Vai ser maravilhoso”. Ele falou sete bilhões. O Secretário Wilson Poit, que veio na nossa audiência, já colocou que se arrecada cinco. É que nós não estamos discutindo aqui com a propriedade que merece o PPA, porque é diferente o momento e o Vereador Bispo Atilio, na sua imensa humildade, sabe da importância, porque coincidiu, é a cada quatro anos, e o Secretário Wilson Poit disse que não são mais quatro, são os próximos três, colocou aqui que entrará cinco bilhões, só que o próprio Governo mandou uma relação que investe dois bilhões e meio. Então, nós estamos perdidos no orçamento, e aí eu acho que a gente sinaliza aqui na Comissão que nós vamos devolver com muita tranquilidade para o Executivo, se ele mandou 56.260, nós vamos devolver o orçamento aprovado pela Câmara com um valor maior, nunca aconteceu isso. Então você tirava daqui para colocar ali, é inédito esse orçamento, porque nós temos essas coisas que aconteceram. Então o que acontece? Eu acho que nós estamos com dificuldade com aquilo que é dito na imprensa, naquilo que é colocado aqui e naquilo que o Governo manda. Então vocês guardem isso, sete bi, ele falou na imprensa, cinco bi o Secretário disse aqui, na audiência oficial do Orçamento, e dois e meio é o que ele manda. Eu estou falando do Plano Plurianual, do PPA. Então qual é o grande desafio aqui? Foi discutido aqui até, vamos dizer assim, de um buraco na rua até um grande condômino que se faz necessário, de habitação popular. O que nós precisamos dimensionar aqui para valer, e os movimentos sabem disso, o que vai representar para a habitação popular esse cinco...

Foi discutido aqui, vamos dizer assim, de um buraco na rua até um grande condomínio, que se faz necessário, de habitação popular. O que precisamos mencionar aqui

para valer – e os movimentos sabem disso? O que vai representar para a habitação popular esses 5 bilhões que estão colocados oficialmente aqui nos próximos 3 anos? E uma coisa que precisamos aqui garantir é criar um fórum com a sociedade civil, já que nós aprovamos primeiro na Câmara Municipal. Bom, votei contra, mas foi aprovado o Conselho Municipal de Desestatização. Eu respeito os 5 Secretários que compõem o Conselho, mas são 5 Secretários muito próximos do Prefeito, a sociedade civil não está ali, a Câmara Municipal não está nesse Conselho. Então, essa é uma grande preocupação que temos de ter. Repito: o Orçamento, a gente consegue colocar aqui e atender; mas precisamos criar um fórum de verdade, oficial para acompanhamento da execução orçamentária. E não é este governo: essa dificuldade, vimos tendo com vários governos. Tivemos com o Kassab. Lembro-me do esforço do Bispo Atílio, que, quando relator – o Vereador Ricardo Nunes já relator -, colocou 50 milhões nos mutirões e autogestões. Foi feito um esforço! O governo passado mesmo não executou absolutamente nada.

Tem a palavra pela ordem o Vereador Souza Santos.

O SR. SOUZA SANTOS – Um minuto, Presidente, pois terei que sair. Presidente, quem está com fome quer comer. Quem está doente quer médico. Quem está sem casa quer casa. (Palmas) É isso. Então, o Prefeito não pode demorar para abrir o Orçamento. O Orçamento deste ano foi aberto em julho. Não veio um centavo ainda da Fonte 00 para a habitação. O dinheiro que está lá, do (ininteligível) e FMSAI, é para custeio. (Palmas) Então, o pessoal que está aqui quer casa. As perguntas, eu não vou responder pelo Secretário, mas todo mundo aqui... (Falas simultâneas).

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ele fez um decreto...

O SR. SOUZA SANTOS – O Vereador Police Neto foi muito feliz...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ele fez um decreto que fecha tudo quanto é dinheiro que vai sair para o fim do ano. Lacrou.

O SR. SOUZA SANTOS – E outra: o pessoal que está aqui quer casa, e não quer

de graça, como o Police Neto falou; quer pagar a casa, e acabou. (Palmas e manifestações no recinto). Isso iria resolver o problema. Essa é minha fala, Presidente. Estou satisfeito, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Aliás, de nutrição o Prefeito entende. Ele sugeriu uma grande receita para os alunos das escolas. Verdade.

Concluo dizendo o seguinte: temos que criar esse fórum que garante a execução orçamentária. Então, passo imediatamente para o Secretário representante da Secretaria do Verde. Em seguida, ao Edson Aparecido e ao Secretário Fernando Chucre.

A SRA. TAMIRES OLIVEIRA – Boa tarde. Sou Tamires Oliveira, Diretora do Departamento de Projetos e Obras, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente do Município. Estou representando o Secretário, que teve de sair. Não é tudo que eu vou conseguir responder. Então, o que houver, depois, de questionamentos, enviem para a Secretaria ou para a própria Câmara Municipal, que a gente responde.

Serei rápida, até para dar tempo de o Secretário Chucre responder as centenas de perguntas a ele dirigidas. Sobre a situação do Orçamento da Secretaria, esclarecerei algumas coisas. Nos anos anteriores, foram utilizados os recursos do FEMA para custeio dos parques. Neste ano, demoramos muito para aprovar as diretrizes do Cades, que não aprovaram essa utilização; então, houve vários remanejamentos dentro do Orçamento da Secretaria para priorizar a zeladoria dos parques.

Nossa prioridade neste ano foi remanejar tudo o que podíamos para priorizar a zeladoria dos parques. No próximo ano, nossa prioridade são também parques e plantio de árvores, que é a meta da Secretaria do Verde.

Outra coisa: existe a previsão da concessão da gestão dos parques, o que poderia desafogar um pouco o Orçamento da Secretaria, que é pequeno, e sabemos que tem muita coisa para fazer.

Há algumas questões pontuais que eu anotei - não sei se atingi todas, mas estamos abertos a receber; já me deram algumas coisas para responder depois – sobre a

implantação de novos parques. Há previstos alguns parques para serem implantados, incluindo vários que foram citados aqui, como: Aristocratas; Parque dos Búfalos, que já está em andamento – inclusive a primeira obra de cercamento, da Secretaria do Verde, vai começar agora em dezembro -; Linear Água Podre; Nascentes do Ribeirão Colônia, que é o único parque urbano, que alguém mencionou aqui, na região de Parelheiros, a gente está se mobilizando lá para fazer as obras, que são importantíssimas para nós, incluindo a implantação de uma escola de agroecologia nesse parque também; entre outros.

Há a questão dos contratos de manejo, que alguém perguntou. Eles já estão sendo retomados. Faltam duas licitações para acabar. Agora, aos poucos, estamos retomando esse fôlego na Secretaria para deixar os parques em ordem.

Outra questão levantada foi a da Umapaz. A Umapaz continua; inclusive a reestruturação, que está sendo proposta na Secretaria, é para fortalecer a educação ambiental, que é assunto de extrema importância para a Secretaria e todo o Município.

Também temos buscado outras fontes de recurso. Antes não estávamos, agora já estamos no Fundo Municipal de Saneamento com recurso para buscar outras fontes de fundos municipais inclusive para conseguir fazer as coisas na Secretaria e tocar a pasta do Meio Ambiente.

Da Secretaria do Verde, o que tenho para dizer é isso. Se alguém tiver mais alguma coisa, estou aberta. É isso.

- Manifestações no recinto.

A SRA. TAMIRES OLIVEIRA – O Parque Augusta é uma questão que atualmente está sendo resolvida entre a Secretaria de Justiça e o Ministério Público. Acho que todo mundo acompanhou bastante, ao longo do ano, todas as negociações, toda a negociação entre Ministério Público, Prefeitura e as construtoras. Atualmente, isso está na mão do Ministério Público. Então, depende deles fazerem a liberação e analisarem toda a permuta de áreas para viabilizar o parque. Dentro dessa permuta, há uma série de contrapartidas, que são muitas, que

não dá nem para listar aqui, mas inclui creche, centro temporário de acolhida, uma série de equipamentos. Mas isso está na mão do MP, que vai decidir se a negociação é justa ou não para o Município. São eles que vão dizer isso. A Secretaria do Verde foi incumbida de desenvolver um projeto, que foi com base nos projetos apresentados pela população. Foi apresentado tudo isso, está na mão da Secretaria de Justiça e do Ministério Público. Então, a partir do momento que eles negociarem e chegarem a um consenso, volta para a Secretaria do Verde para implantação do parque, com as próprias construtoras bancando isso. Então, isso é uma coisa que não entra no Orçamento da Municipalidade.

Conselhos. Você falou de controle social, não é? Sim, os conselhos gestores continuam. A gente tem também o Cades e o Confema – Conselho do Fundo Municipal do Meio Ambiente. Então, dentro da Secretaria do Verde, temos uma série de órgãos que fazem esse papel de controle social.

Neste ano, houve várias eleições, conselho gestor, faltam alguns ainda. Alguns não ocorreram por falta de quórum mesmo, mas estamos fazendo e está acontecendo. Os conselhos gestores estão ativos.

O SR. RICARDO NUNES – Tamires, aproveito para te perguntar uma coisa: são vocês que fazem a gestão do Fundo Especial de Meio Ambiente, não é?

A SRA. TAMIRES OLIVEIRA – Do Fema, sim.

O SR. RICARDO NUNES – Só para entender. Porque a gente tinha orçado 17, 24 milhões e 700 mil. Então, é dinheiro que está lá, não tem muita coisa. Só executou 212 mil reais?

A SRA. TAMIRES OLIVEIRA – O Fema, o que aconteceu? Justamente. Foi o ano inteiro, praticamente, para aprovar as diretrizes. Então, as diretrizes foram aprovadas em junho.

A partir do momento ... segue 55

A partir do momento que aprova as diretrizes tem todos os trâmites para utilização desse dinheiro; então não teve tempo hábil de se gastar isso, alguma parte, aí tinha todo o

congelamento, toda negociação com a Fazenda. Uma parte a gente conseguiu executar, acho que até mais que isso.

O SR. RICARDO NUNES – Mas a Fazenda congelou dinheiro do fundo

A SRA. – Do fundo. E, enfim, e aí a gente, por falta de tempo hábil mesmo, por conta da apresentação de diretriz.

O SR. RICARDO NUNES – Mas no ano que vem vai executar?

A SRA. – Vai executar. Já tem até coisa aprovada, algum parque que alguém falou também.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Edson ou Secretário Chucre, vocês decidem.

O SR. FERNANDO CHUCRE – Todo mundo trouxe colchão e travesseiro hoje para a gente responder aqui. Brincadeiras à parte, é assim, eu queria agradecer muitas perguntas, muitos movimentos, inclusive o MSTI, a MRFU, o MM, a FLM e vários cidadãos também que não ligados aos movimentos, mas trouxeram aqui alguns problemas para a gente considerar, para a gente avaliar com relação aos investimentos, com relação ao orçamento da habitação no município de São Paulo.

Eu não vou conseguir responder todas as perguntas, porque são mais de cem, que eu contei aqui, porque cada um fez três, quatro perguntas, mais os Vereadores, então vou tentar responder por bloco para ver se consigo responder o máximo possível.

Alguma coisa específica a gente se compromete, eu e o Edson nos comprometemos a fazer uma resposta e colocar no site da Secretaria da Habitação, porque a gente anotou todas as demandas aqui e a gente coloca no site da Habitação, num espaço para poder avaliar, com as respostas, do que a gente tiver resposta, é claro.

Eu vou começar aqui, Vereador Ricardo, com relação a uma demanda que teve, da Defensoria, que foi a primeira colocação, dessa eu vou falar especificamente, que é com relação à questão da redução do orçamento do auxílio aluguel. Eu acho que todo mundo sabe, eu já falei esses números várias vezes, nós tínhamos, no começo dessa gestão, 33 mil famílias

inscritas no programa de alocação social, de aluguel social, isso quer dizer o seguinte: que nós teríamos, se fossem pagas as 33 mil famílias durante esse período, sem acrescentar nenhuma família no auxílio aluguel, nós teríamos comprometido 154 milhões do orçamento deste ano e vocês lembram dos números no começo da apresentação, a Secretaria investiu até agora, 260, vai chegar a alguma coisa em torno de 360, considerando os aportes que a gente tem que fazer agora no final do ano para o Minha Casa Minha Vida e de aquisição de terrenos que estão vinculados à seleção do Entidades, especialmente. Então, assim, a gente está falando o seguinte, a metade, um pouco menos da metade dos recursos disponíveis em habitação estão sendo investidos em aluguel social. Isso não é um problema se a gente tivesse a questão dos critérios do nosso banco de dados especialmente organizado com relação a essas 33 mil famílias. O que acontece é que tem lá um número enorme de famílias que a gente não sabe sequer o motivo deles estarem recebendo esse auxílio de 400 reais por mês. Então é assim, o que nós fizemos, é importante dizer isso, no primeiro mês dessa gestão, nós montamos um grupo de trabalho, e relevante registrar que estão participando desse grupo também representantes das Secretarias de Desenvolvimento Social, da SMADS, de Direitos Humanos e também da Secretaria de Pessoas com Deficiência, porque os critérios que basicamente se coloca lá, de vulnerabilidade, tem a ver diretamente com essas Secretarias e tem a ver também com outros programas que o município já disponibiliza para esses casos. Então é uma discussão ruim politicamente, mas necessária que se faça para que a gente não continue consumindo recursos importantes que deveria estar sendo utilizados em regularização fundiária, em produção de habitação e urbanização com o auxílio moradia. Isso é uma questão importante. Existe ação civil pública no Ministério Público tratando dessa questão, existe uma série de outros fóruns onde está sendo debatido isso. E o nosso compromisso é que a gente já tem um resultado desse trabalho, esse trabalho já tem um resultado que será discutido com o Ministério Público, Defensoria e no Conselho Municipal de Habitação, que são os principais fóruns onde esses assuntos são levados constantemente para a gente. Acabou o programa de

auxílio aluguel? Não, não acabou. A gente simplesmente está fazendo cumprir à risca a questões com relação aos critérios e também a restrição orçamentária que nós temos. É isso que está acontecendo com relação a esse assunto.

Eu vou para o pacote agora, para a gente poder aqui tentar... Um assunto que foi aqui diversas vezes colocado foi a questão do Espanha, que é o Parque dos Búfalos, que é por volta de três mil e 900 unidades que estão em fase final, estão sendo entregues agora, o primeiro condomínio vai ser entregue ainda esse ano e os demais condomínios todos durante o ano que vem. Então serão entregues as quase 4 mil unidades entre os anos de 2017 e 2018. E aí a obra lá não tem problema de recursos, está andando a todo vapor e conforme o cronograma que foi colocado já desde o começo dessa gestão. É uma obra que já vinha sendo realizada há mais de um ano e vai ser cumprida, vai ser entregue conforme o planejamento.

O que nós temos de problema com relação a esse empreendimento? Nós temos basicamente, foi muito judicializado, todos os Srs. Vereadores e várias pessoas que são da região sul lembram um pouco dessa história, foi extremamente judicializado esse processo de licenciamento e vai ser também provavelmente a entrega dessas unidades. Então a nossa preocupação, junto com a Secretaria do Meio Ambiente, é garantir a implantação, os recursos e a implantação dos equipamentos onde em algum momento houve compromisso da municipalidade de que se entregasse vinculado àquela demanda daquele empreendimento. Então uma primeira consideração, não havendo recursos do PAC Mananciais e parte das famílias que iriam para aquele empreendimento tinham vínculos com obras que não serão realizadas, o que a Sehab fez nos últimos meses foi analisar todos os núcleos, todas as comunidades que têm próximo do Espanha para que elas pudessem ser atendidas resolvendo questões de risco e questões de área de interesse ambiental vinculadas àqueles núcleos. Então isso está sendo feito, a demanda vai ser fechada toda dentro de famílias residentes na área de Billings, conforme...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretário, só uma observação. Qual que

houve alteração? Atender as demandas das famílias ali por perto?

O SR. FERNANDO CHUCRE – Isso é uma questão judicial e questão do licenciamento. Você só pode utilizar aqueles empreendimentos, aliás, serve para Billings e Guarapiranga, por conta do licenciamento junto à Cetesb e Secretaria do Meio Ambiente, você não pode trazer gente de fora para residir dentro de um empreendimento dentro de áreas de mananciais. Então esses empreendimentos serão 100% destinados para famílias da área de mananciais. Isso é importante, eu sempre falo isso porque também é um questionamento que chega para a gente, Vereador Tatto, com relação a outras demandas. “Mas tem aquele empreendimento”. Não é possível por questões legais e por questões de acordo com o Ministério Público e de licenciamento.

A outra questão relevante que tem lá e nos preocupa bastante é que quando o empreendimento foi iniciado lá atrás, existia e existe ainda com relação ao Programa Minha Casa Minha Vida a possibilidade de você pedir adicionalmente ao valor do contrato 6% do valor daquele contrato para produção e para implementação, implantação de equipamentos vinculados àquela obra. Então, no caso de Espanha, a gente está falando de 3.900 unidades, multiplicado por 4, para fazer uma conta aqui, a gente está falando de 15 mil, 16 mil pessoas que vão residir naquele empreendimento, a gente está falando de um município pequeno do interior de São Paulo. Então vinculado àquele empreendimento tem diversos equipamentos previstos, alguns vinculados ao empreendimento, outros compromissos que foram feitos no entorno daquele empreendimento. Então como esse recurso, outra queda que a gente teve, outra novidade que a gente teve agora, o Ministério das Cidades não aporta mais de 6%. A gente está falando de aproximadamente 20 milhões. Então o que a Sehab fez, junto com Cohab? Um esforço tremendo de remanejamento de recursos e nós garantimos esses recursos, que é por volta de... Cadê o Neto que estava aqui? Qual é o valor? Vinte milhões arredondado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não tem garantia desses equipamentos sociais

serem feitos?

O SR. FERNANDO CHUCRE – Não existe a possibilidade deles não serem implantados lá, não existe essa possibilidade, o recurso está garantido, e que para que não houvesse demora no sentido de que a gente tivesse que fazer nova licitação, nós fizemos...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com dinheiro próprio do Tesouro.

O SR. FERNANDO CHUCRE – Nós fizemos, foi a primeira vez que isso foi feito no Brasil, nós aumentamos o aporte do Município no contrato que existe lá para que a própria construtora possa fazer a obra imeditamente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então esse é o compromisso.

O SR. _____ - Não temos problema com relação à Espanha, com relação a esses equipamentos previstos e vinculados a esse empreendimento. Espanha... deixe eu ver... vou passar para o próximo porque são muitos assuntos aqui. Espanha para tranquilizá-los a respeito disso.

Dizer que com relação à Minha Casa, Minha Vida, de uma maneira geral, que apesar dos números, quero dizer que essa Administração fez um esforço tremendo e nós já temos resultados muito importantes para mostrar para todos vocês. Se falarmos, e aí desculpe, vou ter de fazer uma comparação, eu odeio fazer esse tipo de comparação, mas acho importante para termos uma ideia do que se fez e do que temos perspectiva de fazer nessa gestão.

Na última gestão, com todos os esforços que foram feitos, foram entregues, eu já vi o número de 12 mil e pouco e de 14, mas vamos a um número maior. Foram entregues 14 mil unidades habitacionais na gestão inteira. A nossa meta para essa gestão é de 25 mil.

Então queria dizer o seguinte: a nossa meta é mais do que dobrar a meta que foi colocada na gestão anterior. Eu mesmo demonstrei aqui uma série de números que estão dizendo o seguinte: temos menos recursos para investimento na área de Habitação, só que eu queria fazer uma consideração, não são computados aqui os recursos, por exemplo, que estão

vindo do Minha Casa, Minha Vida, e aí vou dar um número, para vocês terem uma ideia do que já foi feito em dez meses dessa gestão. Só de empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, que estão selecionados – não estou falando de um sonho, de uma possibilidade, uma vontade, estou falando de empreendimentos selecionados -, ou seja, depende agora única e exclusivamente da Prefeitura entregar os documentos e contratar essas unidades habitacionais. Estamos falando de, por volta – vou sempre arredondando os números – 8,5 mil unidades habitacionais. Isso somado ao que já está sendo produzido, do próprio Minha Casa, Minha Vida, da gestão anterior, já dá mais unidades habitacionais do que foi entregue na última gestão, com garantia de financiamento.

Eu sempre falo que só coloco unidade, nós só colocamos unidades, essa gestão só está colocando a unidade habitacional na nossa conta – isso aqui está viabilizado? Viabilizado não é comprar terreno, não é ter terreno aprovado, viabilizado é ter financiamento para produção dessas unidades. Então nós já temos viabilizados mais do que a gestão anterior, em dez meses dessa gestão. Isso é importante. Não estou pondo nessa conta Operação Urbana, não estou pondo nessa conta outras operações que venham a ser implementadas por essa Administração no sentido de aumentar a produção. Isso é importante dizer para todos vocês.

Uma questão e, aliás, isso se reflete naquele primeiro gráfico, naquela primeira tabela que eu mostrei, por que que tem uma aporte maior de recursos na questão, tem um volume de recursos em aporte para empreendimentos. É uma forma de garantirmos recursos, se colocarmos 8 mil unidades – vou arredondar – por R\$ 100 mil, é 96, estou arredondando para cem, estamos falando de 900 milhões, de R\$ 850 milhões, que serão utilizados na Habitação nos próximos três anos, ao longo da implantação dessas obras para produção do Minha Casa, Minha Vida. Estou dando um exemplo bem objetivo com relação a isso. Não aparece nesse número, mas está viabilizado, já estão selecionados pelo Ministério das Cidades. Minha Casa, Minha Vida.

E aí aproveitando o gancho, entrar na questão da PPP, que tem um tremendo

equivoco com relação à PPP. A PPP não é um política que visa substituir absolutamente nada, tanto que quando os estudos da PPP foram feitos, nenhum terreno – nenhum terreno – vinculado a empreendimentos de entidades, seja de entidades, seja do Minha Casa, Minha Vida, FDS, seja do FAR, que é de empresas, sejam terrenos que estavam vinculados a empreendimentos também do PAC vinculado, nenhum terreno foi considerado nessa conta para viabilizar empreendimentos de PPP.

Então estamos dizendo o seguinte: a PPP é uma maneira do Município, adicionalmente aos empreendimentos que continuam – que a gente continua rodando -, que os movimentos aqui presentes todos conhecem, a gente quer produzir alguma coisa a mais e pra isso a Administração acha sim válido, acha extremamente válido que utilizemos recursos da iniciativa provada para viabilizar mais unidades habitacionais. Acho que é lícito, é importante e uma maneira de você não ficar vinculada - como foi dito por diversos Vereadores e diversas lideranças - única e exclusivamente ao orçamento do Governo Federal, Municipal e Estadual. Vamos sim trazer recursos de fora pra poder viabilizar as unidades. E aqui há um monte de desinformação. Estão falando de projetos de unidades, de projeto de tamanho de unidade, e a Prefeitura não tem esses números, estamos ainda discutindo, vamos trazer à discussão de como vão ser as PPS, os locais.

O MSTI, por exemplo, que tem feito uma luta diária, semanalmente estou recebendo visita deles, o Maxwell, o Davison, o pessoal está toda semana ligando, cobrando para fazer unidades habitacionais. (Palmas) O que nós estamos propondo ao movimento? Lá há duas grandes áreas, só a da Petrobras dá por volta de quatro mil, quatro mil e quinhentas unidades habitacionais, e na área menor serão mais 500 unidades habitacionais. Todos viram esse número. Pergunto: temos dinheiro para fazer todas essas unidades, temos a perspectiva de recursos para fazer mais cinco mil unidades habitacionais, fazer aparecer dinheiro de algum lugar? É muito pequena essa perspectiva. Estamos discutindo então com o MSTI e com outros movimentos essas questões. Por exemplo, não há dinheiro no faixa um, mas há dinheiro no

faixa um e meio. Nos próprios movimentos, será que parte das famílias poderia entrar na faixa um e meio? Os próprios movimentos estão nos dizendo que sim, que há um percentual de famílias, que é de alta vulnerabilidade, que poderiam ser atendidas pelo Minha Casa Minha Vida. Então essa é uma discussão a ser levada aos movimentos. Há um terreno que não foi selecionado pelo SDF, vamos migrar do faixa um para faixa um e meio, mas isso se houver famílias suficientes para compor essa demanda.

São então diversas propostas e a PPP se enquadra nessa linha de você ir além do que o Orçamento permite. É somente esse o objetivo. Falo todas as vezes que não há intenção da Prefeitura de substituir uma coisa pela outra e isso tem de ser dito.

Vou lhes dar um exemplo que acho vale a pena, vou citar especificamente o exemplo da Cracolândia. O Município quer sim colocar em unidades as famílias que vão ser removidas da área da Cracolândia no projeto da PPP do Estado. Temos convênio com o Estado firmado na administração anterior, está junto com a PPP do Estado. Vocês poderão falar: a prestação é de 800 reais, 700 reais. Deixe-me de novo dizer uma coisa a vocês – e eu tenho dito sistematicamente no Conselho: o que nós vamos fazer é financiar via Cohab, de maneira que àquelas unidades cheguem às famílias levando em conta a política habitacional, 15% da renda, 20% da renda, 10% da renda, dependendo da renda familiar porque o Município vai sim fazer aporte, subsidiar família por família para que se enquadre na política do Município.

Vou fazer uma pergunta, imaginem que vocês morem lá: vão querer esperar que haja recursos do Município para fazer a obra ou querem que a obra comece ainda no começo do ano que vem? E se continuar na velocidade em que está, em 15 meses, em 16 meses, as unidades estarão prontas e vocês receberão pelas mesmas condições que teriam se fosse pelo Município. Essa é a pergunta que temos de fazer. A obrigação do Município é achar caminhos para atender às famílias de alta vulnerabilidade, seja no programa do Centrou ou em outras em que haja oportunidade. Serão feitas sim na PPP habitações para outras faixas de renda porque

também há déficit habitacional, e na política habitacional do Município o déficit é de um salário mínimo a seis salários mínimos, prioritariamente. Então se nós conseguirmos gerar unidades, sem concorrer com o Minha Casa Minha Vida, é sim essa a determinação da atual Administração, e isso com relação à PPP.

Com relação à regularização fundiária, que foi falado por diversas vezes pelos movimentos, é assunto nos aflige bastante. Regularização, o Vereador Police deu um número corretíssimo, é por volta de 700 reais por unidade o custo de regularização. Nossas metas são importantes, gostaríamos que fosse mais, mas a meta da atual Administração é fazer por volta de 210 mil regularizações no Município de São Paulo. E por que no primeiro ano foi feito menos? Há um fluxo, há mais de 300 mil famílias em processo de regularização.

Ao longo do processo, o Vereador Ricardo falou da questão da judicialização de processo de regularização. Às vezes, começa-se um processo, faz-se o levantamento planialtimétrico, há várias etapas e numa delas, por algum motivo, o procedimento é interrompido. Então temos sempre de começar pelos muitos desses atendimentos pra depois chegar ao final. Para darmos um exemplo também da gestão anterior, a gestão anterior começou com pouco e no último ano entregou mais de 130 mil, se não me falha a memória. Não é isso, Tatto? (Pausa) Se não é esse, é um número bem próximo, que é o mesmo fluxo que fazemos aqui. Começamos com um número menor, ano a ano e no último ano termina com um grande número de unidades.

Reforçando então o que o Edson fez na Câmara, nós precisamos sim da ajuda da Câmara para aumentar os recursos porque é muito importante e é barato. Atendemos muitas famílias, que é uma maneira de você – não havendo recursos para produção de unidades habitacionais – atender uma parte significativa da população do Município de São Paulo, e nós estamos atentos.

Fomos surpreendidos – quero deixar este detalhe e espero que o resultado ao final seja positivo – em março, abril deste não, não lembro exatamente do mês, toda legislação que

estava sendo seguida foi alterada para a regularização fundiária de interesse social. Isso gerou uma perda de energia de nossa parte no sentido de ter de regulamentar via cartório, e junto com os procedimentos da Secretaria da Habitação e da Cohab. E é importante registrar. Esperamos que, a partir deste momento, as regularizações fiquem mais fáceis, que o processo fique simplificado e consigamos fazer um maior número de regularizações.

Vou passar a palavra ao Edson, e se houver alguma questão mais específica, eu respondo mais pra frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Secretário, o senhor pode falar do Freitas porque foi muito, muito falado aqui.

O SR. FERNANDO CHUCRE – É importante falar do Freitas, o Freitas é um caso emblemático. Eu posso falar do Zavuvus, posso dar uma lista de 20 obras especialmente quando se fala de macrodrenagem, de canalização de córregos ou implantação de corredores de ônibus. Posso dar exemplo de onde existem grandes comunidades no caminho, no local dessas obras ou por onde esse projeto vai passar. Então o Secretário Penido tem recursos lá em SMSO para execução de algumas dessas obras, não para todas, mas para parte delas.

O que Sehab fez junto com Cohab, logo no começo, a partir do terceiro mês deste ano, foram oficinas com SMSO e com outras Secretarias que tinham obras impactadas por ocupações na área em que seriam feitos investimentos, e isso para gente priorizar. Lembrando, com pouco recurso, se eu for fazer a obra inteira do Córrego Freitas, vocês lembram o número de famílias? (Pausa) Vou arredondar para duas mil famílias, e não estou errando. Então só a obra do Freitas envolve a remoção de duas mil famílias, estou arredondando, não temos o número exato. Se você multiplicar pelo número de obras que a gente tem, se nós fizermos uma obra, o recurso fica parado para as demais obras de canalização.

Qual foi então o trabalho dessa oficina feita em SMSO? O trabalho foi identificar quais os trechos de canalização que demandavam menor remoção, e assim foi feito. As obras

que têm menor remoção – as obras são em fases, cada obra com 5, 6 etapas de implantação -, nós começamos pelas etapas com menor remoção de famílias. Não adianta remover família, colocar no auxílio-aluguel, e todos sabem que esse o não é suficiente pra pagar nada no Município de São Paulo. Vou lhes dar um exemplo interessante: na Cracolândia fizemos cadastro de 280 famílias, aproximadamente. Nenhuma família morava lá sem pagar menos de 600 reais – e um dia lhes trarei a foto – num cubículo de um metro e pouco por dois e pouco. Tinha lá um monte de colchão empilhado, sem banheiro, sem nada. Sabe-se que o auxílio-aluguel não é suficiente, por isso é auxílio. As famílias na média pagam locação nos locais em que estão. Valor em média, e eu não estou falando que todas as famílias pagam.

Então a nossa tese é remover o mínimo possível e só remover quando há dinheiro e quando tiver condição de realizar a obra naquele local, aí então removemos as famílias, com exceção – que foi o acontecido, que foi dado o exemplo do Aristocratas – de decisão judicial. Decisão judicial, não há condições de a Prefeitura fazer gestão de remover agora ou não, você recebe prazo sob a pena de improbidade administrativa, de descumprimento de ordem judicial, e nesses casos não conseguimos fazer gestão.

O SR. EDSON APARECIDO DOS SANTOS – O Secretário tratou das questões de modo mais amplo, e eu vou tentar responder aos questionamentos feitos nas falas de alguns de vocês.

A primeira questão que quero abordar é a regularização fundiária que, sem dúvida, surgiu com muita força hoje em nosso debate. Essa é prioridade grande da Secretaria e da Cohab, pois pudemos participar diretamente da lei aprovada pelo Congresso Nacional. Alguns avanços significativos da lei foram propostos exatamente por São Paulo como, por exemplo, a questão do direito de laje, que é um avanço que pode significar verdadeira revolução urbana em nossa Cidade.

No caso específico da Cohab, nós tivemos a oportunidade, agora em 17, de regularizar 7.914 imóveis da Cohab. Em 18, a nossa meta é regularizar 8.139 unidades. Para

ter ideia, esse número de 17 equivale a dizer que em 17 estamos regularizando 59 empreendimentos da Cohab. Ano que vem serão regularizados 22 empreendimentos da Cohab. E para que haja regularização fundiária na Cohab temos a exigência de AVCB. A legislação reduziu em muito as exigências, o que vai nos permitir não só investir menos recursos no processo de regularização, fato importante, mas em nosso caso específico, temos de fazer os AVCBs. Caso contrário, não conseguimos avançar no processo de regularização. Por isso aqui estivemos com vários Vereadores, com o Presidente, com o relator da Comissão – Vereadores Jair e Ricardo – para que pudessemos definir recursos específicos, no caso da Cohab, para fazer então o AVCB e entregarmos o maior número de unidades possíveis nos próximos três anos.

Nossa meta é regularizar – até 2019 – 30 mil unidades da Cohab e vamos cumprir essa meta. Já cumprimos este ano, vamos cumprir também o ano que vem.

Foi citada a regularização do Conjunto Promorar do São Luís, regularizado em 2016, são 704 unidades. Nós temos um remanescente da Favela Luiz Beltrão, que é uma área pequena. A pessoa que falou foi o Joaquim, ele não está mais aqui. Mas nessa vamos ter muita dificuldade pra regularizar porque há características específicas quanto aos problemas que envolvem a favela, que é pequena, mas terá de ser removida.

Outra coisa é que disseram que não vínhamos cumprindo os aportes do Minha Casa Minha Vida, e não é verdade! Ao contrário, dissemos ao Ministro que tudo que foi liberado pelo Ministério da Cidade, que nós faríamos o aporte correspondente a cada uma delas. Aliás, o recurso já está reservado, assim como do Governo do Estado, são 20 mil pra cada unidade. Então todo recurso liberado pelo Ministério das Cidades, nós faremos o aporte correspondente. Não será isso que vai nos impedir de consolidar as liberações do Ministério.

Quanto às desapropriações, as quais aqui foram citadas, boa parte dos terrenos do chamamento foi completamente desapropriada. Há um remanescente a ser desapropriado e nós tomamos a decisão de aguardar o Ministério liberar empreendimento por empreendimento.

Evidentemente, como o recurso não dá pra tudo, por exemplo, liberou um empreendimento que consta de um chamamento de FDS, aí desapropriamos; liberou outro? Vamos, em seguida, e desapropriamos. Caso contrário, acabamos fazendo desapropriações diárias que não são selecionadas pelo Ministério, não são! Então temos de administrar os poucos recursos que há na medida em que forem tomadas as decisões de liberação pelo Ministério.

Foi nessa linha que estive aqui a Sheila – do prédio da Avenida São João, 588 - que ainda não foi desapropriado. Esse prédio, Vereadores, tivemos um problema na publicação, a DIS foi publicada de forma incorreta no final do ano passado. Na reunião da Diretoria da Cohab, nós fizemos nova publicação da DIS correspondente ao São João 588. Então a partir de agora vamos construir alguma solução para aquele imóvel na medida em que nem sequer tínhamos o Decreto de Interesse Social publicado corretamente.

A Nilda falou da Favela do Violão em que há mais de 900 famílias, havia destinação prévia estabelecida pela Diretoria da Cohab de que os três terrenos de SEHAB, ao lado da favela, seriam designados pra remoção da favela e reurbanização de parte dela. Feito o chamamento, aqueles três terrenos não foram destinados às famílias da Favela do Violão. O chamamento designou as três áreas às entidades de outras regiões da Cidade, deixando de lado as famílias da Favela do Violão. O que o Secretário e a Cohab fizeram? Nós, em terreno muito próximo que há - da SP Urbanismo -, a Cohab está desapropriando o terreno e mais um terreno, que é da Secretaria da Educação, os dois estão sendo transferidos para a Cohab e lá vamos alocar as famílias da Favela do Violão, com a perspectiva – já conversamos com as famílias – de ser um empreendimento atendido pela PPP. E nas mesmas condições, como disse o Secretário, do Minha Casa Minha Vida. Então já temos solução para a Favela do Violão. Você nos perguntou, junto com o Lausane, e eu acho que lá está bem encaminhado.

Aliás, nós estamos colocando, Vereador, no processo, na composição das áreas da PPP, favelas históricas da Cidade. Vamos remover favelas que há na Cidade há 20, 25, 30 anos.

Em relação ao que o David citou - representando o Maxwell - nós fizemos um decreto de interesse social na área menor da Petrobrás, a ação expropriatória já está em curso, com os recursos também já destinados de desapropriação da primeira área de R\$ 3,5 milhões. Então, a primeira área da Petrobrás está completamente resolvida para também entrar na PPP.

A área maior, num encaminhamento feito pelo Prefeito junto com a Direção da Petrobrás e com o Secretário e nós também, junto com o Ministro Bruno Araújo, também foi destinado recurso do Ministério das Cidades para desapropriação da área maior da Petrobrás, onde será um conjunto de investimentos que poderá gerar cerca de 5.000 a 5.500 habitações no modelo novo.

A proposta que está na PPP não é construir simplesmente a habitação, mas será construído naquela área 60% para HIS, 20% para equipamento público, como creches, escolas, sede da Prefeitura Regional, conforme necessidade; e 20% para área comercial. Dessa forma, teremos empreendimentos de habitação de interesse social acoplados às necessidades da população.

Nós estamos resolvendo, em 10 meses, o primeiro problema que era desapropriar a área. Está resolvido. Agora colocamos isso no empreendimento, na estrutura da PPP, que devemos anunciar em dezembro e, evidentemente, depende de como se dará esse processo, mas o primeiro grande passo já foi dado, que foi exatamente resguardar uma área importante na Cidade, são duas áreas de quase 200 mil m². Isso então está resolvido.

O Vereador Aníbal falou de uma dotação que, aliás, é uma emenda do Vereador Jair, de autogestão. Nós vamos ter que discutir no âmbito do Conselho Municipal de Habitação uma medida que nos possibilite utilizar esses recursos, porque hoje não temos rubrica no orçamento nem tão pouco nos projetos de Sehab e de Cohab para utilizarmos esses recursos da sua emenda. Então precisamos fazer uma discussão organizada no Conselho para permitir que se crie um projeto, ou um programa, para utilizar emendas que são importantes na

retomada das iniciativas de autogestão para a Cidade.

A questão do hospital de Parelheiros, que não é de habitação mas foi muito citada, então vou responder porque foi um assunto tratado na primeira audiência pública e tive a oportunidade de falar agora para o Secretário que nós vamos entregar, em dezembro, as obras físicas do ambulatório, da área de cirurgia ambulatorial e da área de pronto-atendimento. Esses três serviços começam a ser administrados pela Cidade no mês de janeiro no hospital de Parelheiros.

Essa obra do hospital foi retomada com um recurso de R\$ 40 milhões, então serão três áreas importantes de atendimento do hospital de Parelheiros que começarão a funcionar em janeiro. A obra física termina em dezembro e em janeiro começam a funcionar os serviços.

Houve também uma fala sobre os chamamentos. Foi feita uma avaliação específica do Jurídico e estamos chamando cada uma das entidades para fazer uma avaliação do que é necessário; e a Diretoria Técnica da Cohab foi fundamental em ajudar os movimentos a preparar seus projetos para dar entrada no Ministério e na Caixa, o mesmo em relação ao chamamento.

Evidentemente, algumas entidades cumpriram todas as exigências, mas outras entidades não têm nem estrutura de demanda para o chamamento, então vamos ver como resolver isso, pois a entidade recebeu uma área pública importante e sequer tem demanda organizada. Nós chamaremos essa entidade para fazer uma reavaliação e ver que destino daremos a essa área.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sr. Edson, vou liberar o. O senhor tem que estar em Santos daqui?

O SR. SECRETÁRIO – Peço desculpas, pois tenho uma reunião com o Ministério Público e da Habitação hoje em Santos, com vários Promotores, então tenho que ir. A minha equipe tem toda condição de responder as perguntas.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, como Relator, a questão do detalhamento

dos itens: organização de favela, fundiária, execução de obras de mananciais e a condição habitacional, o senhor pode pedir para alguém me mandar o detalhamento?

O SR. SECRETÁRIO – Sim. Nós recebemos essa solicitação dos senhores ontem, se não me falha a memória, e vamos entregar. Eu concentro a resposta com o Vereador Ricardo, que repassará aos demais Vereadores, de uma planilha detalhada sobre as obras.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, obrigado. Boa viagem, bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Era isso?

O SR. SECRETÁRIO – Dos questionamentos, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nada mais havendo a declarar, obrigado pela presença dos senhores e pela paciência.

(NÃO IDENTIFICADO) – Boa tarde. A gente estava numa outra agenda, mas eu gostaria de agradecer o Fernando, o Gilmar e o Edson por terem explanado a nossa situação do Ipiranga, do nosso movimento. Estamos muito próximos e início de obra para que possamos realizar o sonho habitacional.

Foi de fundamental importância esta audiência para nós vermos o parâmetro de moradia na cidade de São Paulo, acompanhados do nobre Vereador Police, para que possamos dar início à nossa obra lá. A vinda de todos foi de fundamental importância também. O David que falou na minha ausência; a Débora que ajudou na organização, as meninas que estão lá embaixo e vocês que vieram a esta importante audiência.

Eu vi que o pessoal questionou um pouco o que o Edson colocou. Mas nós estamos caminhando para início de obra. O questionamento é válido, estamos apreensivos com essa situação, pois faz anos que estamos esperando não só a questão da Petrobrás, mas a questão da Estrada das Lágrimas, a questão da Sabesp, e ficamos a ver navios na gestão passada. Nenhuma unidade foi entregue para o nosso movimento, então já está na hora de ter resposta desta Cidade que amamos e tão lutamos para conquistar uma sociedade mais justa e igualitária.

Obrigado. (Palmas)

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Agradeço todos que vieram, é fundamental a presença de vocês para entender como funciona o processo, participar, falar, estar presente, ver os Vereadores debatendo orçamento aqui. Cada um de vocês sai daqui hoje com muita mais informação, e o que importa para nós é saber o que está sendo feito com cada centavo dos recursos que ajudamos a ter na Prefeitura. Então é muito importante a presença de vocês aqui, e sabemos muito bem que haverá novo diálogo na próxima reunião, mas foi fundamental a presença de todos hoje.

Portanto, agradeço muito cada uma das famílias aqui representadas.

Parabéns, MSTI!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Estão encerrados os trabalhos.
